

# DA “AMERICAN CENTURY” AO “CAPITALISMO GLOBAL”

*Oswaldo Coggiola*

Em 1917, a entrada dos EUA na guerra mundial foi, junto com a revolução russa, o fator fundamental de mudança das relações econômicas e políticas mundiais. Não diretamente implicados no conflito, divididos em função da origem nacional da sua população, impedidos de comerciar com os impérios centrais devido ao bloqueio britânico, os EUA no entanto triplicaram seu comércio exterior de 1914 a 1917, como abastecedores não só de alimentos, mas também de manufaturas, armas e munição aos futuros aliados (a banca americana tinha sido autorizada a realizar empréstimos à *Entente* desde outubro de 1914: em 1917 a dívida “aliada” com os EUA já atingia 2,7 bilhões de dólares, cifra enorme para a época). A guerra submarina alemã, que ameaçava os fornecedores dos EUA, decidiu a intervenção destes na Primeira Guerra Mundial. A intervenção norte-americana foi decisiva, pois o primeiro resultado da intervenção dos EUA foi a realização (atuando sobre as nações neutras) do bloqueio da Alemanha, que a partir desse momento viu-se condenada à asfixia econômica.

## *Os EUA, potência mundial*

A vitória da *Entente* passou então a ser um fato previsível, mas também o era a transformação dos EUA em principal potência do planeta: entre 1914 e 1918, o PIB dos EUA aumentou 15%, a produção mineira 30%, a produção industrial em geral 35%. Para atingir esses resultados, os EUA perderam “só” 50 mil soldados (28 vezes menos que a França). Para Fritz Sternberg a intervenção americana na guerra foi “uma empresa colonial em grande escala levada adiante em território estrangeiro”.

A guerra forneceu também o alibi que as classes dominantes ianques esperavam para “limpar” o movimento operário, com dois alvos fundamentais: o cada vez mais influente SPA (*Socialist Party of America*, 6% dos votos nas eleições presidenciais, em 1912), e os IWW (*Industrial Workers of the World*) que organizavam as lutas do operariado de imigração recente. O chauvinismo foi o grande pretexto: um senador democrata chamou os militantes IWW de “*Imperial Wilhelm’s Warriors*” (“Guerreiros do Imperador Guilherme [da Alemanha]”). Leis “contra a espionagem” são aprovadas e usadas em larga escala contra os ativistas operários estrangeiros. Os IWW, porém, não organizaram movimentos contra a guerra: a “*green corn rebellion*” de Oklahoma (agosto 1917), por exemplo, não foi obra deles. Em setembro, no entanto, 165 dirigentes dos IWW foram inculcados por “conspiração para a insubordinação militar”: em 1918, 15 deles serão condenados a 20 anos de prisão e 30 mil dólares de multa (Bill Haywood, entre outros), 33 a dez anos, 35 a cinco anos.

Paralelamente, aconteceram linchamentos e assassinatos, como os de Frank Little e Joe Hill (levantou-se a hipótese de que o depois romancista, atacado pelo maccarthysmo por sua vinculação com o Partido Comunista, Samuel Dashiell Hammett, tomou parte do linchamento de Frank Little: Hammett era, na época, operador da agência privada de detetives *Continental*, que costumava fornecer provocadores às patronais). O declínio dos “wobblies” deveu-se mais à repressão de que foram objeto do que a, como foi dito, o surgimento do Partido Comunista Americano (PCA). O SPA, diferentemente dos IWW, fez campanha contra a guerra, e

obteve bons sucessos eleitorais graças a isso (21% dos votos em Nova Iorque, 34% em Chicago...): os "raids" da direita militante vão destruir 1500 das suas 5000 sedes, o boicote oficial e o fim das franquias postais asfixiou seus jornais, seu dirigente Eugene Debs (candidato presidencial em 1912) foi condenado em setembro de 1918 a dez anos de prisão.

Paralelamente, o presidente Woodrow Wilson, reeleito em novembro de 1916, formula imediatamente seus famosos "14 pontos", decisivos para a política mundial posterior: fim da diplomacia secreta, liberdade de navegação, fim das barreiras comerciais, desarmamento geral, autonomia para as nacionalidades do Império Austro-Húngaro, entre outras reivindicações. A guerra, na sua ótica, é "pela democracia" e "contra a guerra", por uma "paz sem vitória". Ao redor dos "14 pontos" se reagrupou, na Europa, a antiga socialdemocracia, depois da falência da II Internacional de agosto de 1914: o "wilsonismo" marca o início de uma aliança estratégica entre os dirigentes políticos do *establishment* norte-americano, apoiados pelo sindicalismo conservador (em especial a AFL de Samuel Gompers) e a socialdemocracia europeia.

O "wilsonismo" se transformou na arma "democrática" para evitar a expansão da revolução soviética, a primeira experiência de utilização de uma política "democratizante" em escala mundial para conter a "revolução comunista".<sup>1</sup> Trotsky chamou a atenção para o novo papel econômico e político dos EUA no mundo, papel que dominaria a história do século XX. afirmou a respeito, em discurso proferido na Internacional Comunista: "Os novos papéis dos povos estão determinados pela riqueza de cada um deles. A avaliação da riqueza dos diferentes Estados não é muito precisa, mas nos bastam cifras aproximadas. Tomemos a Europa e os EUA tais como eram há cinquenta anos, no momento da guerra franco-prussiana. A riqueza dos EUA era estimada em 30 bilhões de dólares, a da Inglaterra em 40 bilhões, a da França em 33 bilhões, da Alemanha em 38 bilhões. Como se vê, a diferença entre esses países não era grande. Cada um deles possuía de 30 bilhões a 40 bilhões, e, destes quatro países mais ricos do mundo, os EUA eram os mais pobres.

"Qual é a situação atual, meio século depois? Hoje, a Alemanha é mais pobre que em 1872 (36 bilhões); a França é duas vezes mais rica (68 bilhões); a Inglaterra também (89 bilhões); enquanto a riqueza dos EUA aumentou para 320 bilhões. Assim, portanto, dos países europeus citados, um voltou a seu nível antigo, outros dois dobraram a sua riqueza e os EUA se tornaram onze vezes mais ricos. É por isso que, gastando 15 bilhões de dólares para arruinar a Europa, os EUA atingiram completamente o seu objetivo. Antes da guerra, a América era devedora da Europa. Esta última constituía, por assim dizer, a principal fábrica e o principal depósito de mercadorias do mundo. Além disso, graças sobretudo à Inglaterra, era o grande banqueiro do mundo. Estas três superioridades pertencem atualmente à América. A Europa está relegada a um papel secundário. A principal fábrica, o principal depósito, o principal banco do mundo são os EUA".

Ao mesmo tempo, notou que a nova posição dos EUA fazia deste país o depositário de todas as contradições do desenvolvimento pretérito do capitalismo a escala mundial. "Na arte militar, quem cerca o inimigo e o corta, é ele próprio cortado. Na economia produz-se um fenômeno análogo: quanto mais os EUA submetem o mundo inteiro a

---

<sup>1</sup> Meyer, Arno J. *Wilson vs. Lenin. Political origins of the new diplomacy (1917-1918)*. Cleveland, Meridian Books, 1963. Sobre o papel central dos EUA na "contenção do comunismo" a partir de então, ver: Kennan, George F. *The Decision to Intervene. Soviet-American relations 1917-1920*. Nova York, Norton & Company, 1984.

sua dependência, mais os EUA caem na dependência do mundo inteiro, com todas as suas contradições e comoções em perspectiva. Hoje, a revolução na Europa supõe a quebra da Bolsa norte-americana; amanhã, quando os investimentos do capital norte-americano na economia europeia tiverem aumentado, significará uma comoção mais profunda... a potência dos EUA constitui precisamente seu ponto vulnerável: implica sua crescente dependência a respeito dos países e continentes econômica e politicamente instáveis. A América se vê obrigada a fundar sua potência em uma Europa instável, isto é, nas revoluções próximas da Ásia e da África. Não se pode considerar a Europa como um todo independente. Mas a América não é um todo independente. Para manter seu equilíbrio interno, os EUA têm necessidade de uma saída cada vez mais ampla para o exterior; esta saída ao exterior introduz em seu regime econômico elementos cada vez mais numerosos da desordem europeia e asiática".<sup>2</sup>

Na década de 1920, os EUA apresentavam uma notável prosperidade com características específicas, como a redução do controle estatal sobre a economia, levando ao renascimento do liberalismo econômico no país; aumento da taxa de acumulação de capitais, crescimento demográfico (de 106 milhões para 123 milhões de habitantes, com limitação da imigração), estímulo à expansão de crédito. O crescimento interno dos EUA foi acompanhado pelo reforço de sua posição hegemônica mundial, sendo em 1926-1929 responsável por 42,2% da produção mundial de industrializados, primeiro produtor mundial de carvão, eletricidade, petróleo, aço e ferro fundido, acumulando superávits em seus balanços de pagamentos devido à sua condição de primeiro exportador mundial. Foi durante essa fase de prosperidade que ocorreu também a expansão da exportação de capital norte-americano, e embora a passagem do país, de devedor para credor, não fosse tão abrupta, a rapidez com que realizou investimentos no exterior, não tem paralelo na experiência de qualquer país credor maior nos tempos modernos. Grande parte tomou a forma de investimento direto através ou sob o controle de companhias norte-americanas; três bilhões de dólares foram investidos no correr do decênio dessa forma.

Uma expansão de considerável grandeza caracterizou também outros países não europeus nos anos seguintes a 1920. Já em 1925, o índice de produção geral para a América do Norte mostrava um aumento de 26% sobre 1913, e para todos os demais países fora da Europa, um aumento de 24% (contra um aumento de apenas 2% para a Europa capitalista em seu todo). Grande parte desse crescimento se efetuou na produção primária, mas incluía também taxas substanciais de aumento em certos tipos de indústrias em países da América do Sul e no Japão. Mesmo apresentando essas condições favoráveis, o otimismo não estava destinado a perdurar muito, pois a prosperidade escondia graves problemas estruturais: a baixa taxa de lucros, o alto grau de concentração de renda, razoável nível de desemprego, que quando maximizados dariam origem à uma crise econômica sem paralelo (mesmo na grande depressão de 1890), e mundial.

A prosperidade estava longe de ser partilhada equitativamente. As desigualdades haviam se aprofundado durante a década de 1920, o mercado não acompanhou o ritmo da produção, criando uma acumulação de estoques que só poderiam ser comercializados mediante o recurso, cada vez mais intenso, ao financiamento do consumo. A taxa de lucro permaneceu baixa, os capitais se exauriram paulatinamente: a crise influenciaria todos os segmentos da sociedade, inclusive o mercado de ações.

---

<sup>2</sup> Trotsky, Leon. *Europa y América*. Buenos Aires, El Yunque, 1974, pp. 238-239 e 266-267.

Paralelamente, a política de investimentos norte-americana no exterior, peça fundamental de sua expansão na década de 1920, assentava-se porém sobre bases precárias. Os vultosos empréstimos para a Europa foram feitos a longo prazo, havendo a necessidade de recambia-los. Os resultados seriam desastrosos para a produção e o comércio exterior como um todo, especialmente para os EUA, que se veriam, ao mesmo tempo, sem capitais e sem compradores -para suas exportações. Quando o *crack* chegou à indústria americana naquele ano, o colapso da produção se mostrou correspondentemente mais severo do que a média do mundo em seu todo, bem maior do que na Grã-Bretanha, Suécia ou França.

### ***A classe operária dos EUA: etnicidade e política***

É nesse quadro interno e internacional que devem entender-se as características peculiares da classe operária norte-americana, em especial a ausência de fortes partidos de esquerda e o fracasso do promissor Partido Socialista (SPA) de inícios do século XX. Para Selig Perlman, o caráter imigrante da classe operária norte-americana foi uma das principais razões do fracasso do socialismo nesse país: “A mão de obra norte-americana continua formando uma das classes trabalhadoras mais heterogêneas que existem: nos aspectos étnico, linguístico, religioso e cultural. Com uma classe trabalhadora de semelhante composição, fazer do socialismo e do comunismo o ‘ismo’ oficial do movimento significaria -ainda que as demais condições o permitissem- expulsar deliberadamente do movimento operário os católicos, que talvez fossem a maioria na Federação Americana do Trabalho (AFL, *American Federation of Labor*), já que sua composição irreconciliável com o socialismo é uma questão religiosa de princípio. Consequentemente, a única ‘consciência’ aceitável para os trabalhadores norte-americanos em conjunto é uma ‘consciência do emprego’ com um objetivo ‘limitado’ de ‘controle de salários e empregos’...”

O caráter “estrangeiro” da classe operária norte-americana em inícios do século XX afunda suas raízes no papel *mundial* do capitalismo norte-americano. Entre 1870 e 1929, o produto industrial dos EUA quadruplicou: massas enormes de capitais e tecnologia avançada explicam *em parte* esse sucesso. Mas também o explica a excepcional disposição de força-de-trabalho, primeiro de origem rural (devido às maiores dificuldades da pequena produção agrícola); depois, e sobretudo, graças à imigração. A chegada de estrangeiros foi de 700 mil (1820-1840); 4,2 milhões (1840-1860); 2,81 milhões (1870-1880, na década depois da “guerra de secessão”); 5,43 milhões (1880-1890) e 3,69 milhões (1890-1900). O movimento atinge o ápice com o século XX: 8,8 milhões (1900-1910); 5,74 milhões (1910-1920).

Na véspera da Primeira Guerra Mundial, 60% da mão-de-obra era estrangeira. Na siderúrgica Carnegie, por exemplo, em 1907, de 14.360 peões, 11.700 eram leste-europeus. Em 1910, em Lawrence (Massachusetts), só 14% dos 86.000 habitantes eram norte-americanos.<sup>3</sup> A origem da classe operária norte-americana foi um dos elementos da tese de Werner Sombart acerca da incompatibilidade histórica entre os EUA e o socialismo, supostamente baseada nas “diferenças entre as políticas e as práticas dos movimentos trabalhistas de Europa e América”.<sup>4</sup>

Se a origem imigratória recente e a heterogeneidade étnica tiveram um peso indubitável, ele não pode ser transformado em fator absoluto, e muitas objeções já foram levantadas a essa tese: “Os imigrantes foram adotando certas manifestações

---

<sup>3</sup> Debouzy, Marianne. *Travail et travailleurs aux États-Unis*. Paris, La Découverte, 1990.

<sup>4</sup> Galensoni, Walter. Why the American labor movement is not socialist. *American Review* vol. 1, nº 2, inverno 1961.

externas da cultura norte-americana; começaram a trabalhar como os norte-americanos e fizeram greve como eles, e segundo muitos historiadores, a faziam com a mesma eficácia que os nativos. Gradualmente foram adquirindo uma cultura híbrida, em alguns casos com surpreendentes resultados; assim, por exemplo, o periódico *Ameriska Donovina* aconselhava, em 1936, aos iugoslavos a votarem a favor dos democratas, porque os republicanos haviam libertado os negros, seus principais concorrentes nos postos de trabalho”.

Por outro lado, “descreveu-se o radicalismo como um fenômeno estranho que nunca prosperou devido à desunião étnica e que acabou por se debilitar com a assimilação dos imigrantes. Deve-se dizer, contudo, que Bryan, Debs e Haywood eram norte-americanos, de família norte-americana. Por outro lado, o economista John R. Commons argumentou que a pressão da imigração (ilimitada) podia desembocar na miséria e radicalizar o proletariado norte-americano. Outro ponto de vista de Commons consiste em que a classe operária norte-americana não tentava a ação revolucionária, porque se encontrava em situação de inferioridade numérica (relação de 1 para 2) em relação às classes média e alta... Outra explicação do fracasso do socialismo nos EUA consiste em que a ampla convicção de que qualquer homem capaz podia chegar a algo na América tinha certa base objetiva; o que impediu o desenvolvimento dos movimentos de protesto sobre a base da luta de classes foi a possibilidade extraordinariamente favorável de uma ascensão social. Pode-se objetar essa teoria argumentando que um grau alto de mobilidade social parece ter sido uma característica de todas as sociedades industriais”.<sup>5</sup>

### ***A luta contra o sindicalismo***

Os fatores “étnicos” e “nacionais” estavam subordinados aos fatores *políticos*. O movimento operário “apolítico” e “amarelo”, representado pela AFL (*American Federation of Labour*, Federação Americana do Trabalho) já se encontrava em crise na década da *prosperity* (1920), bem antes da crise de 1929 e o conseqüente desemprego em massa. Desde 1920, ano em que atingiu o máximo de filiados em sua trajetória, o retrocesso do AFL permaneceu constante. O número de conflitos diminuiu de forma notável: de mais de 4.000.000 de grevistas em 1919, decresceu para 330.000 em 1926 e, de 1927 a 1931 a média anual de grevistas foi de 275.000. As derrotas recaíam sobre as mobilizações operárias e desmoralizavam bases e líderes.

Foram muitos os meios empregados contra o sindicalismo. A cumplicidade dos tribunais de justiça brindava a possibilidade da interpretação distorcida das leis. Aplicavam-se diversas leis contra os operários como a “Lei Sherman”, originalmente sancionada para evitar as práticas monopolistas. O método não era novo, mas a frequência com que foi usado fez com que praticamente não houvesse greves que fossem legais, e nas quais os dirigentes que as liderassem não corressem perigo de ser presos. A falta de legislação trabalhista também permitia a política de *open shop* (oficina aberta), pela qual cada fábrica tinha o direito de contratar operários não pertencentes a sindicatos, e a prática dos contratos de não filiação (*yellow dogs contracts*), que impediam legalmente a seus assinantes filiar-se aos sindicatos.

O fim da imigração em 1924 não teve como objetivo satisfazer a velha propaganda da AFL, mas assentar sobre bases internas, de fato mais controláveis, o mercado da força de trabalho; mas, sobretudo, tratava-se de evitar a contaminação da classe operária com imigrantes portadores da ideologia comunista que, na década, protagonizaram as revoluções europeias. No âmbito econômico, esta medida esclarecia também sobre

---

<sup>5</sup> Adams, Willi P. *Los Estados Unidos de América*. México, Siglo XXI, 1986, p. 199 e 242.

um novo câmbio do aparelho de produção: o provocado pela automação, que requeria uma crescente quantidade de pessoal muito qualificado, em detrimento da mão-de-obra sem especialização. Se em 1910 se necessitava de 60 engenheiros para cada 10.000 operários, e em 1920, 70, em 1930 a necessidade era de 110 engenheiros para igual número de operários. Isto implicava uma diminuição do capital variável destinado ao pagamento de salários em benefício do capital fixo investido em maquinarias, o que se traduzia em um crescente desemprego. Assim se explica que, ponderando a prosperidade geral do período, os desempregados nunca foram menos do que 1.600.000.

O desemprego, combinado com a divisão em múltiplas minorias do proletariado, foi a principal arma que usaram os monopólios. A minoria negra desempenhou ali um papel significativo. As corporações encontraram nos negros uma reserva de mão-de-obra que podia ser usada contra o movimento operário. Os negros resistiam com dificuldade a esse papel. Em primeiro lugar, em sua nova condição, nas cidades, desfrutavam de imensas vantagens em relação a sua vida anterior; e, como herança de sua escravidão, viam o patrão como seu benfeitor e amigo, e ao trabalhador branco como seu inimigo natural. A imensa maioria desconhecia tudo sobre o sindicalismo e a solidariedade de classes.

Mas, de todas as razões, foi a atitude racista da AFL a que empurrou os negros a romper com o movimento operário. Explicitamente ou não, as uniões de ofícios atuavam de modo discriminatório, e a AFL aprovava tal atitude. Desde 1890 havia-se negado a condenar as práticas racistas de seus grêmios e, além disso, tratava de organizar os negros separadamente, em fracos sindicatos por cidade, dependentes da mesma federação e sem conexão com os grêmios locais. Assim, os negros não podiam sentir solidariedade ante semelhantes sindicatos, e sua oposição era tanto maior quanto maior fosse a sua consciência de classe.<sup>6</sup> Foi na oposição da AFL aos monopólios da indústria pesada onde se produziu uma situação crucial. Na medida em que a Federação representava formas atrasadas de produção, e sua teoria condicionava de certo modo sua atividade, passou a operar como freio ao desenvolvimento do aparato produtivo. Essa era sua oposição à racionalização do trabalho, à introdução de novidades técnicas que reduziam custos, a uma maior e mais perfeita automação.

A decadência da AFL, que experimentou uma diminuição do número de filiados de 4.000.000 no começo da década de 20 para 2.500.000 em 1932, e a proliferação e crescimento de sindicatos de empresas, desvinculados entre si e inteiramente a serviço da patronal, que chegaram a abranger mais de 1.500.000 operários, tem sua melhor explicação na necessidade do capitalismo de liquidar sindicatos que, segundo Gramsci, lutavam todavia “pela propriedade do trabalho contra a liberdade industrial (...). O sindicato operário norte-americano é mais a expressão corporativa da propriedade dos ofícios qualificados do que outra coisa, e por isso sua destruição, arquitetada pelos industriais, tem um aspecto progressista”.<sup>7</sup> No início da década de 20, os militantes comunistas tentaram uma reelaboração da prática sindical desde o seio da AFL. Lançaram um programa de organização pelas fábricas que superava a distinção entre ofícios e a separação com os não especializados por meio da união

---

<sup>6</sup> Cf. Guérin, Daniel. *La Descolonización del Negro Americano*. Madri, Tecnos, 1968.

<sup>7</sup> Gramsci, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. Turim, Einaudi, 1997.

entre eles. Para não se chocarem com a burocracia, estas fusões deviam ser voluntárias. Esse programa não tardou a ser torpedeado pela direção da AFL.<sup>8</sup>

Depois da repressão contra os socialistas durante a Grande Guerra, diversas tentativas foram feitas para construir um partido de esquerda com influência de massas. Em 1919, houve um movimento de reais raízes operárias para criar o NLP (*National Labor Party*), mas fracassou. Em 1920, os iniciadores do NLP fusionaram-se com os chamados “progressistas”: o *Farmer’s Labor Party* assim criado, porém, desapareceu depois de fracassar nas eleições de 1920. Em 1923, os sindicalistas de Chicago, com Fitzpatrick, criaram o FFLP (*Federated Farmer Labor Party*): “capturado” pelos comunistas, o novo partido vira logo um “satélite” do PC, sem influência. Os que o abandonaram, se incorporam logo depois ao partido “populista” criado pelo senador republicano La Follette.

As dificuldades do jovem PC norte-americano provinham menos da sua composição “étnica” do que de sua inicial orientação ultraesquerdista, que se recusava ao trabalho legal e à ação dentro dos sindicatos da AFL. Nas lembranças de James P. Cannon, um dos fundadores do PC: “Depois de dar por terminada a luta com os ultraesquerdistas sobre a legalização, o partido saiu abertamente à luta. Havia adquirido completa hegemonia sobre a vanguarda proletária do país. Era considerado em todos os sentidos e apropriadamente como o grupo mais avançado e revolucionário do país. O partido começou a atrair alguns sindicalistas nativos. William Z. Foster e outros sindicalistas, um grupo consideravelmente grande, ingressaram nesse Partido Comunista um pouco exótico, mas dinâmico. Toda a orientação do partido começou a mudar. Da querela subterrânea, das disputas fora da realidade e dos ajustes na doutrina, o partido voltou-se ao trabalho com as massas. Os comunistas começaram a ocupar-se com os problemas práticos da luta de classes. Gradualmente, o partido começou a voltar-se para a sindicalização e deu seus primeiros passos vacilantes na AFL, a dominante, praticamente única organização dos trabalhadores nesse momento. Enquanto levávamos adiante a batalha pela legalização do partido, lutávamos também para corrigir sua política sindical. Esta batalha também foi bem sucedida; a posição sectária original foi rechaçada. Os comunistas pioneiros revisaram seus pronunciamentos prematuros e sectários, que haviam favorecido o sindicalismo independente. Agora dirigiam toda a força dinâmica do Partido Comunista, dentro dos sindicatos reacionários”. No IV Congresso da Internacional Comunista, Trotsky tinha apoiado os “anti-sectários” do PC norte-americano. A emergência do stalinismo, na URSS e na Internacional, fez abortar no entanto esse promissor começo: “A série de novas lutas de frações que se travaram no ano de 1923, aproximadamente seis meses depois da liquidação da velha discussão sobre a legalização, continuaram um tempo depois quase ininterruptamente até que os trotskistas foram expulsos do partido em 1928. A luta se agudizou até a primavera de 1929, quando a direção de Lovestone, que nos havia expulsado, também foi expulsa. Logo, a stalinizada *Comintern* freou as lutas entre as frações, expulsando todo aquele que tivera uma atitude independente e elegendo uma nova direção que saltava cada vez que soava a campanha”.<sup>9</sup>

### ***Concentração do capital***

Depois da Primeira Guerra Mundial, houve um aumento geral da demanda, que concluiu em 1920, quando os preços começaram a cair (de 70%, até 1929, no Canadá): 50% para o trigo, 40% para o algodão, 80% para o milho, nos EUA. A crise agrícola

---

<sup>8</sup> Hodgers, Rodolfo. *El Movimiento Obrero Norteamericano entre la Crisis y la Guerra*. Buenos Aires, CEAL, 1986.

<sup>9</sup> Cannon, James P. *Memorias*. Buenos Aires, Rebelión, s.d.p. p. 14 e 24.

golpeava sobretudo pequenos e médios agricultores: a renda agrícola cai de 16% para 9% da renda nacional. A migração para as cidades se acentua, os preços industriais aumentam devido à política protecionista (generalizada em todos os países industrializados): o marasmo agrícola é, nos anos 20, um fator de desequilíbrio da "prosperity". Cresceu também a concentração do comércio varejista: a *Great Atlantic Pacific Tea* passa (em 6 anos) de 5000 a 17500 lojas; as cadeias de lojas vendem 27% dos alimentos, 30% do tabaco, 27% das roupas. No fim do processo, oito grupos financeiros detêm 30% da renda nacional: a banca Morgan (General Electric, Pullman, US Steel, Continental Oil, ATT, etc.), Rockefeller (6,6 bilhões em ativos), Kuhn e Leeb (10,8 bilhões), Mellon (3,3 bilhões), Dupont de Nemours (2,6 bilhões)...

Constituíram-se também redes de acordos internacionais: Dupont de Nemours e IG Farben da Alemanha, General Electric com Siemens e Krupp (também alemãs), General Motors e Opel (idem). Em 1929, véspera da grande crise, 200 sociedades detêm 50% do capital comercial e industrial, 20% da riqueza nacional: apenas 2000 indivíduos as controlavam. Na indústria, os métodos de Taylor ("taylorismo") fizeram aumentar a produtividade de 25% a 30%. O custo da mão-de-obra, portanto, caiu, em que pese o aumento dos salários reais (que crescem, na média, 22% entre 1922 e 1929): a política de altos salários nas indústrias mais concentradas amplia o mercado de consumo, e é defendida por Henry Ford (quem afirma que "um nível natural e estável de salários e lucros é um sinal de mal-estar dos negócios").

Na década de 1920, também, se generalizou a venda a crédito, abrangendo 15% do varejo em 1929 (50% dos eletrodomésticos, 60% dos carros, 70% das rádios eram vendidos a crédito). A publicidade se transforma num departamento separado da produção, consumindo, em 1929, 2% da renda nacional: o consumo se uniformiza, as necessidades e gostos viram *standards*, e necessidades "novas" são criadas (carros, cosméticos). A pesquisa explodiu, acompanhando o crescimento da produção: em 1927, mais de mil sociedades já possuem laboratórios próprios, o "taylorismo" é ensinado nas *business schools*. Os EUA criaram, já na década de 20, o capitalismo que se generalizaria no mundo depois da Segunda Guerra Mundial. A política governamental favorece a concentração, em que pese a existência de uma "Lei contra os trusts" (pouco aplicada): os impostos ao capital são cada vez mais reduzidos, a *Federal Trade Commission*, criada para combater a "cartelização" cai no esquecimento completo.

Nessa década os EUA se transformaram no grande credor mundial, subscrevendo mais de 5 bilhões de dólares em títulos estrangeiros. Ao mesmo tempo, empregam 3 bilhões de dólares em investimentos diretos do exterior (602 milhões só em 1929): filiais no estrangeiro das grandes empresas, constituição de sociedades que só operam no exterior (*American Foreign Power*, ITT, etc.) e participações em empresas estrangeiras, constituem os elementos desse processo. Com 400 milhões de dólares investidos na França, 400 milhões na Itália, 300 milhões na Suécia, 250 milhões na Bélgica, 200 milhões na Noruega, 280 milhões na Dinamarca, 170 milhões na Polônia, em 1925 os EUA substituem à Inglaterra como o grande centro financeiro internacional (e concentram mais da metade dos estoques de ouro). Trotsky apontou: "A inflação em ouro é tão perigosa quanto a fiduciária. Pode-se morrer de excesso como de escassez. Com ouro em excesso, os dividendos caem, assim como os lucros do capital: a expansão da produção torna-se irracional. Produzir e exportar para acumular ouro é como jogar mercadorias ao mar. Eis porque os EUA precisam cada vez mais investir seus recursos em excesso na América Latina, Europa, Ásia, Austrália, África. Assim, a economia da Europa e do resto do mundo torna-se parte da economia dos EUA".<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Trotsky, Leon. *Adonde va Inglaterra?* Europa y América. Buenos Aires, El Yunque, 1974.



A década, no entanto, era expansiva: a produção de carvão aumentou 20%, o petróleo 80%, a eletricidade 100%. A produção industrial passou de um índice de 58 (1921) a 99 (1928), a renda nacional de 59,5 bilhões a mais de 87 bilhões no mesmo período, com saltos espetaculares em alguns setores: *automóveis* (5,3 milhões por ano: 26 milhões, dos 35 milhões de carros do mundo, estão nos EUA) que emprega mais de 7% dos assalariados, paga quase 9% dos salários (sem incluir postos de gasolina, oficinas, garagens, etc.) e é responsável por quase 13% do valor agregado da indústria; a indústria de *material elétrico* triplica, com a rádio passando a um faturamento de 10 a 412 milhões de dólares (1922-1929); a *construção* aumenta 200% (metade em Nova Iorque); a *química* duplica, a borracha aumenta 86%, ferro e aço, 70%.

A concentração aumentou mais rápido ainda, com 89 fusões em 1919, 221 em 1928. Em 1926, a *US Steel* controlava já 30% da produção de aço; em 1903 há 181 construtores de carros, em 1926, só 44: os três principais (Ford, General Motors, Chrysler) controlam 83% da produção. A distribuição de renda acompanha o processo: 1% da população detém 14,5% da renda nacional; 5%, 26%, entre 1923 e 1929, o PIB aumenta 23%, mas o rendimento do capital aumenta 62%. Até quando duraria a expansão capitalista? No fim da década de 1920, pouco antes de outubro de 1929, a economia dos EUA parecia em perfeita forma: crescia com ritmos de 5% anual, o valor agregado aumentava em 40%; os investimentos cresciam a um ritmo superior ao 6% anual, o desemprego tinha atingido o mínimo histórico do 4%; os lucros distribuídos chegavam a 150% dos investimentos. A bolha especulativa, paralelamente, crescia sem freio, inchando a cotação dos títulos da Bolsa de Valores, que circulavam a uma velocidade espantosa. A crise do último quartel do século XIX e a de 1907 pareciam não ter ensinado nada...

### ***A grande crise e o "New Deal"***

A orgia de lucros estourou na "quinta-feira negra" de 24 de outubro de 1929: as cotações do *Stock Exchange* de Nova Iorque afundaram 50% em um só dia. A onda expansiva afeta o país e o mundo inteiro, por um longo período: em 1932, a produção mundial tinha caído 33% em valor; o comércio mundial, 60%; o *Birô Internacional do Trabalho* contabilizava 30 milhões de desempregados (cálculo modesto). A *prosperity* mostrou finalmente sua fragilidade e seu caráter cada vez mais especulativo: o valor global das ações passou de 27 a 67 bilhões entre 1925 e 1929, com uma alta de 20 bilhões só nos nove primeiros meses de 1929 (alguns "portfolios de investimentos" se valorizaram 700% em poucos meses). No início de outubro, alguns investidores começam a apostar "na baixa": o movimento se estende, e no final do mês o pânico se generaliza; quem pode, vende, e muitos pequenos investidores se suicidam. As ações estavam sobrevalorizadas, o crescimento recente tinha sido especulativo (para alguns, como Louis Frank, no entanto, ele adiou por dois anos a explosão da crise).

Desequilíbrios enormes tinham se acumulado: entre capacidade de produção e consumo; nas trocas com o resto do mundo (sobretudo Europa); acentuação da crônica crise agrária. Para John K. Galbraith "a atividade econômica dependia cada vez mais do consumo suntuário de uma minoria de privilegiados e de sua propensão a investir". O resto do mundo só comprava 12% dos carros produzidos pelos EUA, por exemplo. Crise, então, de sobreprodução. Marcel Roncayolo resume assim a situação: "A prosperidade norte-americana não encontrou sustentação num mundo cuja expansão tinha sido bem menor que nos EUA. Além disso, aquela era dependente dos empréstimos norte-americanos: bastou fechar a torneira para expandir a crise e, diminuindo o poder aquisitivo externo, aprofundar a crise nos EUA".

Os sintomas da crise já tinham aparecido no início de 1929 (leve queda da Bolsa de Nova Iorque) e em setembro ("crack" da Bolsa de Londres). Em agosto, a taxa de juros foi levada de 5% a 6%, numa tentativa de reduzir o volume de crédito: já era tarde demais. E se alguns (Mellon) vêm na crise um meio de "limpar" o mercado das empresas não-competitivas, ninguém a imaginava tão profunda e longa. Para Fritz Sternberg, ao contrário, "com sua expansão esgotada, o capital europeu procurava um novo eixo de equilíbrio, assim como o norte-americano, cuja expansão territorial tinha chegado ao limite: a expansão externa não era suficiente para compensar o surto produtivo. Nenhum dos dois tinha como resolver esses problemas: a tentativa de equilibrar, na base do lucro do capital e de sua expansão externa, o aumento da produtividade, e o consumo, revelou-se um fracasso, cujo resultado foi a crise". No país mais rico do mundo, a renda total dos trabalhadores da indústria e da agricultura foi literalmente amputada pela metade entre 1929 e 1932.

De dois milhões, o número de desempregados elevou-se para 18 ou 20 milhões. A produção de aço foi reduzida a menos de 20% em sua capacidade. As exportações, que ultrapassavam os cinco bilhões de dólares, mal chegavam a 1,5 bilhão; as importações passaram de quatro bilhões e meio para cerca de um bilhão. Depois de 4.600 falências bancárias em três anos, todos os bancos do país fecharam seus guichês em março de 1933 no apogeu da crise financeira. O papel do regime de Roosevelt consistiu em "salvar" temporariamente o capitalismo. Em função deste objetivo, ele abandonou, completamente e sem tentativa de dissimulação, o tradicional *laissez-faire*, doutrina dos EUA e em particular do próprio democrata Roosevelt, do mesmo modo que o instrumento particular aos Estados Unidos: os direitos do Estado. Ele utilizou os recursos financeiros do Estado para socorrer as empresas bancárias e comerciais e fez votar leis que restringiram a concorrência, permitiram a alta dos preços, vale dizer, favoreceram o capitalismo de monopólio.

A renda agrícola, que era de 15 bilhões e meio de dólares em 1920, caiu para cerca de cinco bilhões em 1932. Ele elevou-se novamente, de modo notável, em 1935, mas para oito bilhões apenas, ou seja, 40% abaixo do nível de 1920. O volume de produção dos objetos de consumo quase igualou em 1935 o nível de 1929, mas o volume dos materiais de construção foi inferior à metade daquele de 1929 e a indústria dos meios de produção ligeiramente superior somente, de modo geral. Esta retificação é devida em uma grande medida ao gastos governamentais mais do que a uma verdadeira retomada (capitalista) da indústria privada, como se pode deduzir do fato de que os novos investimentos, que se elevavam em 1929 a 6 bilhões de dólares, caíram em 1933 a menos de um bilhão e não atingiram em 1935 mais do que a cifra de 1,5 bilhão. A racionalização progrediu durante a recessão. Em consequência, o crescimento da produção não teve um efeito proporcional sobre o desemprego. O número de desempregados continuou de 10 a 12 milhões e não diminuiu de forma apreciável na segunda metade da década de 1930. O número de pessoas socorridas elevou-se de 22 a 25 milhões entre 1935 e 1936. O comércio exterior permaneceu abaixo da metade do nível de 1929. A dívida do governo federal fixou-se em 31 bilhões de dólares, crescendo 50% em três anos. A abundância de ouro -cujo estoque estava estabelecido em quatro milhões em 1932 e em 10 bilhões em 1936- continuou a ser um obstáculo ao renascimento do comércio exterior, à estabilização da moeda etc. e uma ameaça de inflação. A luta pelos mercados, particularmente na América Latina e na Ásia, contra a Grã-Bretanha e o Japão, intensificou-se.

Os bancos reduziram os créditos e retiraram seus próprios depósitos: milhares de empresas vão então à falência (22.900 em 1929; 31.800 em 1932). A venda a crédito quase desapareceu: a produção industrial caiu 45% (69% nas indústrias de base).

Resultado: os lucros afundaram (2,9 bilhões em 1929; 1,67 bilhões em 1930; 667 milhões em 1931; 657 milhões em 1932). A renda nacional caiu de 87,4 bilhões em 1929 para 41,7 bilhões em 1932: a massa salarial, de 50 para 30 bilhões. Os preços caem 30%, na média (50%, os preços agrícolas): a renda agrária caiu 57% entre 1929 e 1932.

O desemprego disparou: 1,5 milhão em 1929; 4,2 milhões em 1930; 7,9 milhões (16% da força de trabalho) em 1931; 11,9 milhões (24% da PEA) em 1932; 12,8 milhões em 1933, quando já atinge 25,2 da mão-de-obra: o capitalismo se evidencia um regime destruidor de forças produtivas, incompatível com a sobrevivência física da maioria da população. No mundo, os desempregados são estimados em 10 milhões em 1929; 30 milhões em 1932 (cifras que duplicam se considerado o subemprego): na Alemanha há 2,5 milhões de desempregados em 1929; 3 milhões em 1930; 4,7 milhões em 1931; 6 milhões em 1932... Em Toledo (EUA) há 75 mil operários em março de 1929; 45 mil em janeiro de 1930. A Ford (Detroit) conta 128 mil operários a inícios de 1929; 100 mil em dezembro; 84 mil em abril de 1930; 37 mil em agosto. O presidente Coolidge afirmou: "A solução para o desemprego é o trabalho" (!); Henry Ford apoiou: "Há todo o trabalho necessário para os que querem trabalhar". E os trabalhadores sofriam, não só pelo desemprego, mas também pela redução salarial e a dos horários de trabalho (que se reduziram em 29% na General Motors).

E não havia seguro-desemprego, só caridade. Surgiram as "hooverilles" (do nome do presidente Hoover), verdadeiras favelas de "excluídos"; as "panelas populares", os "abrigos" para sem-teto se encham; em Chicago, o lixo é "revisado" e reaproveitado por uma enorme massa de pobres. Em 1932, estima-se que um milhão e meio de jovens façam parte de "bandos de errantes", sem destino. A subalimentação produz um surto de tuberculose; os matrimônios caem 30%, os nascimentos, 17%: há 10 milhões de crianças deficientes. O "sindicalismo" revela-se insuficiente para enfrentar esses problemas: a 6 de março de 1930, um milhão de desempregados manifestam (100 mil em Nova Iorque; outro tanto em Detroit): a iniciativa foi do PC. Este partido cria o "Conselho Nacional de Desempregados"; o SPA, do seu lado, cria a "Aliança Operária" e o ex pastor A. J. Muste cria a "Liga Nacional de Desempregados" (com 10 mil membros só em Seattle, que chega a ser chamada de "cidade soviética"); Muste mais tarde dirigiu a greve de Toledo (1934).

Em certas regiões, aconteceu uma pequena "guerra de guerrilhas", com ataques a depósitos de alimentos e defesa contra as expulsões das moradias. Em Dearborn houve uma "marcha da fome" de operários desempregados da Ford: 3 mortos, 23 feridos graves. Em julho de 1932 se produz a "marcha do subsídio", com 25 mil ex combatentes da Primeira Guerra Mundial reclamando, em Washington, uma pensão prometida pelo governo. A marcha é brutalmente reprimida pelas tropas comandadas pelo general Douglas Mac Arthur, assistido pelo então coronel Dwight Eisenhower e pelo então major George Patton...

Até 1930, o capitalismo americano havia conseguido apartar o grosso do proletariado da militância de classe, sem correr riscos, por causa da ilusão do "*american way of life*". Mas com a depressão que seguiu a crise de 1929, o panorama mudou. Os milhões de desempregados aumentavam sem cessar e o fantasma comunista, tão agitado na década anterior, podia tornar-se real, montar-se na onda de desesperança e amargura e tratar seriamente o problema do poder como problema de classes em enfrentamento. A política do presidente republicano Hoover, de deixar que a crise se solucionasse sozinha, podia entender-se como um último e tremendo esforço que faziam os grandes bancos e a indústria pesada para controlar totalmente a economia nacional, aproveitando uma depressão que não controlavam.

Essa tentativa, porém, além de ser feita às custas de importantes setores capitalistas, era demasiado perigosa. Um importante setor do Partido Democrata estava convencido, desde tempos atrás, da necessidade da intervenção estatal na economia. Assim se comportou o setor mais lúcido e dinâmico da burguesia, que se impôs nas eleições presidenciais de 1932. Franklin D. Roosevelt começou a governar e a forjar seu Novo Tratado (*New Deal*) sob a depressão. A oposição, vencida politicamente, não advertiu de que ela era a única política alternativa frente à revolução social. O objetivo central do *New Deal* foi salvar o sistema de seu colapso. Em essência, seu programa não existiu. Toda sua ação apoiou-se em uma série de idas e vindas impostas pela experiência de cada dia. Contudo, em todas essas idas e vindas houve duas constantes: uma foi o papel de protagonista que desempenhou o Estado, nas medidas econômicas que propiciava. A outra, o acento permanente posto no problema social do país.

Que se interessassem desde os mais altos níveis estatais e governamentais pela sorte dos despossuídos era um fato novo e insólito na história norte-americana. Não se tratava de revolução, nem de altruísmo. Roosevelt e sua equipe percebiam que havia chegado a hora em que o capitalismo devia ceder algo de sua imensa riqueza para poder subsistir. Mais precisamente, o *New Deal* devia responder a um núcleo bastante definido e restrito de interesses; mas, como estes se beneficiavam com o aumento do nível de consumo dos setores populares, a política de Roosevelt devia se orientar para conseguir tal aumento e, uma vez conseguido, mantê-lo na medida do possível.

Ao longo de seu primeiro mandato, legislou sobre salários, preços, seguros sociais, horários de trabalho. Financiou programas de socorro e obras públicas, que deram trabalho a 4 milhões de desempregados. Estas medidas granjearam a adesão das massas. Mas a medida que tal política se definia e se aliviava a situação dos setores populares, também fortalecia a oposição, que desata uma ofensiva. Esta tinha a seu favor elementos centrais: 1) As milionárias cifras gastas em socorro e obras públicas, enquanto a fome subsistia e havia milhares de desempregados. É certo que houve um alívio no primeiro ano do *New Deal* (de 24,9% de desempregados, passou-se a 21,7% em 1934), porém, com o âmagô de crise, esta tendência a baixar se deteve, em 1935, em 20,1%; 2) Fracassava a política de realocar a indústria através da Lei Nacional de Recuperação Industrial (N.I.R.A.). A indústria também havia se recuperado, em 1933, mas em 1935, quase um terço de sua capacidade estava ociosa. Para piorar, a fase propícia do ciclo econômico não se aproximava, e os industriais não investiam. Quer dizer que, para sorte da oposição encabeçada pelas grandes finanças, os principais problemas continuavam a existir.

As primeiras medidas realmente eficazes contra a depressão foram adotadas nos diferentes países a partir de 1932-1933. Refletiam um fundo comum: a intervenção do Estado para a solução dos problemas econômicos, com reforço de seu papel onde ele já era tradicional (Alemanha e Japão) e sua intervenção onde persistia uma tradição liberal, como nos EUA e Inglaterra. Embora as variantes da política intervencionista sejam de nítido caráter nacional, uma série de medidas foram comuns: protecionismo alfandegário, desvalorização monetária, subvenções governamentais a empresas privadas e aumento dos gastos públicos. Nos EUA, especificamente, o "New Deal" significou uma série de medidas intervencionistas visando atenuar a crise, atingindo vários setores, como os setores bancário, monetário, agrícola, industrial, etc., mas possuía um sentido emergencial, não de mudança estrutural, como o expressou Roosevelt. De qualquer forma, sua aplicação fez a economia norte-americana retornar a seus níveis anteriores a 1929, nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, embora o desemprego jamais tenha sido extinto, persistindo a grande cifra de mais de oito

milhões de desempregados em 1940. Isso só seria solucionado com a passagem para uma economia de guerra.

A saída natural para a crise política foi mobilizar a classe operária para lutar por seu direito, negado durante tanto tempo, de organizar-se sindicalmente. Dava-se, portanto, um objetivo preciso e sem conteúdo político às lutas operárias e se cerceava e controlava as massas com organismos que podiam ser facilmente “institucionalizados”. Em um ponto tal solução coincidia com os objetivos concretos do *New Deal*: a maior quantidade de operários trabalhava nas fábricas da indústria pesada e, ao fomentar sua organização, o governo golpeava no coração de seu principal opositor.

### **A CIO**

Assim, “nesse clima de apoio estatal ao movimento operário, em 1935, John L. Lewis do *United Mine Workers* (sindicato de mineiros) se retirou da AFL e formou a CIO (*Committee of Industrial Organizations*, Comitê de Organizações Industriais) que defendia o critério de organização sindical por ramos da indústria e não por ofício (como defendia a AFL). Esta divisão põe em evidência a existência de sindicatos, como o dos mineiros, por indústria, os quais a AFL não reconhecia, apesar de existirem em seu seio. Esta tendência dentro da AFL que Lewis encabeçava, e que formará o CIO, responde à existência na base operária de mudanças importantes, na organização, a combatividade e a militância, tendo reflexos claros nas greves de 1933-34.

“Roosevelt, ao buscar o apoio político do movimento operário, especialmente com a Lei Wagner, dá um grande respaldo à formação da CIO. Dentro da CIO e respondendo à política de frente popular instaurada em 1935, o PCA terá um lugar importante em sua liderança e organização. Este apoio ao movimento operário é uma das bases da reeleição de Roosevelt como presidente em 1936”.<sup>11</sup> Daniel Guérin descreveu assim a situação: “As três letras CIO passaram a brilhar na consciência operária como um ente mágico, que encarnava todas as aspirações, todas as esperanças, toda a confiança de milhões de trabalhadores por fim revelados a si mesmos. Repetiram-nas e cantaram-nas como se houvessem bebido um filtro. O sindicato virou o centro da vida de todos esses seres humanos durante tanto tempo subjugados e frustrados. Não era somente um frio escritório de negócios, encarregada de negociar questões de salários, como a AFL, mas um lugar, uma escola, um lugar de diversões e de alegria. Os trabalhadores norte-americanos, a quem a sociedade capitalista havia feito individualistas, egoístas, cínicos, ‘duros’, descobriram um tesouro desconhecido: a camaradagem”<sup>12</sup>.

Quando surgiu a CIO, o PCA não era a única organização de esquerda nos EUA. O SPA tinha recuperado o número de militantes de 1908, mas com menos bases operárias (embora conservasse posições sindicais nos têxteis e no vestido). Para Trotsky, o surgimento da CIO não era só uma “virada”, mas um índice da crise geral do capitalismo: “Qual a razão da emergência da CIO? É o declínio do capitalismo norte-americano. Na Grã-Bretanha, o início desse declínio produziu somente os grandes sindicatos de indústria. Mas esses sindicatos só apareceram em cena nos EUA mesmo a tempo de assistirem à nova fase do declínio do capitalismo ou, mais exatamente, podemos dizer que a primeira crise de 1929-33 dá o empurrão inicial e desemboca na criação da CIO. Mas mal se tinha ainda organizado, a CIO teve que enfrentar a segunda crise, a de 1937-38, que continua a aprofundar-se. Que significa isto? Os sindicatos

---

<sup>11</sup> Billorou, Maria J. Entre la crisis y la prosperidad. In: Pozzi, Pablo et al. *Trabajadores y conciencia de clase en los EEUU*. Buenos Aires, Cántaro, 1990, p. 262-263.

<sup>12</sup> Guérin, Daniel. *EUA 1880-1950*. Buenos Aires, CEAL, 1972, p.83.

precisaram de muito tempo para se organizarem nos EUA, mas agora que existem seguirão a mesma evolução que os sindicatos ingleses. Isso quer dizer que nas condições atuais de declínio do capitalismo eles serão forçados a voltar-se para a ação política. Creio que é a coisa mais importante". As condições políticas eram, porém, peculiares: "Há uma grande diferença entre a América e a Europa, onde a questão do partido dos trabalhadores era considerada uma necessidade, pela vanguarda e por amplos setores das massas, o que não acontece nos EUA. Na França, a agitação é para que o PC ou o PS ganhe os trabalhadores... nos EUA, a questão é que a classe operária precisa de um partido próprio, seu primeiro passo na sua educação política".<sup>13</sup>

O historiador e intelectual negro C. L. R. James, nascido nas Antilhas Inglesas, e posteriormente autor do clássico estudo *Black Jacobins*, acerca da revolução da independência do Haiti, afirma então: "Os negros americanos, por séculos o setor mais oprimido da sociedade americana, são potencialmente os elementos mais revolucionários da população. Estão designados pelo conjunto do seu passado histórico a serem, sob a liderança adequada, a vanguarda da revolução proletária. O desprezo pelo trabalho negro e pela questão negra foram, no passado, um sintoma inquietante".<sup>14</sup> E isso em 1938, quando estávamos ainda longe das lutas dos anos 60 e dos *Black Panthers*...

Com a "normalização" e direitização da CIO, uma vez consolidada (com 3.727.000 filiados em 1937, contra 3.440.000 da AFL) iniciou-se um movimento de reaproximação com antigos "inimigos": John Lewis, rompendo com a AFL em 1936, tinha dado um passo adiante em relação ao "gompersismo" mas, para o já citado Guérin, "os fundadores da CIO –Lewis, Hillman, Dubinsky- não fizeram senão pôr um casaco de força num movimento novo e de esquerda que já se desenvolvia. Não tiveram sucesso total, pois um número importante de revolucionários, com o consentimento daqueles, penetraram a nova organização, e nela construíram trincheiras tão sólidas que depois foi impossível desalojá-los. Mas atingiram seu objetivo essencial: criar uma nova AFL de tendência moderada e evitar a formação de uma nova central sindical combativa e vermelha".<sup>15</sup>

Em novembro de 1937, John Lewis e Homer Martin intervieram contra os grevistas da Pontiac: a grande imprensa chamou então Lewis de *Labor Statesman*. Em 1940, Murray declarará que raramente apóia as *sit-down strikes*, enquanto Walter Reuther, na General Motors, chama a "aceitar o pior dos acordos, pelo bem do país". Os "progressistas" não protestaram: Reuther abandonou o SPA para apoiar o governador Murphy para o Senado; Philipp Murray convidou para o congresso da SWOC o prefeito de Chicago (Kelly) -autor do "Massacre do *Memorial Day*" de 1937- no quadro do apoio à terceira eleição de Roosevelt<sup>16</sup>.

Por trás desse processo encontra-se a nova crise do capitalismo norte-americano a partir de 1937. O índice de produção industrial, de 110 em 1929, tinha caído para 58 em 1932. Com sua política inflacionária, Roosevelt fomentou a recuperação: o índice pulou para 87 em 1935, para 103 em 1936, para 113 em 1937. Mas, a partir de agosto desse ano, a recessão reapareceu: a produção cai 27% em quatro meses. Esta situação só será superada com o início da Segunda Guerra Mundial e com a aprovação do maior orçamento de defesa dos EUA em tempos de paz: só a guerra deu, portanto, um fim à

---

<sup>13</sup> Leon Trotsky. *Escritos*. Bogotá, Pluma, 1976, vol. 18.

<sup>14</sup> The SWP and negro work. *SWP Founding Documents*. 1939.

<sup>15</sup> Guérin, Daniel. *Op. cit.*, p. 89.

<sup>16</sup> Cf. Broué, Pierre. *Le Mouvement Syndical aux États-Unis*. Paris, UNEF-IEP, 1974.

crise iniciada em 1929. Os desempregados, de 10 milhões (em 1934-35) passaram para 8 milhões (em 1936-37), mas já superavam 11 milhões em 1938, e ainda eram 10 milhões em 1940. O quadro só será revertido em 1942, depois do ataque japonês a Pearl Harbor, quando a máquina bélica começou a funcionar a todo vapor.

Em 1940, Roosevelt se apresentou novamente como candidato presidencial. A Segunda Guerra Mundial é o que fez com que sua eleição fosse bem sucedida, mais do que o “êxito” (bastante duvidoso) da política do *New Deal*. O apoio à guerra era muito grande, à diferença do que ocorreu na Primeira Guerra Mundial, e apesar da existência de líderes sindicalistas como John L. Lewis que se opõem à entrada na guerra dos EUA. A figura de Hitler, e o ódio que despertava, devido à sua política interna racista e reacionária, foi decisiva para essa mudança. Roosevelt isolou e reduziu o espaço dos principais líderes de esquerda do CIO antes de iniciar o rearmamento de 1940-41.

Do ponto de vista das relações de classe nos EUA, a Segunda Guerra Mundial trouxe modificações decisivas: “O período entre 1941 e 1945, dominado pelo esforço bélico, foi tão importante para a configuração definitiva da nova estrutura de gestão trabalhista quanto o havia sido o período entre 1936 e 1940. Do ponto de vista empresarial, as companhias fizeram grandes progressos durante a guerra, progressos que seriam críticos em anos posteriores. Após 1941, muitos patrões utilizaram a disciplina de tempo de guerra para tentar recuperar parte da iniciativa e controle que haviam entregue aos sindicatos industriais no final da depressão. Promoveram a arbitragem de muitos conflitos por reivindicações, confiando em tirar da fábrica a nova maquinaria dos procedimentos de reivindicações. Aumentaram tremendamente o número do pessoal de supervisão, esperando contrabalançar as novas prerrogativas sindicais quanto a reivindicações e antiguidade com uma maior intensidade na direção e no controle exercidos sobre a mão-de-obra. Muitos patrões utilizaram a oportunidade concedida pela *War Time Labor Distributes Act* (Lei de Conflitos Trabalhistas em Tempo de Guerra) e pela *War Labor Board* (Junta Trabalhista de Guerra) para centralizar a maquinaria legal que mediava os conflitos que se produziam no âmbito produtivo entre empresas e sindicatos, de forma que muitas empresas incrementaram seu ritmo de produção aproveitando-se do esforço de guerra para justificar a aceleração”<sup>17</sup>.

Com a guerra, produziu-se uma mudança decisiva as relações de classe nos EUA. Ao resolver favoravelmente aos seus interesses o conflito de classe que havia percorrido à sociedade norte-americana durante o meio século precedente, a burguesia dos EUA criou as bases para a passagem da hegemonia econômica mundial, que já possuía antes da Segunda Guerra Mundial, para a hegemonia política mundial sobre o mundo capitalista, que se expressou nas instituições políticas, mas sobretudo econômicas (principalmente o FMI e o BIRD, em que, a diferença da ONU, a hegemonia norte-americana é explícita e estatutária) supra nacionais, criadas depois do segundo conflito mundial.

### ***A recuperação do capital e a ordem econômica mundial***

Durante a década de 1930 o volume do comércio mundial caiu como nunca em qualquer depressão precedente. Houve isolamento relativo das grandes economias nacionais e a formação de blocos que conduziram à Segunda Guerra Mundial. Durante a guerra, os gastos armamentistas impulsionaram a recuperação econômica. Entre o começo dos anos 1950 e os anos 1970, o comércio mundial de manufaturados foi multiplicado por dez, mas a “mundialização” da economia foi mais internacional do

---

<sup>17</sup> Gordon, David M. *Trabajo segmentado, trabajadores divididos*. La transformación histórica del trabajo en los EEUU. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986, p. 236.

que transnacional. O comércio mundial crescia, mas a atividade econômica incrementava-se muito mais no interior dos países desenvolvidos.

Os Acordos de Bretton Woods, assinados por cerca de quarenta nações em julho de 1944, procuraram estabelecer uma nova ordem econômica mundial para o pós guerra, que evitasse as fortes instabilidades econômicas ocorridas no período entre guerras: os processos de hiperinflação dos países centrais europeus; as desvalorizações cambiais competitivas das principais moedas, agravando a contração do comércio internacional; as infrutíferas tentativas de dar sobrevida aos parâmetros do padrão ouro; e a “grande depressão” dos anos 30. O arranjo estabelecido em Bretton Woods refletiu a ascensão dos EUA como potência hegemônica, e o declínio da Inglaterra. Ao final da guerra os EUA foram os grandes vitoriosos não apenas no plano militar, mas principalmente no econômico. Os países do Eixo, - Alemanha, Itália e Japão -, foram derrotados militarmente e terminaram com suas economias arrasadas; os principais países aliados, Inglaterra e França, embora vitoriosos, tiveram como saldo de guerra além dos danos humanos e materiais, forte perda de reservas e endividamento junto aos EUA, decorrentes das compras de armamentos e provisões de guerra.

Nos EUA a produção industrial duplicou em cinco anos, perfazendo entre 40% e 45% do total da produção, período no qual o “setor civil” não variou em valor absoluto. Os empregos industriais passaram de 10 para 17 milhões entre 1939 e 1943, o total de empregos de 47 a 54 milhões no mesmo período. Se o PIB aumentou de 150%, a concentração econômica espantosa determinou a feição definitiva do capital monopolista nos EUA — 250 sociedades industriais passaram a controlar 66,5% da produção total, uma percentagem equivalente àquela controlada por 75 mil empresas antes da guerra.<sup>18</sup>

Exemplo claro dessa situação consistiu no empréstimo feito pelos EUA à Inglaterra em dezembro de 1945, US\$ 3,75 bilhões, reembolsáveis em cinquenta anos à taxa de juros anual de 2%. Esta operação destinou-se a dar cobertura ao Banco Central inglês, que, exaurido pelo dispêndio militar, teve um crescimento dramático em seu estoque de ativos financeiros estrangeiros em libras esterlinas, que ao longo da guerra passou de 600 milhões para 3,6 bilhões. A Inglaterra não poderia fazer frente a uma conversão desses títulos em libras, moeda forte ou ouro, e portanto não poderia garantir a conversibilidade de sua moeda: não lhe restava alternativa senão recorrer ao crédito norte americano e ceder às suas exigências. Os EUA, que no início do século XX portavam a condição de país devedor, já na década de 1920 inverteram essa situação, tornam-se grandes credores internacionais, com a ascensão de Nova Iorque como grande praça financeira internacional, quando o dólar já rivalizava com a libra inglesa como moeda internacional.

A adoção do dólar como moeda de curso internacional a partir de Bretton Woods veio referendar a supremacia econômica e militar norte americana no plano mundial: tinha em seu poder, neste período, dois terços das reservas de ouro e respondia por cerca da metade do produto industrial mundial. A economia norte americana teve seu dinamismo revigorado no esforço de guerra, quando conseguiu efetivamente superar os efeitos da depressão dos anos 30, passando a apresentar após esse período altas taxas de crescimento, e situação privilegiada do ponto de vista industrial, tecnológico e organizacional. Seus interesses concentravam-se nas possibilidades de expansão do comércio internacional; haviam sido superadas as restrições da depressão e queria-se evitar a todo custo o ressurgimento de taxas cambiais competitivas e restrições ao

---

<sup>18</sup> Cf. Milward, Alan S. *La Segunda Guerra Mundial 1939-1945*. História econômica mundial. Barcelona, Crítica, 1986.



comércio. A reconstrução econômica europeia a partir do Plano Marshall repassou em forma de empréstimos, doações e gastos com bases militares em solo europeu, cerca de US\$ 13 bilhões, que convertidos em valores de 1994 equivaleriam a US\$ 140 bilhões. Esse valor, destinado em sua maior parte aos países da Europa Ocidental, representou 2% do PIB norte americano na época e não se traduziu em restrições: no primeiro ano do plano o PIB *per capita* dos EUA estava 25% acima daquele de 1940, e parte desses fundos de reconstrução serviram para financiar e dinamizar as exportações americanas para o mercado europeu.

Este contexto de hegemonia norte americana no pós guerra teve importantes implicações na elaboração dos termos dos Acordos de Bretton Woods. Tendo sido apresentadas nas reuniões preliminares duas propostas, uma inglesa, preparada por John Maynard Keynes, e outra, de Harry White, do Departamento de Estado norte-americano, prevaleceu a última como base de negociações. As diferenças básicas entre as duas propostas centraram-se na estruturação do sistema monetário internacional e na criação ou não de uma moeda de curso internacional. Predominou a proposta norte americana, cujo argumento vinha reforçado com os estatutos do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, BIRD, depois Banco Mundial, elaborados um mês antes. Privilegiava a estabilidade das taxas de câmbio e o levantamento de restrições ao comércio internacional, de modo a favorecer seus investimentos no estrangeiro.

Os termos estabelecidos em Bretton Woods, que predominarão na economia internacional até o final dos anos 60, tiveram como pontos principais: a adoção do dólar norte americano como moeda de curso internacional e conversível em ouro; um sistema de regimes cambiais fixos, mas ajustáveis, ligados ao padrão dólar; ajuste de desequilíbrios fundamentais com o monitoramento consentido de instituições multilaterais, FMI, BIRD e GATT (*General Agreement on Trade and Tariffs*). Estas instituições foram estruturadas com o intuito de preservar a estabilidade econômica internacional, a capacidade de previsão e a presença do setor público no mercado internacional de capitais, sendo responsáveis pela supervisão do comércio, do sistema monetário e do equilíbrio do balanço de pagamentos dos países membros. Foi um período em que os EUA, no papel de potência hegemônica no mundo ocidental, cumpriram, simultaneamente, o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e a função de "emprestador de última instância" ou "prestamista internacional", através da atuação de seu banco central, o Federal Reserve, FED, que cumpre importante papel como regulador da liquidez internacional do sistema.

A existência de uma ordem política internacional referiu-se, a partir desse momento, a um conjunto de instituições, de caráter supra nacional (ONU, OEA, OTAN, TIAR, etc.), e de pactos interestatais, que possuem todos poder normativo, e determinada capacidade de ação para implementá-lo, sendo as suas resoluções eventualmente passíveis de serem incorporadas às ordens constitucionais nacionais (é o que acontece, por exemplo, nos países latino-americanos, com os acordos do Pacto de San José relativos aos direitos humanos). Já a ordem econômica refere-se também a instituições (Fundo Monetário Internacional, BIRD, BID, ou o antigo GATT, atual OMC) que não possuem poder normativo, embora possuam um poder jurídico limitado. Elas agem através de acordos, que resultam em políticas, postas em prática a partir de definições adotadas em função das "relações de força" existentes entre os agentes ou "parceiros" econômicos internacionais. Diferentemente da ONU, no FMI ou no BIRD a estrutura das decisões contempla uma representação desigual dos Estados representados, derivada da desigual contribuição dos mesmos aos recursos dessas instituições, recursos que constituem a sua base de atuação e "pressão" (o FMI, por

exemplo, possui um fundo de US\$ 300 bilhões, dos quais os EUA contribuem com 17,63%, a Alemanha com 6,17%, o Brasil com 1,44%).

Vale ressaltar que o consenso econômico da época não se opunha às restrições estabelecidas pelos Estados nacionais aos fluxos internacionais de capital, prevalecia a premissa de que as correntes internacionais de capitais eram não só improváveis, como indesejáveis em enormes quantidades, já que teriam como consequência a instabilidade e a perda do controle de políticas econômicas internas. Nos dizeres de Keynes, representante da Inglaterra em Bretton Woods: "... determinamos continuar controlando nossa taxa interna de juros, de modo que possamos mantê-la tão baixa como melhor convenha a nossos próprios fins, sem interferência dos vai e vem dos movimentos internacionais de capitais ou fugas de capital especulativo". Nos estatutos de Bretton Woods, o artigo VI confirmava claramente esta opção, a liberdade, pelos estados nacionais, de controlar os fluxos internacionais de capitais para evitar desarranjos nos mercados cambiais: "os membros poderão exercer todos os controles necessários para regular os movimentos internacionais de capitais". Este arranjo institucional internacional se coadunava com as políticas econômicas nacionais centradas no intervencionismo estatal, encarregado de prevenir flutuações bruscas e incertezas inerentes ao funcionamento dos diversos mercados.

A arquitetura do sistema financeiro internacional, nos anos de Bretton Woods, se construiu à imagem do sistema financeiro norte americano, que teve suas bases lançadas nas reformas empreendidas durante o *New Deal*, quando foram reformulados e fortalecidos os sistemas bancário e de mercado de capitais. Um dos aspectos institucionais mais importantes das reformas de 1933, além da criação do *Federal Reserve System*, FED, consistiu na *Glass Steagal Act*, lei que regulamentou estruturação dos mercados financeiros por segmentos - bancos comerciais, bancos de fomento e desenvolvimento, bancos de investimentos, corretoras, etc.- evitando a excessiva alavancagem por parte das instituições financeiras, principalmente corretoras e bancos de investimento, que inflacionavam artificialmente os preços dos papéis negociados. Este último aspecto, aliás, fora um dos elementos responsáveis pela fragilização financeira decorrente da onda especulativa ocorrida na economia americana às vésperas da crise de 1929. Nesse sentido, a reestruturação do sistema financeiro americano a partir do *New Deal* constituiu importante marco regulatório, que acabou por servir de modelo nos sistemas financeiros e mercados de capitais de diversos países a partir do pós guerra (no Brasil este tipo de reforma ocorreria a partir do PAEG, de 1965).

Nos mercados de capitais nacionais passou a predominar assim a imposição de controles sobre o balanço de capitais -empréstimos, financiamentos e investimentos- e não sobre as transações correntes, onde os impactos domésticos das intervenções nas taxas de câmbio eram compensadas pelas reservas cambiais oficiais e, quando necessário, por créditos do FMI, que cumpriam papel de anteparo entre a condições monetárias domésticas e internacionais. Assim, a estruturação dos mercados financeiros nacionais apresentava as seguintes características: 1) Políticas monetárias e de crédito condicionadas aos objetivos econômicos nacionais; 2) Regimes cambiais fixos; 3) Limitações aos fluxos de capitais internacionais de curto prazo, impedindo choques externos às taxas de juros domésticas; 4) Segmentação e especialização das instituições financeiras; 5) Fixação de tetos para taxas de depósitos e empréstimos (*Regulation Q*, de 1933); 6) Banco Central regulador e provedor de liquidez ao sistema.

Nesse contexto, o papel principal no sistema financeiro era desempenhado pelo sistema bancário. No plano institucional cabia ao banco central a normatização e fiscalização dos mercados financeiro e bancário, atuando como prestamista de última

instância para o sistema e operacionalizando políticas monetárias baseadas em taxas de juros nominais e reais baixas por longos períodos. Este arranjo do sistema financeiro possibilitava grande capacidade de recomposição de dívidas entre empresas e bancos, e garantia flexibilidade no que se refere à liquidez junto ao Banco Central. Os ganhos do sistema estavam vinculados ao crescimento do volume de empréstimos e financiamentos. Assim, na organização internacional das finanças predominava a captação internacional de recursos financeiros entre países através dos créditos de instituições multilaterais, FMI, BIRD, BID, e em menor escala, de bancos comerciais internacionais. As políticas monetárias e de crédito estavam voltadas predominantemente para os mercados nacionais, e, no plano externo as taxas fixas de câmbio e as restrições à circulação de capitais de curto prazo impediam choques externos na administração interna da taxa de juros.

As bases iniciais do este período de expansão econômica foram atribuídas ao Plano Marshall e seus recursos alocados para a reconstrução europeia e japonesa. Há que se destacar também o papel dos gastos militares e armamentistas, que impediram, com sua continuação, a inevitável queda do crescimento econômico decorrente da reestruturação para os tempos de paz: durante a guerra os EUA chegam a destinar ao setor militar 42% de seu produto nacional bruto (1943 e 1944), 36% em 1945, 11% em 1946, caindo para a média de 6% entre 1947/1950, e de novo aumentando para 12,5% entre 1950/1955, em função dos gastos com a guerra da Coreia. A expansão dos gastos militares durante este conflito teve impacto positivo para os países fornecedores de matérias primas, entre eles Argentina, Brasil e México, com aumento de suas exportações para os EUA.

O “outro lado” do Plano Marshall era a presença militar dos EUA no Japão, na Alemanha e nos outros países da Europa, pois o ciclo capitalista devia ser reconstruído contra sua própria crise e *contra os trabalhadores desses países*. Por isso é superficial indicar como razão fundamental que “o tecido social europeu e japonês era suficientemente forte para que não se reproduzisse o que acontecera em 1919, a radicalização revolucionária. Europa, a partir de 1947-48 (Plano Marshall) e o Japão a partir de 1951 (Tratado de San Francisco) iniciaram um desenvolvimento acelerado sobre a base do modelo fordista americano...Em 1945, existiam todas as condições para uma ‘modernização-americanização’ acelerada, o marco de uma hegemonia dos EUA, aceite sem resistências”.<sup>19</sup> Houve uma disputa social, resolvida através da repressão e manobras políticas. Essa razão de fundo do Plano Marshall teria um peso histórico, pois ao financiar a reconstituição dos capitalismo europeus e japonês, os EUA financiavam seus futuros concorrentes no mercado mundial, o que, além de desmentir a velha perspectiva kautskiana do “superimperialismo” (que nunca teve melhores condições de realização do que no final da Segunda Guerra Mundial, com Europa e Japão em ruínas, e os EUA donos de uma hegemonia incontestada -econômica, política e militar- no campo capitalista) informava sobre as condições de crise de toda uma época histórica, a era dos monopólios.

Em 1947, por outro lado, a União Soviética fez os testes de sua primeira bomba atômica. Este fato marcou o antagonismo crescente entre este país e os EUA, resultando na “guerra fria”, corrida armamentista baseada no poder nuclear. Nos quarenta anos que se seguiram, os principais protagonistas acumularam capacidade nuclear suficiente para destruir todo o planeta várias vezes, além de se tornarem grandes produtores e exportadores de armamentos não nucleares. O contexto em que se insere o período de prosperidade e crescimento, que vai do pós-guerra até o início

---

<sup>19</sup> Amin, Samir. El ciclo de posguerra (1945-1992). *Viento Sur* n° 8, Madri, abril 1993.

dos anos 70, teve portanto muito de sua especificidade delineada pela lógica da “guerra fria”: um mundo dividido ideologicamente em dois sistemas econômicos e políticos, capitalista e socialista, sob as lideranças dos EUA e da União Soviética. A polarização política e econômica dos blocos antagonistas estabelece o referencial ideológico com que seriam introduzidos no discurso econômico ocidental o *welfare state* e suas regulações sociais, com a aceitação do papel do estado como regulador, planejador, produtor ou coordenador de investimentos vitais para o desenvolvimento.

### ***Capitalismo americano e armamentismo***

Até a Segunda Guerra Mundial o excedente de capital acumulado nos países industriais avançados gerou as crises periódicas do capital, em 1929 e 1937. As vastas demandas de gastos militares pelo Estado absorveram o excedente depois de 1937, mas a crise reapareceu em fins dos anos 1940 nos EUA. Posteriormente, os gastos militares dos EUA, combinados com a corrida espacial, mantiveram uma taxa de crescimento constante, ainda que lenta para toda a economia, e desde 1963 em diante o grande aumento no gasto militar gerou uma taxa de crescimento muito mais rápida, que se estendeu por uma década. O papel de “locomotiva” dos EUA deveu-se a uma série de fatores históricos, que os colocaram já no período de entre guerras no centro do capitalismo mundial, e com a Segunda Guerra Mundial, como pilar hegemônico da ordem mundial: além das numerosas e valiosas vantagens de seu caráter histórico, o desenvolvimento dos EUA gozou da preeminência de um território imensamente grande e de uma riqueza natural incomparável.

A intervenção estatal como garantia do ciclo do capital em seu conjunto foi particularmente marcante na Europa, onde o primeiro problema que se apresentou no segundo pós-guerra foi o de reparar as devastações produzidas durante o conflito. Em todo o continente a destruição material havia sido enorme e havia existido muito pouco investimento neto. Ao mesmo tempo havia existido tal progresso nas técnicas e produção industriais durante a guerra, especialmente na América do Norte, que voltar simplesmente aos esquemas pré-bélicos teria deixado a Europa a mercê dos EUA nos aspectos econômicos tradicionais, e da URSS nos aspectos militares. Era particularmente importante -e custoso- modernizar os serviços básicos de transporte e de energia, dos quais dependia a recuperação (eles haviam protagonizado os debates sobre a propriedade pública antes da guerra) e coordená-los a nível nacional. Esses setores foram objeto da primeira onda de nacionalizações europeias, que ocorreu depois da guerra.

O principal motor, porém, em especial nos EUA, foi o gasto armamentista, ou seja, o gasto improdutivo do Estado, que durante a Segunda Guerra Mundial tinha permitido absorver o desemprego criado pela crise da década de 1930, e posteriormente tirar (com a guerra da Coreia) o país da recessão do final da década de 1940 ou, como disse o historiador econômico Tom Kemp: “Os gastos militares somaram, a partir da guerra da Coreia (1950), quantidades nunca antes atingidas. Nessas condições teve lugar a expansão do sistema capitalista internacional. Os gastos militares eram, para o sistema mundial capitalista, a principal causa da expansão e ainda do desaparecimento de uma parte das desproporções que antes limitavam a capacidade de expansão. Os encargos militares davam solução ideal ao problema colocado pela realização da mais-valia: preservavam a taxa de lucro no conjunto da economia e abriam, para as indústria não-armamentistas, mercados que de outro modo não teriam existido”.

Com a impulsão inicial do gasto armamentista, foi o comércio mundial, aumentando em velocidade superior à produção, o responsável pela extraordinária expansão econômica de pós-guerra, cujas taxas de crescimento só admitem comparação com as

da década de 1860: “A maioria dos países tornou-se mais dependente tanto das importações quanto dos mercados estrangeiros. Um exemplo dramático é a importação de minerais pelos EUA: as importações netas como percentagem do consumo aumentaram de -3.1% em 1910-19 para 5.65% em 1945-49, e 14% em 1961”.<sup>20</sup> Na década de 1950, o comércio cresce a um ritmo de 6% anual, chegando a 7,5% na década de 1960, com um *record* de 9,5% em 1963-66: “Temos todos os motivos para pensar que foi o comércio a chave para a economia de pos-guerra”.<sup>21</sup> No total, entre 1950 e 1970, o comércio cresceu de 350%, enquanto a produção cresceu de 200%.<sup>22</sup>

A importância do gasto armamentista foi tal que a economista keynesiana Joan Robinson declarava, em 1962, que “uma sequência de 17 anos sem uma recessão mundial séria é uma experiência inédita para o capitalismo (mas) não se provou que as recessões possam ser evitadas, exceto pelos dispêndios em armamentos, e como, para justificar as armas, a tensão internacional tem de ser mantida, parece que o tratamento é muito pior do que a doença”.<sup>23</sup> Essa tensão internacional –EUA versus URSS, ou “comunismo versus mundo livre”- forneceria justamente o alibi ideológico para os golpes militares latino-americanos, que afirmaram bastante uniformemente que a democracia era “incapaz de conter o comunismo”.

O armamentismo não teve só um papel económico, mas também político, do ponto de vista da hegemonia continental e mundial dos EUA. Na América Latina, o papel preponderante foi assumido pelos institutos políticos dos EUA (como a já mencionada emenda Platt, que instituiu o controle militar de Cuba pelos EUA, ou a emenda Hickenlooper, que os EUA pretenderam utilizar contra as nacionalizações do petróleo peruano em 1968), pelos pactos bilaterais ou pelos tratados regionais, sob patrocínio norte-americano, como o CONDECA na América Central. Esta situação correspondia com as características da potência imperialista “sem colónias” (os EUA). Era um método de dominação mais barato, porque evitava a custosa (e arriscada) tarefa de manter permanentemente tropas nos territórios considerados como de “interesse vital” (embora a ocupação direta fosse sempre o último recurso, como o demonstrou a interminável lista de intervenções militares “ianques” em nosso continente, as bases militares nele disseminadas, ou a prolongada ocupação militar da Nicarágua durante a década de 1920). A passagem do conjunto do continente à órbita de influência político-militar norte-americana consolidou-se durante a Segunda Guerra Mundial.

Na Conferência Interamericana de Chanceleres de Rio de Janeiro (1942), os EUA impuseram a quase todos os países latino-americanos a participação, beligerante ou não, no conflito bélico (em favor dos Aliados): só a Argentina e o Chile resistiram ao *diktat* ianque, expondo-se a sanções económicas. Vários países centro-americanos propuseram, na ocasião, que fosse declarada a guerra aos países sul-americanos que não rompessem relações com os países do Eixo. Depois da guerra, a pressão política e militar completou-se com a assinatura (1947) do *Tratado Interamericano de*

---

<sup>20</sup> Sutcliffe, Bob. *Op. cit.*, p. 338. Sobre a expansão económica de pós-guerra, ver: Kidron, Michael. *Western Capitalism since the War*. Londres, Penguin Books, 1970; Armstrong, Philip, Andrew Glyn e John Harrison. *Capitalism since World War II*. Londres, Fontana, 1984; Palazuelos, Enrique (org.). *Las Economías Capitalistas Durante el Periodo de Expansión 1945-1970*. Madri, Akal, 1989; Van der Wee, Hermann. *Prosperidad y Crisis 1945-1980*. História económica mundial. Barcelona, Crítica, 1986.

<sup>21</sup> Kidron, Michel. *Op. Cit.*, p. 63.

<sup>22</sup> Armstrong, Philip et al. *Op. Cit.*, p. 153.

<sup>23</sup> Robinson, Joan. *Ensayo sobre Economía Marxista*. México, Siglo XXI, 1968.

*Assistência Recíproca* (TIAR), que prevê o direito de intervenção militar em qualquer país latino-americano em caso de agressão externa (menciona-se explicitamente a "agressão externa do comunismo", o que deixa uma margem de arbítrio bastante grande como para permitir uma intervenção militar, da OEA –Organização dos Estados Americanos-, sob qualquer motivo). A República Dominicana foi vítima em 1965 desse tratado, quando foi invadida pelos "marines" vestidos em soldados da OEA.

O general nacionalista Perón assinou esse tratado em nome da Argentina. Os tratados, por outro lado, completaram-se com as mais variadas formas de "integração militar", que colocaram os exércitos latino-americanos sob controle quase direto dos EUA. Uma das mais conhecidas são as periódicas manobras navais UNITAS, começadas em 1957 com a presença conjunta das frotas dos EUA, da Argentina, do Brasil e do Uruguai. Para Vivian Trias essas manobras consagraram o fim da influência militar britânica na América Latina, e o triunfo completo das pressões militares e políticas norte-americanas para obter a absoluta hegemonia militar na região.<sup>24</sup>

O conteúdo dos "programas militares" latino-americanos dos EUA estava perfeitamente claro e explícito nas palavras seguintes de dois altos funcionários da administração norte-americana: "Que é então a assistência militar? É um programa com cujos fundos são feitas compras à indústria norte-americana, para as forças dos países estrangeiros que, contando com vontade e material humano, carecem de meios de defesa; é um programa que traz a nosso país entre dez e quinze mil estudantes militares estrangeiros anualmente, expondo-os não somente ao conhecimento militar norte-americano, como também ao modo de vida norte-americano; é um braço da política exterior dos EUA; defende predominantemente nosso interesse nacional" (General Robert J. Wood); "Os EUA não podem estar em todo lugar simultaneamente. A balança de forças e as necessárias alternativas com o mundo contemporâneo em transformação só podem ser conquistadas com amigos fiéis, bem equipados e prontos para cumprir com a tarefa que lhes cabe. O Programa de Assistência Militar foi projetado para impulsionar e conquistar tais forças e alternativas, já que ajuda a manter forças militares que complementam nossas próprias forças armadas".<sup>25</sup> Como parte de esse programa foi criada a Escola Militar do Caribe (posteriormente *School of Americas*) na zona do Canal de Panamá, escola que desde 1961 teve o centro das suas atividades no treino "anti-insurrecional" (ou "contra-insurgente") dos oficiais latino-americanos nela inscritos. A economia de esforços que este investimento militar significava para os EUA está ilustrada por estas cifras, de 1967: o custo médio de um soldado norte-americano era de 5.400 dólares, o de um das forças armadas "complementares", 540.

O Programa de Assistência Militar (PAM) foi o pilar de sustentação das Forças Armadas numa série de países (Bolívia, República Dominicana, Equador, Honduras, Guatemala, Panamá, Paraguai, a Nicarágua de Somoza) onde os exércitos se transformaram numa espécie de apêndice das Forças Armadas norte-americanas. Segundo John Saxe-Fernandez, as consequências que esse tipo de assistência militar provocou na estrutura política latino-americana era sem precedentes. A tradicional debilidade relativa das estruturas políticas civis que se opõem aos militares no sistema político viu-se aumentada ao grau da virtual impotência.

O impacto de tais programas nos países pobres e atrasados da América Central era, todavia, bem maior. A assistência militar deu a cada membro da Guarda Nacional da

---

<sup>24</sup> Trias, Vivian. *Imperialismo y geopolítica en América Latina*. Buenos Aires, Carlos Pérez, 1967.

<sup>25</sup> Declaração de Robert Mc Namara, Secretário de Defesa dos EUA, em defesa do Programa de Assistência Militar para o ano fiscal de 1967.

Nicarágua, sob a direção de "Tachito" Somoza, uma média de 900 dólares em equipamento e treinamento, para que exercesse o poder e conduzisse a violência contra uma população cuja renda anual *per capita* era de 250 dólares. No caso da Guatemala, a "ajuda militar" proporcionou ao soldado médio um poder para exercer violência (em equipagem e treinamento) avaliado em 538 dólares, contra o guatemalteco médio, cuja renda anual era de 185 dólares. Mas o programa de contra-insurreição e ação cívica militar foi mais longe: não somente aumentou em alto grau a superioridade relativa das forças armadas sobre o cidadão médio em qualquer situação de conflito físico, como também forneceu um marco ideológico que justificava e incitava a intervenção militar em esferas usualmente sob controle civil. Neste sentido, as forças armadas latino-americanas tendiam a se transformar em entes determinantes em questões político-econômicas e sociais.

### ***Explosão da pesquisa e qualificação da força de trabalho***

No quadro da expansão econômica de pós-guerra, o ensino universitário se massificou depois da Segunda Guerra Mundial. Os EUA anteciparam o processo já na "década dourada" de 1920, passando de 250 mil estudantes universitários em 1900 para um milhão e meio em 1940 (na pós-graduação as cifras respectivas são de 5800 e... 100 mil): uma sextuplicação. No mesmo país havia 3 milhões de estudantes universitários em 1958 e 10 milhões em 1974: um crescimento muito superior ao crescimento demográfico. O próprio ensino secundário cresceu de 2,5 para 4,8 milhões apenas nos anos 20 (um crescimento de 32% para 51% dos jovens em idade escolar).

Segundo Verger e Charle, depois de 1945 entrou-se num "novo mundo universitário": o efetivo universitário da Inglaterra, que tinha crescido de 5 mil para 37 mil estudantes entre 1870 e 1930, incrementou-se para 106 mil em 1950, ou seja, cresceu em vinte anos (na verdade, em menos, descontadas a crise e a guerra) mais do que o dobro dos sessenta anos precedentes. Na Alemanha, o crescimento foi de 11 mil (1850), para 134 mil (1930) e 246 mil (1950). O mesmo panorama se observa em todos os países capitalistas centrais, e em grande parte da periferia que, em muitos casos, criou suas primeiras universidades.<sup>26</sup>

Na França, o efetivo universitário passou de 150 mil estudantes em 1956 para 605 mil em 1967, sendo criado então um ministério exclusivo para as universidades. As cifras da ex-URSS são muito mais impressionantes que as dos EUA e Europa. Na América Latina, também, em 1950 havia 75 universidades com 270 mil alunos (2% dos jovens em idade universitária) e 25 mil professores. Em 1988 já havia 450 universidades e 2000 instituições de ensino superior, com mais de 6 milhões de alunos para as primeiras (um milhão e meio só no Brasil, que tinha apenas 100 mil em 1960) e 500 mil professores: entre 10% e 15% dos jovens em idade correspondente (porcentagem, no entanto, muito inferior à dos EUA, Europa e Japão). Na chamada "década perdida" (1980-1990), as universidades latino-americanas cresceram cerca de 5% ao ano, apesar do retrocesso econômico.

Paralelamente se desenvolveu o que Ernest Mandel denominou "a constituição da investigação (a produção de conhecimentos científicos ou tecnológicos) em um ramo independente da produção".<sup>27</sup> Os investimentos em ciência e tecnologia cresceram 15 vezes nos EUA entre 1947 e 1967, enquanto o PIB o fez apenas 3 vezes no mesmo período. Na América Latina, o processo foi desigual, dado que 50 das 450

---

<sup>26</sup> Charle, Christophe e Verger, Jacques. *História das Universidades*. São Paulo, Unesp, 1996, pp. 125-127.

<sup>27</sup> Mandel, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

universidades concentram 80% da investigação (no Brasil, por exemplo, as três universidades públicas paulistas passaram a concentrar, em um universo superior a 1000 universidades, quase 60% da investigação).

As razões do processo descrito se encontram, parcialmente, na necessidade de qualificação de mão de obra de um capitalismo em expansão (1945-1970), e nas concessões feitas pelo capital para evitar desenvolvimentos revolucionários no imediato pós-guerra ou, o que é a mesma coisa, nas pressões dos trabalhadores e da população explorada. Classes e camadas populacionais antigamente marginalizadas da universidade passaram a ter acesso a ela. Com isto se deitavam as bases para uma mobilidade social inédita, e para a explosão posterior das chamadas “novas tecnologias da informação” (NTI).

Na universidade, a figura do professor foi substituída pelo do “pesquisador que dá aulas” (mais recentemente, a última está sendo substituída pela do “gerente de recursos econômicos e humanos”, que, às vezes, dá aulas). Assim como as nacionalizações capitalistas são a negação da propriedade privada no quadro de sua afirmação, a expansão educacional (e, sobretudo, a generalização da aspiração a um ensino médio e superior) manifesta a tendência à negação da divisão entre trabalho manual e intelectual no quadro de sua agudização. Parafrazeando Walter Benjamin, que entendia que a principal consequência para a obra de arte da “era de sua reproductibilidade técnica” era a perda de sua “aura”, se poderia afirmar que o ensino universitário perdeu sua “aura” sagrada do passado, sem perder a base de sua alienação. Em 1970, 13,9% dos trabalhadores norte-americanos possuíam nível universitário (15,4% dos homens e 11,4% das mulheres). Em 1995, as percentagens tinham dobrado: 29,3% dos trabalhadores tinham diploma universitário, com percentagens de 30,1% para os homens e 28,3% para as mulheres.<sup>28</sup>

As consequências do processo universitário, e educacional em geral, foram múltiplas. Por um lado, houve a proletarização, ou melhor, assalariamento generalizado, do professorado (que deixou de ser um setor “de elite”) o que o levou a adotar os métodos de organização e luta da classe operária, o sindicalismo educacional, assim como as centrais continentais e mundiais (CEA, CMOP, IE etc.). Com a expansão universitária, por outro lado, os intelectuais tiveram, pela primeira vez em sua história moderna, um público massivo sem pôr um pé sequer fora de sua instituição (a universidade). O caráter alienante desse processo foi agudizado conscientemente pela burguesia, por exemplo nos EUA, onde os campi universitários foram construídos propositalmente longe de toda concentração urbana: a alienação intelectual assumiu contornos até mesmo físicos, e isto não deixou de ter consequências em sua produção, tal como o estudou Russell Jacoby, para o caso dos EUA, em *Os Últimos Intelectuais*.

A massificação do ensino universitário implicou uma queda de sua qualidade, não como uma consequência automática do “número” mas pelo caráter cada vez mais alienado daquela. A contradição entre esse processo e a preservação da “qualidade” assumiu formas econômicas (a construção de setores “de ponta” ou “de excelência”, contraposta à “massa de universidades”, consideradas “fábricas de diplomas”); institucionais, como a construção de um duplo sistema universitário em diversos países (as “grandes écoles” –ENA, ENS, Politécnica, EHESS, Collège de France– contrapostas às universidades, na França; as “cinco grandes” –Harvard, Yale, Stanford, Princeton e Cornell– e “o resto” nos EUA) e epistemológicas, em especial no setor da produção científica em que a tendência alienante se contrapõe mais frontalmente ao próprio objeto de estudo (a realidade humana e social). O processo alienante se

---

<sup>28</sup> *US Statistical Abstracts*.



manifestou como processo de fragmentação do conhecimento que o segmenta profundamente da realidade e de si mesmo. Esse fenômeno não é exclusivo das ciências humanas, e é possivelmente mais grave (por suas consequências) no caso das ciências exatas, físico-naturais e biológicas. O editor do *British Medical Journal* (uma das publicações mais relevantes dessa área), Richard Smith, declarou que “apenas 5% dos artigos publicados (nas publicações médicas) têm o padrão mínimo de eficiência científica e relevância clínica” (no entanto, eles passaram a ser considerados a base da medição da produtividade universitária, nos mais diversos países).

### ***As bases econômicas da crise***

No plano monetário, a heterodoxia econômica baseada no intervencionismo estatal permitiu sistemas financeiros nacionais submetidos aos objetivos políticos do crescimento e do pleno emprego e, no plano externo, ao crescimento sem precedentes do comércio internacional. Os limites do “sistema Bretton Woods” estavam dados por ele mesmo ou, dito de outro modo, nele se encontravam os germes da sua própria dissolução: o processo inflacionário e a crise fiscal do Estado norte-americano, em grande parte decorrentes do seu gasto improdutivo, com um lugar de destaque para os gastos de defesa derivados da corrida armamentista e do chamado “equilíbrio do terror”.

No carro-chefe da economia mundial capitalista, somente após 1942, com a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial, é que o país conseguiu sair de fato da crise. Através de uma economia de guerra, toda a capacidade produtiva foi posta em funcionamento. No final da guerra, os EUA emergiram-se como potência capitalista hegemônica. A saída dada à crise de 1929 e o estabelecimento da política do *New Deal*, foram fatores importantes para que os EUA se tornasse potência hegemônica. Mas seu poderio agora estava sendo limitado devido a relação de forças entre as classes de um lado, e pela tendência da guerra interimperialista em se transformar em revolução social mundial, do outro. É diante deste quadro que se estruturou a nova ordem econômica mundial após 1945.

O restabelecimento do controle interno logrou-se mediante o segundo pacto social dos EUA, agora sob a égide da chamada “regulação fordista”. No tocante à política mundial, os presidentes Roosevelt e Churchill, através dos acordos de Yalta e Potsdam, tentaram estabelecer um ajuste político com Stálin, a fim de frear a potencialidade da guerra se transformar em revolução social, muito embora não houvesse meios de verificar se Stálin cumpriria sua parte no acordo. Seus limites políticos foram provados, no entanto, quando não conseguiu frear o domínio do PC chinês no país.

A política de câmbios fixos promulgada pelo acordo de Bretton Woods, definiu a ordem econômica mundial no segundo pós-guerra. O câmbio fixo possibilitou uma interdependência entre as nações ao mesmo tempo em que conservou suas soberanias, possibilitando a retomada do desenvolvimento e a concorrência capitalista entre diversas nações. A vigência do câmbio fixo no sistema econômico internacional, impediu que se realizassem grandes especulações financeiras, transformando os EUA em exportador de créditos e de capitais industriais pela ação das multinacionais norte-americanas. Assim, após a crise do pós-guerra e com a reestruturação política e econômica mundial, o capitalismo retomou a produção e realização “normal” da mais-valia. Os trinta anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, com o regresso da expansão capitalista ficaram conhecidos como a *Idade de Ouro* do capitalismo. Impulsionada primeiramente pela guerra da Coreia em 1950 e depois pelo estabelecimento da Guerra Fria, a retomada da economia de guerra foi um dos fatores responsáveis pela expansão da economia capitalista no pós-guerra. Entretanto, os

gastos governamentais utilizados na política armamentista produziram um enorme déficit público nos EUA, abrindo caminho para a reestruturação dos mercados financeiros e do capital fictício. Uma nova crise de superprodução emergia. A falta de rentabilidade do capital e a não realização da mais-valia fazia com que o ciclo acumulação capitalista não se cumprisse. É nos anos 70 que se produzem as duas maiores recessões capitalistas: de 1973 à 1975, chamada de “choque do petróleo”, e a segunda em 1979, atingindo seu ponto mais alto em 1981, chamada de “segundo choque do petróleo”.

O processo de liberalização do comércio mundial de pós-guerra fora antes do mais um processo político, no qual a expansão das forças econômicas, longe de atenuar, reforçou os mecanismos de controle estatal: “A inovação do período após a Segunda Guerra Mundial reside justamente em que, no curso das liberalizações, o mercado mundial gradualmente se constituiu como local da reprodução econômica de todas as formas agregadas do capital: da liberalização do comércio mundial da década de 1950 até a formação do sistema creditício internacional praticamente sem regulação política, desde meados da década de 1960. Mas as desregulações de modo algum tinham como resultado a eliminação dos controles políticos das relações econômicas por organismos e governos nacionais, e sim a criação de novas instituições reguladoras das relações econômicas mundiais”.<sup>29</sup>

Mas a própria expansão econômica, o aumento espantoso do volume do comércio exterior, minavam as bases sobre as quais se assenta o controle político do processo econômico, preparando as condições para a crise, que todo o emaranhado “institucional” destinado a contê-la foi incapaz de evitar: “A mobilidade de capital parece ter exercido um importante papel no colapso do regime de tipo fixo. O sistema de nível ajustável da década de 1960 foi menos capaz de gerar especulação estabilizadora do que os tipos fixos da década de 1900, uma vez eliminados os controles do capital. A mobilidade do capital reduziu também o controle que as autoridades monetárias nacionais podiam exercer sobre as suas próprias economias, influenciando as taxas de juros”.<sup>30</sup>

Por outro lado, todo o período de “boom” econômico, os “trinta anos gloriosos” (1945-1975) não fizeram senão acentuar as desigualdades de desenvolvimento da economia mundial, levando-as a um grau que teria sido inimaginável nas décadas anteriores. Os países da Europa ocidental, principalmente a Alemanha, exportavam na década de 1980 44% das mercadorias mundiais, os EUA, 12%, e o Japão, 15%. Esses três conjuntos geográficos tomados globalmente asseguram, portanto, mais de dois terços das exportações industriais mundiais. Se a estes somamos o Canadá, a África do Sul, a Austrália, a Nova Zelândia e os países da Europa do Leste, a proporção passa dos 80%, cifras estas válidas para os últimos quarenta anos. Como explicar tal preponderância? Por uma equação muito simples: com um quarto da população mundial, os países desenvolvidos representavam 80% da produção mundial e três quartos do consumo de produtos industrializados. Os países desenvolvidos de “economia de mercado” garantem 60% da produção manufatureira mundial, a ex-URSS e os países da Europa do Leste, 20%, e os países em vias de desenvolvimento, os 20% restantes, sendo que o essencial desses 20% corresponde a um reduzido número de países: China, Índia, Brasil, México e os “tigres asiáticos”. Entre estes últimos, a Coreia do Sul, o Taiwan, Hong Kong e Singapura representam a metade das exportações industriais dos países do Sul.

---

<sup>29</sup> Altvater, Elmar. *O Preço da Riqueza*. São Paulo, UNESP, 1995, p.157.

<sup>30</sup> Foreman-Peck, James. *Historia de la Economía Mundial*. Barcelona, Ariel, 1985, p. 354.

A “desregulamentação” advinda com a crise foi menos a expressão de uma “ofensiva ideológica neoliberal”, e mais a consequência da explosão do quadro institucional em que o capitalismo se desenvolveu o período de auge econômico capitalista. Todo o sistema de regulamentação econômica de pós-guerra estava baseado na hegemonia político-militar dos EUA, que também eram o carro-chefe do desenvolvimento econômico. O papel político mundial dos EUA estava cada vez mais em contradição com o seu declínio econômico. Na década de 1970 os EUA não produziam mais do que um quinto dos bens manufaturados no mundo, contra mais da metade em 1950. No setor automobilístico, a porção dos EUA na produção mundial passou de 76% em 1950 para 17% em 1990. Eles contribuíram com 12 % das exportações industriais mundiais em 1990, contra 22% em 1960. A sua balança comercial tornou-se deficitária dos anos 1970, sendo que o déficit só aumentou nas décadas posteriores.

Ao contrário do Japão, no último quartel do século XX, o emprego industrial nos EUA continuou decrescente, passando de 21% do emprego total em 1976 a 16,5% em 1988 e a 14% no ano 2000. São várias as razões desse declínio. O modo de vida fundado sobre o consumo incha as importações. O ministério da Defesa garante o essencial do financiamento público para a pesquisa; ora, as tecnologias militares possuem uma aplicação limitada na indústria civil. Se os EUA tentam sair da crise descarregando-a sobre as costas de seus concorrentes (e de toda a periferia do sistema capitalista mundial) isto não significa uma tendência para a autarquia econômica mas, ao contrário, para a internacionalização ainda maior da sua economia, como já era apontado em 1976 por Gabriel Jipe: “A transferência para o exterior do potencial produtivo americano, acompanhado pelo desenvolvimento de seu sistema bancário em escala mundial, é uma solução para a absorção de capital freado dos EUA e permite assegurar ou reforçar um controle direto ou indireto dos mercados e das fontes de recursos do sistema americano; a continuação da economia de guerra (onde se manifesta a intervenção crescente do Estado) e as novas formas de dependência (‘ajuda econômica’ aos países pobres) que o sistema americano busca instaurar (em poucas palavras, o *imperialismo crescente*), são outros elementos que atuam sobre a tendência a acumular, modificam tanto o nível como a forma da acumulação nos EUA a partir dos anos 60, e rebatem a tendência ao estancamento”.<sup>31</sup>

O resultado final da expansão mundial de pós-guerra foi o fim da conversibilidade do dólar, que era moeda reserva do padrão-ouro dólar, em agosto de 1971,<sup>32</sup> com a perda consequente da hegemonia industrial dos EUA, a ascensão mundial da Alemanha e do Japão, a crise fiscal do Estado em quase todos os países (principalmente aqueles de economia industrial mais desenvolvida), a desvalorização do dólar, a inflação nos países centrais, a expansão de um sistema monetário internacional privado (eurodólares), a implantação de regimes militares por quase todo o continente latino-americano, com apoio do Pentágono, o endividamento externo e o surgimento do “milagre econômico brasileiro” (1969-73), baseado no que se chamaria a “economia da dívida”. Tivemos então uma fase inflacionária nos “países desenvolvidos”, que se deslocou para a periferia, e a partir dos anos 1990 uma fase deflacionista. Até 1973,

---

<sup>31</sup> Jipe, Gabriel. El desarrollo de los monopolios y la tendencia al estancamiento. *Críticas de la Economía Política* nº 3, México, abril 1977.

<sup>32</sup> Na expressão de Paul Volcker, Chefe do Federal Reserve e czar da economia dos EUA antes de Alan Greenspan, “desde 1971 e a decisão americana de não mais vincular dólar e ouro, o mundo vive com um *não*-sistema monetário internacional” (Cf. Izraelwicz, Erik. Anniversaire morose pour le Fonds et la Banque. *Le Monde*. Paris, 4 de outubro de 1994).

os EUA exportavam pouco menos de 8% do seu PIB<sup>33</sup>. No período posterior a 1970, a economia entrou numa fase recessiva. As taxas médias anuais de crescimento da economia mundial acumuladas no período 1950-73 foram de 4,9%, em contraste com o período 1973-92: 3,0%<sup>34</sup>.

A crise da fase expansiva do pós-guerra, e da ordem econômica internacional correspondente, foi explicada pelo esgotamento do exército industrial de reserva nos países centrais, o acirramento da concorrência entre eles e o das lutas sociais, combinados às crises do sistema monetário internacional, que levaram à estabilização das taxas de mais-valia e à queda da taxa de lucros (apesar da crescente automatização). Uma nova ordem deveria surgir da nova onda de desenvolvimento capitalista, que combinasse a revolução tecnológica na área da informação, centrada sobretudo nos EUA (que vem ampliando a automação da reprodução e fazendo surgir os setores da “nova economia”),<sup>35</sup> com a universalização do mercado capitalista mundial, através da incorporação do antigo “socialismo real”. Com isso, os mesmos fatores que levaram à queda da taxa de lucros na fase precedente levariam a uma nova longa onda da reprodução capitalista: revolução da produtividade do trabalho, elevação da taxa de mais-valia, barateamento do capital constante, redução do tempo de rotação, através do desenvolvimento do setor terciário (computação, telecomunicações), combinados à redução da composição orgânica do capital (através da mundialização da acumulação *via* extensão do mercado capitalista).

Desde o final da década de 1960, os índices econômicos norte-americanos apresentavam sinais de alarme, pois evidenciavam uma queda tendencial da taxa de lucro do capital em seu conjunto. Quando a crise seja finalmente “oficialmente” declarada, com a crise do petróleo de 1973, um período de tempo foi necessário para a compreensão de que não se tratava só de uma crise conjuntural ou cíclica, como aquelas que no pós-guerra foram chamadas de “recessões” (1948-49; 1952-53, 1957-58, 1960-61, 1966-67, 1970-71), mas de uma crise que atingia limitações estruturais profundas do capitalismo: no pós-guerra o capital tinha usado a fundo as possibilidades do gasto armamentista, do “desenvolvimento” dependente, da formação de capital fictício, do desenvolvimento artificial das nações atrasadas com vistas à criação de mercados para exportar seus capitais e mercadorias: fez isto de modo sistemático e esgotou seus recursos nesse plano. A participação relativa dos EUA no mercado mundial retrocedeu dramaticamente na década de 1960: de 35% na exportação total de Europa e terceiros países em 1960, essa percentagem caiu para 29,8% em 1968.<sup>36</sup>

A crise da década de 1970 produziu a primeira queda da produção desde 1945: nos EUA, em 1974, a produção caiu 10,4%, a capacidade ociosa foi até 32% e o desemprego

---

<sup>33</sup> Hobsbawm, Eric J. Conjecturas a respeito de mudanças globais. *Novos Rumos* n° 27, verão de 1998.

<sup>34</sup> *Problèmes Économiques*. Paris, 5 de março de 1997.

<sup>35</sup> De acordo com a *Nortel Networks*, o valor global da “net economy” (nova economia) deveria atingir 2,8 trilhões de dólares em 2003, ou seja, 7% do PIB mundial, ou o equivalente do PIB da Alemanha, França e Inglaterra reunidas (Marti, Serge e Stern, Babette. *La mondialisation en question. Dossiers & Documents*. Paris, maio 2000).

<sup>36</sup> Krippendorf, Ekkehart. *El Sistema Internacional como Historia*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 142. O autor nota também que “a Comunidade Econômica Europeia constituiu a manifestação concreta das tensões e conflitos concorrentes entre o capital americano e europeu (mas que eram) frutos do triunfal esforço americano por reconstruir o capitalismo na Europa ocidental dentro de um mercado maior, moderno e politicamente adequado”, o que equivale a descrever o tiro que saiu pela culatra.

situou-se na casa dos 9%.<sup>37</sup> Nas “recuperações” posteriores, essas quedas não foram reabsorvidas. No conjunto da economia capitalista, “tudo acontece como se, devido à internacionalização e, ainda, à transnacionalização do capital desde o final dos anos sessenta, o terreno de enfrentamento entre grupos industriais e financeiros -até então essencialmente nacional- fosse transferido para o mercado mundial, no qual cada um tentaria conquistar a posição mais vantajosa em mercados mais estreitos, em uma conjuntura de concorrência exacerbada. A partir disso, as políticas econômicas nacionais de regulação conjuntural cederam lugar às políticas de sustentação dos grupos transnacionalizados melhor situados para lhes ajudar a aumentar a sua competitividade, enquanto que a prática do ‘fordismo’ se transformou em estratégia de limitação dos salários, com o objetivo de reduzir o consumo doméstico para aumentar ao mesmo tempo o lucro e o excedente exportável”.<sup>38</sup>

A crise econômica não resultou então da negação das tendências do período de expansão, mas do seu desenvolvimento exacerbado. Nos primeiros vinte anos de pós-guerra, apesar de uma forte expansão da produção, a reconstrução contínua do exército de reserva industrial permitiu a manutenção de uma taxa de mais-valia bastante elevada. Os salários reais aumentaram com mais lentidão que a produtividade física. Os lucros seguiam sendo elevados, apesar do aumento da composição orgânica do capital. Tudo parecia caminhar no melhor dos mundos.

No início da década de sessenta, a situação começa a mudar. Esta mudança é visível primeiramente na Itália e Alemanha ocidental. Depois se manifestou na França e EUA, e inclusive terminou por chegar ao Japão. O exército de reserva industrial começa a diminuir estruturalmente (em alguns países, a emigração e a expansão vertiginosa do emprego no setor de ‘serviços’ são a causa determinante desse fenômeno. Em outros, a causa essencial é a amplitude da expansão industrial). Os operários começam a recuperar o ‘atraso’ na ‘divisão do bolo da prosperidade’. Os salários reais aumentam agora mais rápido do que a produtividade física. A taxa de mais-valia começou a baixar. E como estávamos em pleno período de incremento da composição orgânica do capital, a taxa de lucros se inclinou perigosamente. A Grã-Bretanha, onde o pleno emprego havia sido alcançado e mantido muito tempo antes, antecedeu nestas mudanças o resto dos países imperialistas.

“Abre-se, então, ao mesmo tempo, uma fase de competição internacional exacerbada e de luta de classes acentuadas. Cada potência imperialista trata de recuperar no mercado mundial o que perde no mercado interno (naturalmente não são todas as que podem ter êxito; o que mais se expande são as exportações do Oeste alemão e os japoneses). Cada potência imperialista trata de impor à sua própria classe operária os gastos desta corrida pelas exportações, mediante políticas de salários, limitações ‘voluntárias’ ou impostos sobre os salários, limitações do direito de greve...”<sup>39</sup>

O ponto álgido atingido pela abstração do capital e a internacionalização sem precedentes da produção, entram em choque também sem precedentes com o reforço das fronteiras nacionais e da exploração imperialista (processo expressado na guerra comercial, financeira e industrial; na formação de blocos regionais ao redor das potências; no endividamento interno e externo; no reforço policial e militar dos Estados e na virulência dos conflitos localizados). Se o desenvolvimento capitalista se caracterizou historicamente pela contradição entre o caráter cada vez mais social da produção e o caráter cada vez mais privado da apropriação, esta contradição se

<sup>37</sup> Mattick, Paul. *Economics, Politics and the Age of Inflation*. Londres, Merlin Press, 1978, p. 54.

<sup>38</sup> Rosier, Bernard. *Les Théories des Crises Économiques*. Paris, La Découverte, 1988, p. 68.

<sup>39</sup> Mandel, Ernest. A crise do capitalismo de pós-guerra. *Teoria e Prática* nº 2, s.l.p., março 1975.

desdobra naquela entre o caráter cada vez mais internacional da produção e o caráter cada vez mais nacional da apropriação, contradição que tende a atingir seu paroxismo.

### ***O choque do petróleo***

Mas, o que foi a crise do petróleo? A partir de 1973 o petróleo passou a ser usado como arma pelos estados árabes. Aparentemente como reação da OPEP -Organização dos Países Exportadores de Petróleo- aos países que apoiaram Israel na guerra do Yom Kippur (Dia do Perdão), o preço do barril sofreu um grande aumento provocando a chamada *crise do petróleo*. A guerra em si, parte dos conflitos entre árabes e israelenses, foi provocada pela invasão do território israelense pela Síria ao norte e pelo Egito ao sul, no feriado judeu do *Yom Kippur*. Israel respondeu violentamente, e o conflito armado terminou em impasse. Sob a influência do EUA da América, da União Soviética e da Organização das Nações Unidas, foram feitos acordos de Paz em 1973, 1974 e 1975, que mantiveram os territórios judeus sem nenhuma mudança. A reação dos países árabes foi o aumento do preço do petróleo que, evidentemente, não teve neste conflito sua causa fundamental.

Esta crise tem sido designada por alguns economistas e historiadores como a responsável pela grave crise do capitalismo deflagrada pela crise inflacionária de 1974. Esta visão, entretanto, exagera nas responsabilidades deste aumento de preço e no poder de influência dos países árabes a nível mundial. O aumento de preço do petróleo em quatro vezes pelos países da OPEP pode ser identificado como um fator adicional, que aumenta os efeitos de um movimento que já estava em curso desde o início da década de 1970, mas nunca como motivador. A crise ocorrida neste período deve ser entendida como um movimento estrutural do modo de produção capitalista, uma de sua periódicas crises de superprodução.

O aumento do preço do petróleo não representou mais do que 2% no processo inflacionário para os países centrais: "A inflação é alimentada pelo efeito cumulativo de mais de três décadas de práticas inflacionistas. É amplificada pela especulação desenfreada dos anos 1972/73 com o ouro, os terrenos, as construções, os diamantes, as joias e as obras de arte e, sobretudo, as matérias-primas, isto é, todos os 'valores-refúgio', que são tanto mais apreciados quanto mais o papel-moeda se deprecia. Ela é reforçada pela prática dos 'preços administrados' impostos pelos monopólios. É acentuada pelos gastos militares colossais, que não param de aumentar e aos quais toda sociedade burguesa se acostumou (...)"<sup>40</sup>

Por outro lado, a ideia de que a crise do petróleo tenha provocado deflação, devido a cortes na produção e na demanda, provocado pela saída de capitais dos países imperialistas para a OPEP, também é falsa. Estes capitais não ficaram entesourados nos cofres dos países árabes, ao contrário, eles voltaram, sob a forma de *petrodólares*, para os países centrais, que continuaram produzindo, para exportação. Como a maioria dos países da OPEP eram países subdesenvolvidos, estes recursos excedentes oriundos do aumento do preço do petróleo, passaram a ser utilizados para financiar seus planos de desenvolvimento. Contratando obras, produtos e serviços dos países desenvolvidos, os *petrodólares* realimentaram as economias destes países acentuando a tendência inflacionária geral pela alta dos custos e pelo aumento de liquidez.

A imensa acumulação de capital prevista pelo Banco Mundial para os países árabes não se concretizou. A previsão de 650 bilhões de dólares foi revista em 1978 quando s

---

<sup>40</sup> Mandel, Ernest. *A Crise do Capital*. Os fatos e a sua interpretação marxista. São Paulo, Ensaio; Campinas, Editora da Universidade de Campinas, 1990, pp. 29-30.

reservas de câmbio estavam em 280 bilhões, e 179 bilhões em 1980.<sup>41</sup> Isto se deu principalmente porque os grandes gastos na busca da promoção do desenvolvimento econômico nesses países fez com que eles se tornassem logo deficitários do ponto de vista do seu balanço de pagamentos. A importação de máquinas e fábricas prontas pelos países da OPEP foi vista por muitos economistas como o motor de uma nova fase de expansão do capitalismo, o que não se confirmou porque, entre outras coisas, a dinâmica dos preços era incerta; os países desenvolvidos buscaram uma progressiva substituição de energia, o que lhes tornaria menos dependentes da OPEP e diminuiria o poder de pressão da organização dos países árabes; além do que a industrialização não era fácil nos países árabes, devido à sua estrutura social e econômica arcaica.

Na recessão de 1974/75 o cartel do petróleo conseguiu se manter com a economia relativamente estável, ao contrário dos demais países do "Terceiro Mundo" que mergulharam em profunda crise. Esta manutenção se deveu fundamentalmente à diminuição da produção do petróleo para manutenção do preço, volume que foi controlado de perto pela OPEP. Apesar da diminuição estes países mantiveram uma renda alta que foi empregada nas importações. Estas grandes somas de capitais foram controladas pelos governos dos Estados membros da OPEP: cabe elucidar a razão do poder de fogo dos Estados árabes.

A origem destes capitais excedentes é a exploração de petróleo, mineral, fonte de energia, encontrado de forma bruta na natureza. Os proprietários destas jazidas são os Estados onde o mineral é encontrado: o que é pago ao dono da terra / jazida, não deixa de ser uma renda fundiária: "Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora, em prazos fixados, digamos, por ano, quantia contratualmente estipulada (como o tomador do capital-dinheiro paga determinado juro) pelo consentimento de empregar seu capital nesse ramo especial de produção. Chama-se esta quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavrada, ou por terreno de construção, mina, pesca, floresta, etc."<sup>42</sup> Os exploradores diretos das minas de petróleo, na maioria dos casos, não eram os Estados proprietários, e sim as grandes companhias multinacionais exploradoras de petróleo, que tinham sua tecnologia contratada pelos Estados membros da OPEP, ou a eles pagavam renda pela exploração das jazidas. A mudança na relação do capital com a propriedade agrária a nível internacional pode ser a explicação para a crise do petróleo de 1973.<sup>43</sup>

Com base na *lei do valor*, constata-se que nas esferas de produção que dependem diretamente da natureza, essa lei (o valor da mercadoria equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção) atua de maneira modificada. Na produção capitalista de mercadorias o aumento da produtividade do trabalho pode fazer os preços baixarem através da concorrência. Nos ramos da produção que dependem diretamente da natureza, a lei atua modificada já que aqueles dependem mais das condições naturais que do homem. Na esfera da produção energética as principais mercadorias são o petróleo e o carvão. A produtividade do trabalho na extração do petróleo é maior que na extração do carvão, cujas minas são cada vez mais difíceis de explorar. Sendo menos rentável, o carvão deveria ser eliminado, pela concorrência, pelo petróleo, o que não ocorreu.

Historicamente a produção de carvão é anterior à do petróleo, a tecnologia utilizada em sua exploração é mais simples. Contudo, os EUA passaram a extrair petróleo a um preço individual de produção mais baixo que o carvão e, com a crescente necessidade

---

<sup>41</sup> *Idem*, p. 39.

<sup>42</sup> Marx, Karl. *O Capital*. Livro 3. ed. cit.

<sup>43</sup> Massarat, M. *Crisis de la Energia o Crisis del Capitalismo*. Barcelona, Fontamara, 1979.

de energia, buscaram-se novas fontes, descobrindo-se as enormes reservas da Venezuela e do Oriente Próximo, que tinham condições naturais muito melhores que as dos EUA. Nos anos sessenta a produção de petróleo superou a de carvão.

De forma geral, o carvão deveria ser suprimido pelo petróleo. Isto não ocorreu, em primeiro lugar, porque no setor de energia a produtividade do trabalho mais elevada não pode ser generalizada, isto devido ao fato de estar ligada a uma base natural, que são os poços, e estes não se reproduzem à vontade. Em segundo lugar devido a que os EUA, Alemanha, Grã-Bretanha e França, protegem suas fontes naturais de energia intervindo no processo de formação do valor. Esses países adotaram medidas para evitar a dependência do petróleo importado, como a restrição das importações, a subvenção à produção nacional e a introdução de impostos à importação, que são incorporados ao preço do petróleo importado.

Assim sendo, o preço se forma a partir da fonte menos rentável, que é o carvão europeu, de forma que sua exploração proporcione lucro. A fonte mais rentável, que é o petróleo oriental, não chega ao mercado consumidor pelo seu verdadeiro valor devido aos acréscimos que sofre com a carga de impostos. O petróleo dos EUA, por sua vez, atinge um lucro médio maior do que o carvão europeu. Não eram os países produtores que mais ganhavam com a produção de petróleo. O preço individual fixado no Golfo Pérsico oscilava, entre 1953 e 1973, entre \$ 1,60 e \$ 2,75 o barril; com os impostos, porém, ia para 10,00,<sup>44</sup>

A criação da OPEP, em 1960, iniciou um novo confronto: a crise resultante, na verdade, era uma luta por uma nova repartição da renda agrária. Formada pelas classes dominantes dos países exportadores de petróleo, a OPEP elevou o preço do petróleo bruto, impondo limites à concorrência entre os países produtores, com a formação de um *cartel*. Os países capitalistas desenvolvidos não ficaram reféns da OPEP, buscaram e pesquisaram novas fontes de energia, entre elas a atômica, a solar e a produção do petróleo sintético, além de pesquisas em outras regiões do mundo em busca de novas jazidas de petróleo. Os países subdesenvolvidos também procuraram saída, entre elas o Programa do Pro-Álcool no Brasil, que teve vida curta. Vale ressaltar algumas interpretações a respeito da origem desta crise, que fazem parte de uma controvérsia a respeito da autonomia ou da dependência dos Estados da OPEP em relação aos países desenvolvidos.<sup>45</sup>

A primeira delas apresenta os estados da OPEP como cumprindo ordens sob a tutela direta do imperialismo norte-americano. Segundo esta interpretação, os EUA teriam sido responsáveis pelo aumento do preço do barril de petróleo em 1973, e pela crise que se sucedeu. Através das classes dominantes dos principais Estados petrolíferos, que estariam sob as ordens das sociedades multinacionais e dos EUA, a fim de serem beneficiadas pelas instituições públicas e privadas daquele país. Mas os EUA não teriam nenhum interesse em agravar uma crise do sistema monetário que já estava presente desde o início da década de 1970.

A segunda interpretação parte do princípio de uma completa autonomia dos países árabes em relação ao capitalismo internacional, e identifica o aumento do preço do petróleo, e a mudança da relação com o capital internacional como um combate antiimperialista, parte de uma luta dos povos do "Terceiro Mundo" por sua independência política e econômica, explicação que, obviamente, ignora as relações de classe nesses países.

---

<sup>44</sup> *Idem*, p. 93.

<sup>45</sup> *Idem*, pp. 106-119.



A disputa em torno do preços do petróleo foi uma luta pela apropriação da *renda diferencial* (aquele originada nas diferenças naturais de fertilidade, ou riqueza, do meio natural). Comportou também uma disputa inter-monopolista pois, a escala mundial, a “fatura petroleira” devia ser paga, em primeiro lugar, pelos países e empresas grandes consumidoras de energia que dependiam das importações (a maioria dos países europeus e o Japão), o que fortalecia à burguesia norte-americana diante deles e, dentro dos EUA, pelo setor empresarial que se encontrava na mesma situação. O “choque do petróleo” inscreveu-se, portanto, dentro do acirramento das disputas entre monopólios e países capitalistas centrais provocado, porém, por uma crise pré-existente. As grandes refinadoras e comercializadoras de petróleo (as “sete irmãs”) foram, em graus diversos, as máximas beneficiadas pelo aumento da fatura petroleira.<sup>46</sup>

O que parece mais correto é que os estados da OPEP, possuindo certa autonomia frente aos países desenvolvidos, devido à propriedade dos poços de petróleo, eram e são também dependentes deles, pois são países “subdesenvolvidos”, não possuem autonomia tecnológica. Tem sua riqueza apenas na propriedade dos poços de petróleo, mas devem vender a energia, como países dependentes do mercado internacional. A explicação da crise econômica mundial pela “crise do petróleo” foi uma tentativa de ocultar as verdadeiras raízes daquela crise.

### ***Teorias da crise***

Para Marx, a crise é a união forçada de dois elementos que se tornaram independentes no metabolismo econômico e social. Destarte, produção e circulação, que são dois elementos constitutivos do processo global de reprodução ampliada do capital, se separam quando há superprodução e as mercadorias não podem ser “realizadas”, isto é, vendidas: há uma decupagem entre compra e venda, entre a produção e o consumo. A crise é exatamente o reagrupamento forçado desses dois momentos da reprodução econômica da sociedade, mediante a queda vertiginosa de preços, falência de produtores, desemprego de trabalhadores e queda do poder aquisitivo da população, destruição física de mercadorias etc.

As manifestações da crise (escassez ou carestia de petróleo, péssima circulação monetária, guerra comercial, luta de classes acirrada, etc.) fizeram por vezes esquecer que, como todas as crises capitalistas, esta foi uma crise de superprodução, que se localiza não em 1973 (que é tão somente uma das manifestações fenomênicas da crise) mas já na segunda metade dos anos 60. Em 1966-65, os índices oficiais da economia norte-americana representativos dos lucros, das reservas internacionais, da utilização da capacidade instalada, nível de emprego etc, atingiram seu ponto de inflexão. No quinquênio 1965-66 a 1970-71, a taxa de utilização da capacidade instalada nos EUA caiu 23% e a taxa de desemprego subiu 29%; os lucros também caíram vertiginosamente. Nos países da OCDE, a capacidade ociosa da indústria foi de 30% em média; as horas trabalhadas caíram 15%, a produtividade industrial diminuiu 5%, a produção industrial contraiu-se 15%, a demanda interna desceu 2%, o comércio exterior retraiu-se 10%, as taxas de juros bateram recordes de mais de 50% em média e os preços ao consumidor aumentaram 15% em média<sup>47</sup>. No quinquênio posterior (1970-71 a 1975-76) os lucros subiram muito em relação aos salários e a utilização da capacidade instalada cresceu 10%, mas o desemprego continuou crescendo, sendo de 35%.

---

<sup>46</sup> Cf. Jaber, S. e Mandel, E. *Capital Financiero y Petrodólares*. Acerca de la última fase del imperialismo. Barcelona, Anagrama, 1976.

<sup>47</sup> Pala, Gianfranco. *L'Ultima Crise*. Milão, Franco Angeli, 1982, pp.125-132.

Usualmente, identifica-se a crise de 1973-74 com a gestão conservadora dos governos da OCDE para superá-la. A diminuição da produção e a continuidade do desemprego e da inflação, resultaram das políticas econômicas governamentais e ajudaram os países ricos a superarem a crise (sob a ótica dos interesses das classes dominantes, evidentemente). As medidas tomadas foram, dentre várias: 1. Controle da dívida pública; 2. Correção da taxa de câmbio; 3. Controle do balanço de pagamentos; 4. Controle dos níveis de preços e salários. Em 1975, os países da OCDE já podiam apresentar, como resultado do quinquênio anterior, um aumento da produção em 5%, da demanda interna em 3%, da produtividade do trabalho industrial em 12%, uma queda dos preços das mercadorias essenciais em cerca de 40%, um freio da inflação ao ritmo médio de 9% e o aumento dos lucros em 25%, em média. Entretanto, se atentarmos para o índice de horas trabalhadas, veremos que a recuperação econômica foi mais acentuada no quinquênio 1975-80 (ressalvando-se que, ao contrário dos índices de Pala, estes cotejam as médias do quinquênio 1970-1975 com a média do ano de 1970, mas não com o quinquênio 1965-70):

**Índice de Horas Trabalhadas na Indústria de Manufaturas (1970 = 100)**

País	1970	1975\70	1980\75	1980\70
Alemanha Ocidental	100,0	92,2	103,0	95,0
Japão	100,0	89,6	106,2	95,2
Reino Unido (Homens)	100,0	95,1	98,1	93,3
Reino Unido (Mulheres)	100,0	97,6	101,4	98,9
EUA	100,0	99,0	100,8	99,9
França	100,0	93,1	97,4	90,6

Fonte: ONU, *Statistical Yearbook*, vários números.<sup>48</sup>

De qualquer maneira, o quinquênio 1970-75 pode ter sido importante para que os governos conseguissem impor seus planos econômicos de recuperação capitalista, que ficaria mais acentuada no período 1975-80, e ao qual sobreveio uma nova crise (1982), embora menos catastrófica. O mesmo comportamento econômico de grande recuperação capitalista pós-1975 pode ser verificado nas taxas de investimento e de formação bruta de capital fixo:

**Investimento (% do PIB)**

País	1970	1975	1980	1985
Alemanha Ocidental	27,6	19,8	23,5	20,3
Japão	39,1	32,8	32,3	28,2*
Reino Unido	19,6	18,6	16,8	17,3
EUA	17,8	16,8	18,6	19,2
França	26,1	23,0	23,6	18,9

Fonte: FMI, *Estadísticas Financieras Internacionales*, 1986. \*Cifra de 1984.

**Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB)**

País	1970	1975	1980	1985
Alemanha Ocidental	25,5	20,4	24,1	19,6
Japão	35,5	32,5	31,6	30,1
Reino Unido	18,9	20,1	18,1	17,1
EUA	17,6	17,0	18,5	19,6
França	23,4	23,3	21,9	18,8

Fonte: FMI, *Estadísticas Financieras Internacionales*, 1986. Estimativa com base nos dados, em moeda nacional de cada país.

Os dados não são conclusivos por si mesmos. Contudo, eles mostram que a economia mundial esteve mais lenta na primeira metade do decênio de 1970. Para alguns tratou-se de uma grande crise ocasionada por fenômenos econômicos surgidos naquele

<sup>48</sup> Cf. Rattner, Henrique. *Política Industrial, Projeto Social*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 25.

momento, para outros tratou-se da gestão da depressão provocada por uma crise de superprodução que se inicia antes (1966, mais ou menos). De qualquer forma, a nova arrancada se dá depois de 1975. Mas qual era a causa da crise de superprodução? O “keynesianismo militar” da maior economia do planeta, os EUA, levou a indústria bélica ao paroxismo da produção, particularmente num momento de início da guerra do Vietnã. Os gastos militares concorreram para estimular artificialmente a demanda agregada da sociedade, conduzindo os EUA, e por extensão, os demais países da OCDE, a uma crise de superprodução. Também as lutas de classes, as conquistas salariais, o crescimento eleitoral da esquerda e a subida dos gastos estatais com subsídios (o projeto “grande sociedade” de Lyndon Johnson) foram fatores de crise do capitalismo. Como toda crise, a de fins dos anos sessenta foi também uma oportunidade de se reorganizar a economia mundial.

Se Ernest Mandel introduziu sua previsão da crise de 1973 na dinâmica dos ciclos longos da economia capitalista mundial, e Gianfranco Pala deslocou o momento da crise econômica para o final dos anos sessenta, André Gunder Frank tentou ir além da explicação puramente “econômica”, além de se distanciar do caráter cíclico da crise. As explicações sobre a crise de 1973 elaboradas por Gunder Frank à época, tiveram a perspectiva de não se limitarem unicamente aos detalhes econômicos da crise mas a cada momento procuravam tirar conclusões e projeções políticas que nem sempre se concretizaram.

Em setembro de 1972, Gunder Frank via, como séria possibilidade, a crise econômica se consolidar não mais como uma crise cíclica do capitalismo. Mais do que isso, ele visualizava uma crise estrutural e com transformações qualitativas até então desconhecidas.<sup>49</sup> As faces mais claras da crise do ponto de vista econômico estariam no declínio relativo da produção, declínio dos lucros e investimentos e uma luta renovada pelos mercados. As crises de acumulação teriam a característica de introduzirem mudanças qualitativas na divisão internacional do trabalho, que nos períodos de expansão são quantitativamente aumentadas. A constituição de “subimperialismos” seria uma expressão das novas modificações em curso exemplificados pela expansão recente de Brasil, África do Sul e Irã. Outro aspecto das modificações introduzidas na divisão internacional do trabalho estariam se produzindo na URSS e outras economias socialistas. Para Gunder Frank, as “economias socialistas” ocupavam crescentemente um papel análogo aos subimperialismos: importadores de tecnologia mais avançada dos centros imperialistas e exportação de tecnologia de segundo nível e matérias primas para os países mais pobres. Essa observação de Gunder Frank sinalizava a trajetória de estagnação tecnológica e produtiva que o modelo estalinista de autossuficiência conduziu as economias estatizadas.

Do ponto de vista das consequências políticas mais visíveis da crise, Frank visualizou com nitidez que o imperialismo varia o possível para criar uma válvula de escape nos países centrais do capitalismo através de uma fase de ascensão de governos socialdemocratas. Porém o custo pesado da crise recaiu sobre os países subdesenvolvidos, para onde certamente se direcionariam os custos de recuperação das taxas de lucro reduzidas. O aumento da exploração da força de trabalho estaria ao lado da constituição de novos governos com características neofascistas. Se examinarmos a conjuntura política latino-americana dos anos 1970, é inegável que essas perspectivas se concretizaram.

Um dos aspectos centrais das análises de André Gunder Frank para explicar as profundas transformações qualitativas que a crise da economia capitalista dos anos

---

<sup>49</sup> Gunder Frank, André. *La Crisis Mundial*. Barcelona, Bruguera, 1980, 2 v.

1970 provocou, centrava-se no surgimento do fenômeno dos subimperialismos, tema também abordado por Ernest Mandel. Essas projeções evidentemente encerravam a crença em um próximo ciclo progressivo de desenvolvimento capitalista. Para Gunder Frank a característica desta nova fase seria a multipolaridade de potências econômicas capitalistas, cuja expressão mais consolidada se encontrou no Brasil, África do Sul, Irã e México. No entanto, estaria havendo uma diferença básica nos modelos que conduziam esses países a adquirirem um relativo nível de desenvolvimento industrial. O primeiro impulso de industrialização desses países, nos anos 1930, fora uma resposta à crise de 1929, mas trouxe um processo substitutivo de importações que criou um mercado interno, uma distribuição mais ampla de renda e a constituição de coalisões políticas populistas e nacionalistas em muitos países.

A crise dos anos 1970 conduziria porém a um padrão de acumulação completamente diferente, agora concentrado na produção de bens de capital voltados para exportação, e não de bens de consumo para o mercado interno. Esse modelo necessitava de custos de produção baixos para ganhar competitividade no mercado internacional. A viabilidade econômica deste modelo não pressupunha portanto uma redistribuição de renda, mas exatamente o contrário, um aumento brutal da exploração da força de trabalho. Politicamente este trajeto conduziu a constituição de governos altamente repressivos, constituição de estados tecnocráticos e as ideologias da segurança nacional, particularmente na América Latina (ideias expostas por Gunder Frank em *Imperialismo, Crise e Superexploração*). Do ponto de vista da crise geral do capitalismo nos anos 70, este novo modelo permitiu uma recomposição das taxas de lucro deslocando para as periferias as tensões políticas do sistema.

Etienne Laurent e Michel Dauberny<sup>50</sup> examinaram a amplitude da queda da produção industrial em 1974-1975 e as causas imediatas do relançamento da inflação. Para os autores a gravidade da crise de 74-75 e particularmente a queda da produção, demonstravam a “beira de precipício” em que se encontrava a economia mundial. Os elementos de 74-75 se expressavam com maior contundência na queda generalizada da produção e das trocas, o que levava à OCDE a dizer que a recessão era a mais profunda conhecida desde os anos 30. Essas constatações reafirmavam então o “quadro de uma economia que funciona sobre a base de uma injeção contínua de créditos associados ‘as despesas parasitárias dos estados -e em primeiro lugar as despesas com armamentos- da contradição fundamental do modo de produção capitalista entre o caráter social da produção e as formas privadas de apropriação dos meios de produção”. Mas as causas mais imediatas da baixa brutal da produção se encontrariam na verdadeira explosão inflacionária a partir do segundo semestre de 1972. Dessa forma são distinguidas as causas imediatas das causas mais estruturais da crise (despesas estatais parasitárias e especulativas). Assim, “a inflação por outro lado, é a forma mais fácil da burguesia combater os efeitos das contradições mais profundas do modo de produção capitalista e liberar todas as tendências anarquistas que lhe são próprias”.

Um dos exemplos mais eloquentes para demonstrar o vínculo entre as despesas parasitárias e a explosão inflacionária seria o expansionismo militar dos EUA acompanhado da corrida espacial, que produziram uma violenta inflação através do estouro dos déficits dos EUA com repercussões internacionais. A crise do petróleo foi por outro lado, uma expressão da concorrência interimperialista e não poderia,

---

<sup>50</sup> Laurent, Etienne e Dauberny, Michel. L’or et la marche à la dislocation du marché mondial. *La Verité*, nº 590-591, Paris, fevereiro/ abril de 1980. Etienne Laurent era o codinome do economista François Chesnais.

portanto, ser responsabilizada pela inflação galopante de 1973 e muito menos pela crise e decréscimo da produção industrial. A queda da produção industrial veio acompanhada de um recuo no volume de trocas comerciais avaliada em 7% no ano de 1975 (avaliação da OCDE). No curso da recessão de 1974-1975, o número de falências nas empresas comerciais e industriais aumentou em mais de 30% nos EUA e em mais de 60% na Grã-Bretanha. Na França, onde o número de falências, de uma média anual de 10.000 no período de 1968-1973, subiu para 15.000 no ano de 1975. Estas cifras aumentaram o desemprego particularmente nos anos 1975-1976. Estes dados estariam assim reforçando um processo de desmembramento inevitável do mercado mundial, cujos prazos não se poderiam precisar, mas que estaria se expressando claramente na queda profunda da produção e das trocas comerciais. Os surtos de recuperação econômica alcançados pela Alemanha e Japão após a Segunda Guerra Mundial, comumente utilizados como exemplos de capacidade de recuperação da economia capitalista, entravam num processo de crise ainda mais aguda em função de suas relações de submissão ao imperialismo norte-americano. Avaliações unilaterais deixavam escapar o conjunto da crise, o desenvolvimento desigual e combinado da luta de classes realçava assim a falência das construções teóricas que se baseavam nos milagres alemão e japonês.

Podemos retomar essa mesma linha de raciocínio em relação à crise nos países do sudeste asiático, vitrines do liberalismo renovado de final do século XX. Assim sobre as bases de uma economia altamente especulativa constroem-se novos castelos de areia, novas teorias que buscam realçar a capacidade de desenvolvimento e os novos milagres econômicos dos anos 1990. Os pesadelos e as fragilidades das economias baseadas em fluxos financeiros altamente especulativos, tornaram grandes nações presas fáceis do estado de espírito dos “investidores”, ou especuladores que especulam com a sorte de milhões de seres humanos e de países inteiros. Estas considerações são discretamente varridas para baixo do tapete pelos analistas financeiros.

A queda da produção industrial de 1973 foi anunciada por uma queda nas ações das bolsas de valores. Mas o fenômeno mais importante marcado pelas primeiras iniciativas dos governos para conter a crise: uma retomada dos impulsos inflacionários alimentados pelos gigantescos déficits orçamentários dos principais países industriais, as custas de créditos injetados no circuito econômico para impedir seu colapso. Sem esses créditos certamente falências em cascata se sucederiam. A intervenção dos bancos centrais e dos governos para salvar do perigo os grandes trustes e corporações, realçavam que as raízes da crise da produção de 1974-1975 não haviam sido eliminadas. Pelo contrário, três anos depois estas contradições se elevariam ainda mais.

Contrariando Ernest Mandel, no que tange ao significado da crise de 1974-75, Laurent e Dauberny não concordaram com a afirmação de que a “função histórica” da recessão de 1974-75 foi simplesmente terminar com o sistema de pleno emprego e criar um sistema de desemprego massivo e permanente. Esta seria uma valiação unilateral e limitada, que não levava em consideração o estágio imperialista do capitalismo, o fato de que milhões de trabalhadores viviam nos países semi-coloniais e próximos aos grandes centros imperialistas, o que já garantia há muito tempo uma pressão gigantesca sobre os trabalhadores dos países industrializados. Mas mais do que isso, o desemprego de milhões de trabalhadores significava para a burguesia uma renúncia a colocar em movimento uma força de trabalho que poderia lhe produzir mais-valia. Só o caráter crescentemente especulativo da economia explicaria esta tendência aparentemente contraditória.

As condições para a recuperação da rentabilidade dos capitalistas e contenção das quedas das taxas de lucro durante o ano de 1979, demonstravam que a recuperação se dava em níveis inferiores aos de 1966. Para os autores esses efeitos eram decorrentes, não apenas das repercussões devastadoras da inflação, mas de uma situação de grande desproporção entre a remuneração dos investimentos especulativos em oposição à menos recuperação dos investimentos produtivos. Isso explicaria ainda com maior ênfase a crise profunda da produção industrial e das trocas comerciais.

Polemizando novamente com Ernest Mandel, Laurent e Dauberny rebateram a caracterização da crise de 1974-75 como mais uma crise clássica de superprodução, para reafirmarem que “a crise restabelece brutalmente, ao preço de grandes sofrimentos, as condições de rentabilidade do capital e de retomada da acumulação”. Desta forma, foi ao custo de inúmeras guerras durante o século XX, o seu modo principal de regulação, que o capitalismo se manteve funcionando. No seu estágio imperialista o capitalismo sobrevive ao custo da destruição crescente de forças produtivas, que se expressaram com profundidade durante a Segunda Guerra Mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, este processo seguiu com a corrida armamentista, no crescimento em importância dos capitais fictícios e especulativos sem correspondência com a produção. A crise de 1974-1975 foi portanto um momento desta mesma trajetória de destruição periódica de forças produtivas como forma de relançar novos ciclos especulativos e guerras de destruição, a um desmembramento crescente do mercado mundial.

A “escola da regulação” preferiu concentrar-se nos elementos “estatísticos”, ou de adaptação, do capitalismo, a parti do estudo de Michel Aglietta, *Régulation et Crise du Capitalisme*,<sup>51</sup> centrado no caso norte-americano. O chamado “regime de acumulação” explicaria a adaptabilidade do capitalismo a situações históricas diversas. A “escola da regulação” apresentou os resultados da “informatização” como produto de um imperativo econômico, a “crise do fordismo”. Segundo Simon Clarke, o fordismo se baseia na produção em massa de produtos homogêneos, utilizando a tecnologia rígida da linha de montagem, com máquinas especializadas e rotinas de trabalho padronizadas (taylorista). Consegue-se uma maior produtividade através das economias de escala, assim como da desqualificação, intensificação e homogeneização do trabalho. Isto dá origem ao trabalhador de massa, organizado em sindicatos burocráticos que negociam salários uniformes que crescem em proporção aos aumentos na produtividade. Os padrões de consumo homogêneos refletem a homogeneização da produção e fornecem um mercado para os bens de consumo padronizados, enquanto os salários mais altos oferecem uma demanda crescente para fazer face à oferta crescente. O equilíbrio geral entre a oferta e a procura é alcançado por meio de políticas keynesianas de macroeconomia, enquanto o equilíbrio geral entre salários e lucros se alcança através de acordos coletivos supervisionados pelo Estado. A educação, treinamento, socialização etc. do operariado de massa é organizada através das instituições de massa de um *welfare state* burocrático. Coletivamente, estas instituições, que surgiram na década de 1950, definem um círculo virtuoso de nível de vida crescente e produtividade crescente, salários em aumento e lucros em aumento, estabilidade econômica e harmonia social.

Com a crise do “modelo” surgem novos métodos de produção: “A subsequente crise do fordismo leva à fragmentação econômica, social e política da qual deve surgir um

---

<sup>51</sup> Há versão espanhola: Aglietta, Michel. *Regulacion y Crisis del Capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978.

novo regime 'pós-fordista'. À medida que a produção fordista se aproxima de seus limites, surgem novos métodos de produção. A saturação dos mercados de massa leva a uma crescente diferenciação dos produtos, com uma nova ênfase no estilo e/ou na qualidade. Produtos mais diferenciados exigem turnos de trabalho mais curtos, e portanto unidades de produção menores e mais flexíveis. Novas tecnologias fornecem os meios pelos quais se pode realizar vantajosamente esta produção flexível. Entretanto, estas novas formas de produção têm implicações profundas. Uma produção mais flexível requer máquinas mais flexíveis e de finalidades genéricas, e mais operários 'polivalentes', altamente qualificados, para operá-las. Uma maior qualificação e flexibilidade exige que os operários tenham um grau mais alto de responsabilidade e autonomia. Uma produção mais flexível também requer formas mais flexíveis de controle de produção, ao passo que relações de produção mais flexíveis requerem o desmantelamento das burocracias corporativas.

"Os interesses de uma força de trabalho mais diferenciada não podem mais ser eficazmente representados por sindicatos e partidos políticos fordistas, monolíticos e burocráticos. São necessários acordos descentralizados para negociar sistemas de pagamento mais complexos e individualizados, que recompensam a qualificação e a iniciativa. A diferenciação dos trabalhadores de massa leva ao surgimento de novas identidades que não são mais definidoras ocupacionalmente, mas sim articuladas no consumo idiossincrático, em novos estilos de vida e novas formas culturais, que reforçam a demanda por produtos mais diferenciados. Tudo isso vai corroendo as velhas identidades políticas. As necessidades de bem-estar, saúde, educação e treinamento de uma força de trabalho diferenciada não podem mais ser satisfeitas por um *welfare state* burocrático e padronizado, mas apenas por instituições diferenciadas, capazes de responder de maneira flexível às necessidades individuais".<sup>52</sup>

Para Georges Benko tal crise seria fundada no esgotamento do paradigma tecnológico: "Os regulacionistas consideram que a crise do fordismo conota antes de tudo o esgotamento do paradigma tecnológico fordista: esse esgotamento se manifesta pela desaceleração do crescimento da produtividade, que, em conexão com a saturação da norma de consumo fordista e o desenvolvimento do trabalho improdutivo (inflação dos 'custos de organização' que asseguram, no essencial, a circulação do capital e a gestão estatal 'providencial' da reprodução da relação capitalista), resulta em problemas estruturais de rentabilidade".<sup>53</sup> Segundo David Harvey, a crise do modo de regulação fordista revelou-se, sobretudo, no momento em que as corporações econômicas verificaram a existência de capacidade excedente inutilizável (sobretudo fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação da competição, obrigando-as a racionalizar, reestruturar e intensificar o controle do trabalho. Nesse movimento, a "mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação".<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> Clarke, Simon. Crise do fordismo ou crise da socialdemocracia? *Lua Nova* nº 24, São Paulo, Marco Zero, set.1991, p.119-20.

<sup>53</sup> Benko, Georges. *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. São Paulo, 1994, p. 19.

<sup>54</sup> Harvey, David. *A Condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1993, pp.137-140.

Para os regulacionistas, as crises estruturais do capitalismo impuseram a necessidade de superar soluções de curto prazo, buscando “formas de organização e de estruturas produtivas capazes de promover uma retomada duradoura do crescimento e de criar empregos”,<sup>55</sup> possibilitando a ampliação da acumulação através da flexibilização, produzindo uma forma de acumulação denominada de *flexível*, que assume cinco formas principais: adaptabilidade dos equipamentos na organização produtiva, polivalência dos trabalhadores, enfraquecimento de conquistas trabalhistas, definição salarial individualizada ou circunscrita a cada firma e desregulamentação fiscal.<sup>56</sup>

David Harvey, ao descrever essa situação de acumulação flexível, relaciona-a ao processo de compressão do espaço-tempo: “A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadoras de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado”<sup>57</sup>.

Quanto ao conceito de regulação, a definição que é dada engloba elementos pertencentes a níveis diversos, que vão do econômico ao político, passando pelo psicológico, sociológico e institucional. Não apresenta, porém, uma explicação clara das relações existentes entre as relações sociais, as formas institucionais ou as estruturas, nem do grau de importância de cada um destes elementos no processo de regulação. Este conceito de regulação, tal como é aplicado (adaptação da produção à procura), traz em si, o conceito de equilíbrio: valoriza as forças equilibrantes em detrimento das forças desequilibrantes que, juntamente com as primeiras, formam uma unidade contraditória e inseparável, em permanente ação no quadro da economia capitalista.

Para além da originalidade dos conceitos teóricos, o que os regulacionistas descreveram como etapas ‘fordistas’, ‘regimes intensivos’ ou ‘regulações monopólicas’ eram características particulares do funcionamento do sistema capitalista, que se baseiam nas relações de propriedade deste regime social, e nas leis de reprodução do capital. Ignorar ou desprezar essa questão faz girar todos os raciocínios posteriores no vazio. A “regulação” fragmenta o capitalismo em normas e regimes diversos, relativizando primeiro, e omitindo depois, que o capitalismo constitui uma totalidade indivisível, um modo de produção, historicamente transitório e assentado na exploração do trabalho assalariado. Não se pode decompor o capitalismo em fragmentos, nem analisar as “relações salariais”, as “relações mercantis” e as “formas de concorrência” em si mesmas, divorciadas do regime social

---

<sup>55</sup> Boyer, Robert. *A Teoria da Regulação*. Uma análise crítica. São Paulo, Nobel, 1995, p. 22.

<sup>56</sup> Benko, Georges. *Op. Cit.*, pp. 235-6.

<sup>57</sup> Harvey, David. *Op. Cit.*, p. 140.



que as sustenta. A realidade aparece invertida, o capitalismo, em vez de ser o determinante do monopólio, a produção em série ou as oscilações do consumo, passa a ser governado por “toyotismos” autônomos, “acumulações intensivas” independentes e “regulações monetárias” com vida própria.

Simon Clarke afirmou que não havia nada de pós-fordista na reestruturação produtiva: “Não há nada de pós-fordista nessa reestruturação. O sucesso da ofensiva capitalista removeu muitas barreiras que antes impediam que a mudança tecnológica criasse condições nas quais novas tecnologias não são introduzidas em termos qualitativamente diferentes de qualquer das suas predecessoras; tal como a linha de produção de Ford, são introduzidas apenas para aumentar os lucros. Alguns setores do trabalho se beneficiaram da introdução do *Five Dollars Day*. Mas, assim como as pressões competitivas vindas de novas formas do fordismo, mais desenvolvidas e mais flexíveis, logo forçaram Ford a introduzir os homens de Pinkerton e o Departamento de Serviço, também os especialistas flexíveis e os especialistas em nichos do mercado já estão sofrendo a pressão de competidores que conseguiram reconciliar as economias de escopo com economias de escala. A crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise do capitalismo”<sup>58</sup>

### ***Crise e armamentismo***

A crise econômica abriu um período mundial de incremento dos gastos armamentistas e de aumento da tensão internacional que marcou o período final da “guerra fria” quando, ao mesmo tempo em que se aprofundavam os acordos estratégicos internacionais e regionais EUA-URSS, comoções sociais e políticas sacudiam o mundo todo: derrota e fuga precipitada norte-americana do Vietnã, emergência de “repúblicas socialistas” na África, agravamento das tensões no Oriente Médio, importantes greves e mobilizações na Europa, que culminariam na revolução portuguesa de abril de 1974. O ciclo golpista latino-americano da década de 1970 marcou a passagem definitiva do “caudilhismo” militar para o domínio *institucional* das Forças Armadas – por toda parte governavam as “Juntas” militares, em estreita associação com o Pentágono e o governo dos EUA.

Relatórios do SIPRI (Instituto de Pesquisas para a Paz, de Estocolmo) informavam que em 1980 os gastos militares no Terceiro Mundo superavam os 80 bilhões de dólares, correspondendo ao Oriente Médio 38,4 bilhões. Proporcionalmente, os gastos militares dos países do Terceiro Mundo já eram maiores que os das superpotências: em 1969, quando os EUA e a URSS consumiam aproximadamente 8,5% do seu PIB (conjunto) em gastos de defesa, Egito consumia 13,3%, Iraque, 10%, e Israel ... 25,1%. A queda percentual dos gastos militares dos EUA e da OTAN durante a década de 1970 não correspondia a uma tendência “pacifista”: tratou-se de uma racionalização do gasto, depois da derrota norte-americana no Vietnã, paralela a um intervencionismo político crescente dos EUA nas áreas chamadas de “interesse vital”. Foi nessa década, exatamente, que os EUA superaram à URSS como os maiores exportadores de armas ao Terceiro Mundo, ao mesmo tempo que alimentavam as sangrentas ditaduras militares de América Latina.

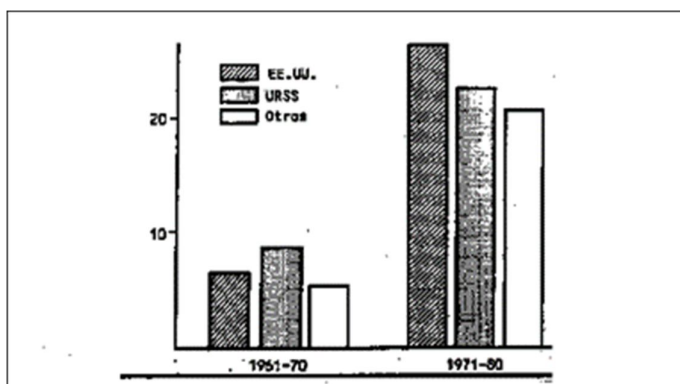
O militarismo na América Latina, no entanto, aparecia como um fato paradoxal: no continente onde a militarização dos Estados transformara-se em lenda e parte do imaginário literário mundial, os gastos militares encontravam-se, percentualmente, entre os mais baixos do mundo. Em 1969, por exemplo, Argentina e Brasil consumiam 2,6% do seu PIB em gastos de defesa, enquanto esse percentual situava-se, para os

---

<sup>58</sup> Clarke, Simon. *Op. Cit.*

EUA, em 8,6%; em 5,1% para a Grã-Bretanha, em 4,4% para a França.<sup>59</sup> No ramo mais rendoso do comércio internacional (a compra-venda de armas) a participação percentual da América Latina continuava sendo relativamente modesta, totalizando apenas 6%, contra 39% do Oriente Médio, ou 17% da África,<sup>60</sup> ou seja, que inclusive dentro do chamado Terceiro Mundo, os países latino-americanos não ocupavam um lugar destacado no comércio internacional de armas.

**Valor da exportação total de armas maiores (aviões, mísseis, veículos blindados e barcos) para o Terceiro Mundo 1961-1980, em bilhões de dólares**



Fonte: SIPRI. *Armamentos o Desarme?* Londres-Solna, 1981.

A Argentina, o Chile, o Brasil e o Peru ocupavam um lugar relativamente modesto entre os 25 maiores importadores de armas do Terceiro Mundo, em 1980,<sup>61</sup> numa lista encabeçada pelo Irã e a Arábia Saudita. Os gastos militares numa região afastada dos conflitos maiores ou crônicos (Oriente Médio, África, Sudeste asiático, Europa Central) não tinham porque ser particularmente significativos, num mundo em que, segundo dados de 1978 da Agência Americana pelo Desarmamento, as despesas militares se equivaliam, já em 1976, a 5,8% do PIB mundial, ou seja, ao total dos gastos mundiais em educação, e ao dobro dos fundos consagrados à saúde pública.

Em inícios da década de 1980, a América Latina foi perdendo o "privilégio" mencionado, entrando em cheio, com a guerra das Malvinas e os conflitos na América Central, no cenário bélico mundial. Em conjunto, os países latino-americanos totalizaram 1,2% do total aplicado em armamentos em todo o mundo, no ano de 1971, e 1,6% em 1980. Em 1957, os gastos militares totais da região não ultrapassavam 1,5 bilhões de dólares; em 1977, já atingiam quase 5 bilhões.<sup>62</sup> É necessário, todavia, assinalar duas características: 1) Os gastos militares na América do Sul se concentravam em poucos países. Durante 1977, apenas três países -Argentina, Brasil e Chile- absorveram 76,2% dos gastos totais. Se tomarmos o período 1970-1977, observamos que os mesmos três países concentravam 73,1% dos gastos, se juntarmos a eles a Venezuela e o Peru, chegamos a 92,2% dos gastos militares regionais.<sup>63</sup> Uma proporção crescente desses gastos estava representada pela importação de armamentos (em detrimento, como é lógico, da produção armamentista nacional,

<sup>59</sup> Rouquié, Alain. *L'État Militaire en Amérique Latine*. Paris, Seuil, 1982, p. 186.

<sup>60</sup> Pierre, Andrew J. *The Global Politics of Arms Sales*. Princeton, Princeton University Press, 1982.

<sup>61</sup> SIPRI. *Yearbook of World Armaments and Disarmament*. 1981, p. 198.

<sup>62</sup> *Idem*, 1978.

<sup>63</sup> Portales, Carlos e Varas, Augusto. Corrida armamentista na América do Sul. *Encontros com a Civilização Brasileira* nº 14, São Paulo, agosto 1979.

embora ela pudesse crescer em termos absolutos): na Argentina, Peru e Venezuela essas importações cresceram, entre meados da década de 1960 e de 1970, em 96,3%, 199%, e 673,5%, respectivamente.<sup>64</sup>

A expansão dos gastos militares não era privativa dos países sob domínio militar, mas também abarcava (e, no caso das importações, de maneira preponderante) os países com regime civil, como a Venezuela, o Chile e a Argentina. A "neutralidade política" dos militares, inclusive quando temporária, pagava-se caro. Cifras mais recentes revelariam uma progressão geométrica dessa tendência geral. Não era só a economia dos países centrais a que revelava uma tendência à militarização, mas também a dos países do Terceiro Mundo. Outros dados indicavam que entre 1960 e 1978 o PIB dos países do Terceiro Mundo crescera a um ritmo médio de 2,7% anual, enquanto que os gastos militares nesses mesmos países cresciam com um ritmo do 4,2% anual. O SIPRI assinalou que a América Latina -especialmente o Brasil e a Argentina- tradicionalmente marginal na corrida armamentista mundial, encontrava-se na cabeça dessa tendência no Terceiro Mundo: em 1981, os gastos militares latino-americanos superavam os 60 bilhões de dólares.

### ***Militarização da economia periférica***

Tratava-se de uma verdadeira militarização da economia: no Peru, que em 1983 sofrera uma redução de 11 pontos no PIB e uma inflação de 125%, o governo adotou um programa armamentista de 4 bilhões de dólares. E também de um fortalecimento da dependência militar: foram as compras de armas (importações) as que aumentaram, na América Latina, 11% entre 1981 e 1983, enquanto seu crescimento econômico foi de apenas 0,2%. Em nenhum caso se tratava de um fortalecimento militar diante dos países centrais, pois, como as- sinalava o SIPRI, "as causas fundamentais do fortalecimento das Forças Armadas em todo o continente são o acirramento dos conflitos de fronteira e a proliferação dos enfrentamentos internos". Ou seja, conflitos do tipo Peru-Ecuador, Chile-Peru ou Argentina-Chile (pelo canal de Beagle), conflito este último que era o objetivo prioritário da corrida armamentista dos militares argentinos, até a conjuntura política obrigá-los a optar pela invasão das Malvinas.

Em certos países, como a Argentina, o incremento dos gastos militares chegou ao ponto de transformar-se em fator direto de crises econômicas: em 1981, os gastos militares no orçamento nacional coincidiam exatamente com o déficit do balanço de pagamentos (7,5 bilhões de dólares). Do conjunto destes dados decorre: a) Que na década de 1970 ocorreu uma militarização acentuada das sociedades latino-americanas (a maioria das quais chegou a viver sob ditaduras militares) paralela a um incremento sem precedentes dos gastos militares, sem que neste último item os regimes civis constituíssem uma exceção. Os objetivos declarados destes gastos foram a chamada "contrainsurgência" e os eventuais conflitos regionais, isto é, situações que punham as Forças Armadas no primeiro plano da cena política; b) Que a expansão dos gastos militares latino-americanos foi parte integrante da corrida armamentista mundial, como o revela o incremento proporcionalmente superior das importações de armas. A respeito disso observaram Varas e Portales que no novo espaço político que se abriu desde o final dos anos 60, desenvolveu-se uma competição crescente entre os países industriais por ganhar mercados para a sua produção de armamentos sofisticados.

---

<sup>64</sup> Agência de Desarmamento e Controle de Armamentos dos EUA. *World Military Expenditures and Arms Transfers 1965-1974*. Secretaria de Imprensa do Governo dos EUA, 1976, pp. 56-72.

No caso sul-americano, esta situação determinou o fim do predomínio norte-americano na transferência de armas para a região, com a conseqüente diversificação dos fornecedores. Assim, entre 1970 e 1976 os quatro maiores fornecedores para a América do Sul foram os Estados Unidos(29%), o Reino Unido (24%), a França (19%) e a Alemanha Federal (12%). Ainda mais, dos seis países maiores recebedores de armas durante esse mesmo período, os Estados Unidos foram o principal fornecedor de apenas dois: Brasil (33%) e Peru (25%). Em troca, o Reino Unido foi o maior fornecedor da Argentina (28%) e do Chile (47%), enquanto a França o foi da Venezuela (35%) e a República Federal da Alemanha o foi do Equador (29%). A expansão dos gastos militares não se sustentou no fortalecimento do militarismo puro e simples, mas também de um "militarismo dependente".

Mas a hegemonia militar dos EUA continuou sendo inconteste. A submissão política do Exército Argentino, por exemplo, à política hemisférica norte americana era histórica, e condicionou as opções militares efetuadas no passado, inclusive no que diz respeito à produção de armas (um aspecto do qual o Exército Argentino sempre vangloriou-se, qualificando-o de "fator de soberania nacional"). Segundo Edward S. Milenky, *expert* do Departamento de Energia dos EUA, por volta de 1960, a DINFIA (Direção Nacional da Fabricação Aeronáutica Argentina) cancelou o desenvolvimento de quase todos os seus aviões de combate aéreo, e concentrou-se na fabricação dos aviões de transporte e contrainsurgência, sobretudo o IA 50 Guaraní II, avião bimotor, e o IA 58 Pucará, avião de contrainsurgência. A Força Aérea Argentina teve sucesso na construção de alguns aparelhos de transporte leve e de contrainsurgência, a maior parte da produção destinava-se ao consumo doméstico. Em 1982, com a derrota catastrófica da Argentina na guerra das Malvinas, contra a Inglaterra auxiliada pelos EUA, as conseqüências da "militarização periférica" se fizeram visíveis para as pretensões de independência dos Estados latino-americanos diante da pressão norte-americana.

Direta ou indiretamente, os EUA garantiram uma presença militar permanente, não episódica, na América Latina. O "quintal dos EUA" foi, no século XX, a base da projeção internacional dos EUA como a potência mundial hegemônica:

**1895-1896:** os *marines* dos EUA desembarcam na Nicarágua (Puerto Corinto).

**1898:** guerra hispano-americana, motivada pela questão da independência de Cuba, que conclui como uma espécie de protetorado dos EUA.

**1902:** secessão de Panamá da Colômbia, motivada pela negativa colombiana ao controle pelos EUA da zona do futuro Canal de Panamá.

**1906:** Cuba ocupada por tropas dos EUA.

**1907-1911:** os EUA invadem Nicarágua e Honduras.

**1908:** os EUA invadem Panamá.

**1912:** novas invasões dos EUA, em Cuba e Panamá.

**1914:** intervenção dos EUA no México, com ocupação de Veracruz.

**1915-1934:** ocupação militar norte-americana do Haiti.

**1916-1925:** o general Pershing (EUA) intervém no México; ocupação pelos EUA da República Dominicana.

**1917-1925:** os EUA ocupam militarmente Cuba, Panamá, Honduras e Costa Rica.

**1916-1933:** ocupação militar de Nicarágua pelos EUA, que instalam no poder Anastácio Somoza, dando origem a uma dinastia familiar de presidentes. Em 1934 é assassinado Augusto César Sandino, que encabeçou a resistência aos EUA.

**1930:** golpe militar na Argentina derruba o governo civil "radical". Durante toda a década, se sucedem golpes militares na América do Sul, no meio à crise econômica mundial.

**1937:** Getúlio Vargas instaura o Estado Novo no Brasil, suprimindo o parlamento. Em 1942, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial do lado dos Aliados.

**1942-1944:** nas conferências interamericanas de países, os EUA ameaçam com declarar a guerra à Argentina e ao Chile por se manterem neutrais na Segunda Guerra Mundial.

**1943:** em junho, um golpe militar derruba o muito impopular (pois baseado na fraude e na proscricção política) regime civil argentino: no novo regime, o coronel Perón ocupa a Secretaria de Trabalho.

**1945:** fim do Estado Novo e “redemocratização” do Brasil. O PCB (Partido Comunista do Brasil) é legalizado.

**1945-46:** vitória do peronismo na Argentina, contra a coalizão política encabeçada pelo embaixador norte-americano Spruille Braden.

**1947:** cassação do registro do Partido Comunista, no Brasil. Começa, no Paraguai, a guerra civil que culminará com a vitória do Partido Colorado e a longa ditadura do general Stroessner.

**1952:** em abril, na Bolívia, uma insurreição popular derrota a tentativa militar de anular as eleições vencidas pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário): no início da Revolução Boliviana, o exército é literalmente dissolvido.

**1954:** derrubada do governo nacionalista de Jacobo Arbenz na Guatemala pelas tropas de Castillo Armas, financiadas e armadas pelos EUA. Suicídio do presidente Getúlio Vargas no Brasil. Alfredo Stroessner se apossa do poder no Paraguai, instaurando progressivamente uma ditadura quase familiar.

**1955:** um golpe militar, com apoio da Igreja e dos EUA, derruba o governo de Perón na Argentina.

**1958:** a queda de Rojas Pinilla, na Venezuela, dá início a um longo “processo democrático”, no qual é derrotada a guerrilha mais antiga da América do Sul, encabeçada por Douglas Bravo. Crise entre o Itamaraty e os EUA, que inscrevem oficiais brasileiros nos seus cursos militares, sem consultar o governo civil institucional.

**1959:** vitória da Revolução Cubana, encabeçada pelo Movimento 26 de Julho de Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara.

**1961:** fracassa a tentativa de derrubar Castro em Cuba através da invasão da Baía dos Porcos, invasão financiada e apoiada pelos EUA.

**1962:** ameaça de invasão de Cuba pelos EUA pela instalação de mísseis soviéticos na ilha, os quais são finalmente retirados pela URSS. Na Argentina, a crise política leva à renúncia do governo civil de Arturo Frondizi e deriva num enfrentamento entre frações do exército: a vitória dos “azuis” sobre os “colorados” garante as eleições de 1963 (o chefe dos “azuis”, general Juan Carlos Onganía, surge como novo “homem forte”).

**1964:** golpe militar de Barrientos derruba o governo do MNR na Bolívia. Em abril, as Forças Armadas brasileiras derrubam o governo de João Goulart, em operação que conta com o apoio logístico da marinha norte-americana.

**1965:** uma invasão de *marines* dos EUA derruba, na República Dominicana, o presidente eleito, Juan Bosch.

**1966:** em junho, golpe militar encabeçado por Onganía derruba, na Argentina, o governo civil de Arturo U. Illia.

**1967:** o governo militar boliviano caça, prende e fuzila Ernesto “Che” Guevara. Agentes norte-americanos da CIA participam da operação.

**1968:** mobilizações estudantis na maior parte dos países latino-americanos. O coronel Velasco Alvarado encabeça um golpe militar no Peru, que dá início a um processo político nacionalista, com reforma agrária e nacionalização dos recursos naturais.

**1969:** em maio, insurreição popular na Argentina contra a ditadura militar, conhecida como “cordobaço”. Em outubro, o general Alfredo Ovando Candia derruba, na Bolívia, seu colega René Barrientos, dando início a um governo nacionalista.

**1970:** vitória eleitoral da Unidade Popular, com Salvador Allende, no Chile. Manobras financiadas e organizadas pela CIA para impedir a sua posse: assassinato do general “legalista” René Schneider.

**1971;** em agosto, golpe militar de Hugo Bánzer Suárez, na Bolívia, derruba o governo nacionalista de Juan José Torres, dissolve a Assembleia Popular, persegue e massacra opositores de todo tipo.

**1972:** primeiro retorno de Perón à Argentina, em novembro. Radicalização do processo político no Chile, sob o governo “socialista” de Allende.

**1973:** em maio, o peronismo volta ao governo na Argentina. Em julho, golpe militar dissolve parlamento no Uruguai. Em setembro, golpe encabeçado por Augusto Pinochet, com apoio e financiamento dos EUA (através da CIA e da ITT) derruba o governo de Salvador Allende e inicia um massacre nos sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais em geral.

**1974:** vitória do MDB nos comícios parlamentares brasileiros inicia a contagem regressiva do regime militar iniciado em 1964. Em julho, morte de Perón, ainda no exercício da presidência na Argentina.

**1975:** o general Morales Bermúdez toma o poder no Peru, perseguindo opositores e destruindo conquistas sociais do período prévio. Greve geral na Argentina abala e quase derruba o governo de Isabel Perón.

**1976:** em março, golpe militar (Videla) na Argentina inicia um processo repressivo de dimensões inéditas, com “desaparecimentos” em massa de sindicalistas, militantes de esquerda, estudantes.

**1977:** surgem, na Argentina, os movimentos de familiares de desaparecidos: *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*, e Mães de Praça de Maio. A primeira presidente das “Mães”, Azucena Villaflor, é sequestrada e assassinada por agentes da ditadura militar

**1978:** Argentina vence, em casa, o Mundial de futebol, com direta intervenção do regime militar. Greves no ABCD paulista. Vitória do “populista” Vicente Roldós no Equador.

**1979:** explosão de greves no cinturão industrial de São Paulo, violenta repressão militar. Em julho, a dinastia Somoza é derrubada na Nicarágua, pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Em agosto, o governo militar de João Figueiredo dita, no Brasil, a Lei de Anistia Geral.

**1980:** hostilidade militar dos EUA contra Nicarágua, surge a guerrilha “contra” o regime sandinista, financiada pela CIA. Guerra civil em El Salvador. Primeiras ações do futuro MST (Movimento dos Sem-Terra) no Brasil.

**1981:** acidente suspeito mata o presidente nacionalista panamenho, general Omar Torrijos. Enfrentamento entre frações militares na Bolívia. Derrota do regime militar uruguaio em plebiscito.

**1982:** em abril, o regime militar argentino ocupa as Ilhas Malvinas, em poder da Inglaterra: esta as recupera após sangrenta guerra, finda a 16 de junho, na qual recebe o apoio logístico dos EUA. Invasão da ilha de Granada, no Caribe, por tropas dos EUA.

**1983:** em outubro, vitória do partido radical nas eleições argentinas (fim do regime militar). Surge, no Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

**1984:** grande campanha pelas “diretas já” no Brasil, visando democratizar as eleições presidenciais. Vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral: sua morte dá o governo ao seu vice, José Sarney, ex-político da ARENA (partido do regime militar). Greve geral revolucionária na Bolívia: os mineiros armados invadem La Paz.

**1985:** na Argentina, julgamento das Juntas de Comandantes que governaram o país entre 1976 e 1983 determina a prisão de cinco de seus membros, incluídas duas condenações à prisão perpétua. Os EUA bloqueiam Nicarágua. Criação, financiada pelos EUA, de *Rádio Martí*, para hostilizar o regime de Fidel Castro.

**1986:** levantamento dos militares *carapintadas* na Argentina, contra o governo de Raúl Alfonsín, sem sucesso.

**1987:** bloqueio naval da Colômbia pelos EUA, sob pretexto de combate ao narcotráfico.

**1989:** Fernando Collor derrota Luiz Inácio “Lula” da Silva, nas primeiras eleições presidenciais diretas no Brasil depois de trinta anos.

**1990:** novo levantamento *carapintada* na Argentina, fracassado. O presidente norte-americano George Bush, de visita à Argentina, onde enfrenta manifestações hostis, garante o apoio dos EUA ao regime civil. Fim do regime militar de Augusto Pinochet no Chile. O presidente argentino Carlos Menem dita o indulto para os comandantes em chefe das Juntas Militares que ainda estavam cumprindo prisão.

### ***Impasse da economia mundial e crise institucional***

Na década de 1980 falava-se abertamente no fim da crise. Mas a recorrência das dificuldades econômicas, desde 1990, veio derrubar a demasiadamente relativa prosperidade: “O fato marcante dos últimos anos é uma espécie de angústia teórica e

prática, diante de problemas aparentemente insolúveis ou mal colocados. Não assistimos a uma verdadeira reabilitação do keynesianismo, ao mesmo tempo em que o ultraliberalismo se esgota, e em que a intervenção pública está breçada por uma série interminável de limitações”.<sup>65</sup>

A própria expansão tinha sido possibilitada, menos pelo livre desenvolvimento das forças produtivas do capital, e mais pela intervenção extraeconômica do *Estado*: “A expansão longa do pós-guerra dos países do Norte não teria se verificado sem a intervenção de poderosos *processos reguladores*, mais ou menos intencionais, que alguns chamam de ‘regulação monopolista’, para indicar que representam o modo de regulação acabado do capitalismo na era monopolista. Nós preferimos chamá-los de ‘regulação monopolista estatal’, para precisar que fazem intervir as estruturas econômicas e a ação específica do Estado”.<sup>66</sup> Tom Kemp já constatava, em plena expansão capitalista mundial, os sintomas de parasitismo na sua “locomotiva” norte-americana: “A estagnação relativa da economia americana se deve a que a própria natureza das relações capitalistas se opõe à realização completa das potencialidades contidas no desenvolvimento das técnicas do século XX nas forças produtivas. Num informe apresentado ao Congresso em 1961, os conselheiros econômicos da presidência dos EUA notavam que se produzia uma cisão cada vez maior entre o rendimento real e o rendimento potencial, cisão que provocava uma perda anual de 500 dólares por família americana (isto é, duas vezes o gasto em educação). O desperdício provocado pelo regime capitalista ainda assim é bem inferior ao aumento dos recursos que seria possível num regime de economia planejada”.<sup>67</sup>

A intervenção estatal, porém, possuía limites intransponíveis para sustentar a expansão do ciclo do capital. O gasto armamentista, de fato, mantém a demanda agregada, mas, em última análise, utiliza a mais-valia improdutivamente. Há cada vez menos mais-valia disponível para as crescentes exigências de renovação e expansão de capital constante, circulante e fixo. O limite da “economia mista” é o ponto em que os gastos governamentais se apropriam de uma parte tão grande do valor, que muito pouco fica disponível para continuar a acumulação de capital privado:<sup>68</sup> “este contraste começou a se manifestar nos EUA a partir da metade dos anos 60. Por volta de 1965-66 alguns índices relevantes e oficiais da economia americana, como as relações lucros-salários e vendas-insumos, ou a utilização dos investimentos, atingiram seu ápice. Numa confirmação indireta...basta constatar que em 1970-71 esses mesmos índices recomeçaram a aumentar, indicando os primeiros sintomas, incertos e provisórios, da retomada do capital multinacional de base americana. Contemporaneamente, o desemprego, que em 1966 tinha atingido seu nível mais baixo, voltava a crescer vertiginosamente nos anos 70”.<sup>69</sup>

Posta em evidência pela recessão de 1973-75, a deterioração econômica que esteve na base de este processo começou antes, e continuou depois. Os lucros das empresas americanas declinaram a partir de 1965, e fracassaram nos seguintes 15 anos em recuperar seus níveis da década de 60. O investimento neto anual acompanhou essa tendência, caindo de uma média anual de 4% do PIB no período 1966-70, para 3,1% em 1971-75, e 2,9% em 1976-80. A produtividade também: o aumento médio anual

---

<sup>65</sup> Marcel, B. e J. Taieb. *Crises d'Hier, Crise d'Aujourd'hui*. Paris, Nathan, 1996, p. 40.

<sup>66</sup> Rosier Bernard. *Op. cit.*, p. 66.

<sup>67</sup> Kemp, Tom. *Capitalist Development in perspective*, *Labour Review*, Londres, verão de 1961.

<sup>68</sup> Ver: Mattick, Paul. *Marx y Keynes*. Los límites de la economía mista. México, ERA, 1977.

<sup>69</sup> Pala, Gianfranco. *L'Ultima Crisi*. Milano, Franco Angeli, 1982, p. 125.

caiu de 2,45% no período 1948-73 para... 0,08% no período 1973-79.<sup>70</sup> Foi a partir dos sintomas de crise acumulados desde a década de 1960 que os EUA começaram a quebrar a “ordem econômica internacional” no sentido da “desregulamentação”.

Os EUA “passo a passo romperam as regras da antiga ordem e obrigaram ou forçaram outros países a rompê-las. O rompimento das regras era considerado necessário a cada passo, para salvar o sistema monetário internacional de uma crise ainda maior. A primeira alteração importante das regras foi a criação da reserva comum de ouro em 1961, que livrava os EUA de uma parte da responsabilidade pela manutenção do preço do ouro ao nível de 35 dólares a onça. O passo seguinte foi a renúncia unilateral dos EUA da obrigação de prover ouro a compradores privados ao preço de 35 dólares a onça, em 1968. Três anos depois, produziu-se a decisão de fechar o guichê do ouro também aos compradores oficiais. Os EUA renunciaram igualmente a suas obrigações informais como país de moeda de reserva ao obstruir o acesso a seus mercados de capital; e a imposição de um aumento tarifário de 10% sobre as importações, em agosto de 1971, foi uma violação flagrante das regras que governavam o comércio internacional. Por último, os EUA foram em grande medida responsáveis pela última violação importante das regras, a suspensão do regime de taxas de câmbio fixas”.<sup>71</sup>

No mesmo período, o capital financeiro dos EUA, seguido pelos países capitalistas em conjunto, criou as bases para a auto-valorização financeira do capital típica da etapa posterior. Os primeiros bancos a se internacionalizarem foram os norte-americanos: no longo período que vai desde 1918 a 1960 as sucursais bancárias norte-americanas no exterior duplicaram (de 61 a 124), mas nos quinze anos seguintes o número das mesmas se multiplica aproximadamente sete vezes; assim, em 1975, existiam quase 900 filiais de bancos norte-americanos no exterior. Nesta proliferação internacional de sucursais, os bancos japoneses e europeus seguiram o caminho aberto pelos norte-americanos.

Em 1971, os EUA deram um golpe de graça na “ordem econômica” elaborada em 1945, criando as condições para a crise de 1973-75. A maior parte das moedas tornaram-se flutuantes e foi apenas com o “Smithsonian Agreement”, realizado em Washington a 18 de dezembro de 1971, que foi oficializada uma desvalorização de 7,89% do dólar, fixando o preço da onça do ouro a 38 dólares. Essa decisão trouxe um reajuste geral das moedas, enquanto que as margens de flutuações, fixadas em 1% quando dos acordos de Bretton Woods, passavam a 2,25%. O dólar ficava inconvertível; a parte do estoque de ouro dos EUA caía a 28% do estoque mundial e o déficit do seu balanço de pagamentos atingia 23,5 bilhões de dólares.

Na Europa também, as evidências da crise estavam presentes antes da sua explosão: “Em 1970 já ficava claro que muitos Estados nacionais europeus haviam fracassado em desenvolver estratégias de acumulação capazes de alcançar um crescimento sustentado”. No próprio Japão, apresentado como o grande beneficiário da crise do “eixo atlântico”, os sintomas eram evidentes, e a explosão foi violenta: “A crise internacional de meados de 1970, que significaram o fim do longo *boom*, foi particularmente aguda no Japão. O colapso do acordo monetário internacional de Bretton Woods, em 1971, trouxe uma valorização severa do *yen* e abalou a competitividade do capital japonês. O aumento massivo no preço do petróleo após o embargo de 1973 representou outro grande impacto, já que cerca de 90% das

---

<sup>70</sup> Ferguson, T. e J. Rogers. *Right Turn*. The decline of the democrats and the future of American Politics. Nova York, 1986. Cf. também: Smith, Sharon. *Twilight of the American Dream*. *International Socialism* nº 54, Londres, março de 1992.

<sup>71</sup> Block, Fred L. *Los Orígenes del Desorden Económico Internacional*. México, FCE, 1989, p. 297.



necessidades energéticas do Japão eram cobertas com importações. As linhas gerais da crise eram familiares. Caiu a rentabilidade das empresas, a inflação subiu a 24,5% em 1974 (apenas a Grã-Bretanha teve um desempenho pior), a produção da mineração e da manufatura caiu quase 20% em 1974, o investimento em equipamentos caiu e cresceu o desemprego. Durante um certo período, houve pânico no comércio e o milagre japonês parecia ter acabado”.<sup>72</sup>

A ordem econômica internacional do pós-guerra centrada no “sistema” de Bretton Woods e no papel do FMI, foi a mais séria tentativa feita para superar as consequências do seu *desenvolvimento desigual* que levou às duas conflagrações bélicas mundiais. Como constatou Peter Burnham: “O principal obstáculo à acumulação acelerada em 1945 era o desenvolvimento desigual do capitalismo a nível mundial, que havia produzido um grande desequilíbrio na produção e no comércio entre os hemisférios ocidental e oriental, desequilíbrio que se manifestava como ‘brecha do dólar’. Por conseguinte, a estratégia econômica dos Estados nacionais europeus girava em torno à busca de uma solução para as crises recorrentes do balanço de pagamentos, que manifestavam o desenvolvimento desigual. Para esses Estados nacionais, a necessidade de maximizar a acumulação se traduzia na necessidade de acumular divisas. A Grã-Bretanha (atuando em representação dos Estados europeus) e os EUA entraram em negociações para restabelecer os circuitos globais de acumulação. Dadas as condições de desequilíbrio estrutural, os objetivos multilaterais dos EUA (a plena convertibilidade monetária imediata, o comércio não discriminado e a diminuição de tarifas alfandegárias) foram resistidos com êxito pela Grã-Bretanha e, ao contrário da percepção popular, *o sistema de Bretton Woods foi efetivamente adiado até 1959*” .

A “explosão” da crise pôs em evidência todas as desigualdades passadas, acrescidas daquelas criadas pela própria “expansão”. O desequilíbrio em favor do Japão foi seu aspecto mais evidente. Em 1950 a produção de aço bruto do Japão era apenas 5,8% da produção dos EUA, mas em 1980 havia superado a dos EUA. Em 1988 o superou na produção de automóveis para passageiros. Da mesma forma, enquanto o período 1981-1988 viu Reagan tentar sem êxito levantar a economia dos EUA através de um empréstimo de mais de 531 bilhões de dólares, o Japão chegou a ser o principal país credor do mundo, e seus ativos líquidos de 11,5 bilhões de dólares em 1980 aumentaram para 291,7 bilhões em 1988.

Isso foi possível porque os resultados da Segunda Guerra Mundial apenas adiaram as consequências da desigualdade, ampliando a sua base: “Liberado da necessidade de manter um gasto militar alto com respeito ao PNB, e *sem nenhum limite legal para a jornada de trabalho*, o Estado japonês, implementando inovações nos processos produtivos, alcançou uma reconstrução dramática” (grifo nosso). As contradições interimperialistas reapareceram com toda a sua força, pondo em evidência que a “expansão” acentuou a desigualdade do desenvolvimento capitalista mundial: “*A luta dos Estados nacionais na economia global não é uma luta da ‘França socialdemocrata’ frente à ‘Grã-Bretanha monetarista’, mas uma de irmãos políticos em guerra competindo para evitar que as consequências da crise de sobreacumulação irrompam em seu território graças ao desenvolvimento desigual*”.<sup>73</sup> (grifo nosso)

Com relação aos países atrasados, o fosso que os separa do “centro” cresceu. Entre 1980 e 1990, a parte dos EUA nas exportações mundiais se mantém em torno de 12%;

---

<sup>72</sup> Kossis, Costas. Japanese capitalism and the world economy. *International Socialism* nº 54, Londres, março 1992.

<sup>73</sup> Burnham, Peter. El sistema del Estado internacional y la crisis global. In: Holloway, John et al. *Globalización y Estados-Nación*. Buenos Aires, Tierra del Fuego, 1995, pp. 110-113.

a da Europa cresce de 37 % para 41%; a do Japão de 7% para quase 9%; enquanto a da África cai de 5% para 2,5%, e a da América Latina de 6,5% para menos de 4% (as importações ostentam desempenhos semelhantes) o que levou um autor a concluir num “desacoplamento (involuntário) do Hemisfério Sul do mercado mundial”.<sup>74</sup> A polarização se acentua: basta dizer que, entre 1970 e 1975, a renda anual por habitante aumentou 180 dólares nos países do Norte, 80 dólares nos países do Leste e 1 dólar nos países do Terceiro Mundo.<sup>75</sup>

Paralelamente, a internacionalização das forças produtivas atingia níveis sem precedentes, tanto no que diz respeito ao comércio quanto à própria produção: a parte exportada da produção mundial passa de 8,5% para 15,8% entre 1955 e 1974, e já em 1971, a produção das filiais norte-americanas situadas no estrangeiro atinge 172 bilhões de dólares, enquanto a exportação direta atinge 43,5 bilhões de dólares.<sup>76</sup> A monopolização também: desde meados dos anos 70, 50% das exportações americanas se efetuam *fora do mercado*, no interior de filiais de uma mesma “multinacional”.<sup>77</sup> A chamada “globalização” é filha deste processo, inclusive nos seus aspectos financeiros.

O seu conteúdo real está dado pela mundialização, não das trocas, mas das operações do *capital*, sob a tripla forma de capital industrial, daquele engajado na grande distribuição, e sobretudo do capital-dinheiro concentrado, que se valoriza na esfera financeira, mas que se alimenta de exações na esfera produtiva onde se formam o valor, a mais-valia, e as outras variedades do sobreproduto: “Contrariamente ao discurso de políticos e jornalistas, a ‘globalização’ é a das trocas comerciais só de forma subalterna, sendo que a estrutura dessas trocas só é compreensível se se analisar as operações do capital nas suas três figuras. Estima-se que as transnacionais são responsáveis, como casas-matriz, filiais, ou contratadoras de serviços de terceirização além-fronteiras, por pelo menos dois terços das trocas internacionais de bens e serviços. Aproximadamente 50% do comércio mundial pertence à categoria ‘intra-grupo’. Por outro lado, como o demonstram as estatísticas oficiais, entre 1980 e 1990 o comércio mundial cresceu modestamente, a ritmos inferiores àqueles do período 1960-74, bem inferior também ao crescimento das inversões diretas, sem falar das transações nos mercados financeiros internacionais”.<sup>78</sup>

O espetacular crescimento da produção e da produtividade do trabalho durante os vinte anos posteriores à Segunda Guerra Mundial encontraram, como vimos, um gargalo na segunda metade dos anos 1960: a queda da taxa de lucro indica que a massa e as características do capital existente são excessivos em relação ao rendimento (“mais-valia”) que possa extrair da exploração dos trabalhadores. Para superar esta situação é necessária uma crise, que na atualidade deveria ter proporções gigantescas. O papel da crise seria, de um lado, eliminar uma grande parte do capital “excedente” e superar, por essa via, a competição entre os capitalistas. Por outro lado, a função da crise seria reestruturar as condições sociais e políticas do processo de exploração dos trabalhadores, para recuperar, em uma nova escala histórica, o nível da taxa de exploração. A crise tornava *evidentes* as contradições acumuladas no período “de expansão”, e sua magnitude possui relação com a extensão e a profundidade daquele.

---

<sup>74</sup> Altvater, Elmar. *O Preço da Riqueza*. São Paulo, Unesp, 1995, p. 196.

<sup>75</sup> *Le Monde*, Paris, 29 de agosto 1980.

<sup>76</sup> Dowbor, Ladislau. *Introdução Teórica à Crise*. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 142-143.

<sup>77</sup> Anell, Lars. *Recession, Western Economies and the Changing World Order*. Londres, Frances Pinker, 1981, p. 83.

<sup>78</sup> Chesnais, François. Contribution au débat sur le cours du capitalisme à la fin du XX<sup>e</sup> siècle. In: *Actuel Marx*. Actualiser l'économie de Marx. Paris, PUF, 1996, p. 67.

### 1929 e 1973

Cada crise capitalista tem a sua especificidade. A forma de desenvolvimento que o capitalismo assume em cada momento histórico condiciona o caráter e a profundidade das suas crises, bem como o papel que estas podem cumprir, quer destruindo forças produtivas e restaurando as condições de valorização do capital, quer criando as condições para a destruição das relações de produção e o ulterior progresso das forças produtivas, o que constitui o aspecto político da crise. Do ponto de vista econômico, “houve diferenças muito substanciais entre a experiência dos anos trinta e a de 1973-1983. No primeiro período houve uma desintegração da ordem econômica internacional, com um colapso do volume do comércio mundial, levantamento de barreiras comerciais, controle de câmbios e blocos comerciais discriminatórios. O mercado de capital internacional caiu também sob o peso da mora e da insegurança criada pela hostilidade entre os principais países capitalistas avançados. No período de 1973-1983 o crescimento dos países avançados caiu muito em relação com sua atuação na época dourada do pós-guerra. Mas boa parte da queda foi ‘administrada’ e refletia preocupações pelos problemas dos balanços de pagamentos e a inflação, que eram causados ou agudizados pelos choques petrolíferos da OPEP, de origem externa. A queda do crescimento do PIB foi moderada em comparação com a experiência dos anos trinta”.<sup>79</sup>

O preço a pagar por este suposto “maior controle” do capital e suas instituições sobre a crise, foi a extensão e profundidade inéditas desta, expressas no desenvolvimento sem precedentes da especulação financeira, que levou alguns economistas a considerar este aspecto separadamente do conjunto da crise, sob o termo de “financeirização da riqueza”. Na verdade, trata-se de aspectos inseparáveis. O processo de valorização do capital ocorre mediante duas premissas básicas. A primeira consiste que o ciclo de valorização do capital não pode ser interrompido. A segunda premissa aponta que parte do capital não pode ser separado do todo, pois assim o ciclo de valorização do capital se interrompe. Mas a própria natureza contraditória da relação capital-trabalho conduz à uma interrupção do ciclo, pois a necessidade do capital em valorizar a mais valia não ocorre de maneira sintomática. Ela é historicamente determinada.

De outro lado, durante toda a fase de acumulação capitalista, uma parte do capital produtivo se separa do conjunto do capital e se valoriza como capital financeiro. Este processo, comum ao longo da história do capitalismo, transformou-se num verdadeiro bloqueio para o conjunto do desenvolvimento do sistema. O capital financeiro, constituído a partir do desvio do capital produtivo, acumula-se, torna-se aparentemente autônomo e transforma-se em capital fictício. O mercado de ações e as Bolsas permitem que os títulos emitidos por este capital vivam de maneira autônoma, independentemente do nível de atividades do capital produtivo que lhe deu origem. Assim, o mercado financeiro adquiriu duplo caráter, pois transformou a natureza que o formou (capital produtivo) e tornou-se um movimento autônomo (capital financeiro), capaz de se valorizar através de mecanismos próprios.

A destruição deste capital fictício em 1929, provocou uma crise aguda no seio do sistema capitalista. Trouxe como consequência uma profunda modificação das relações entre capital e trabalho nos EUA. Tais mudanças emergiram primeiro em função da necessidade de retomar o processo de acumulação capitalista não mais com base nos mercados financeiros, pois haviam sido destruídos, e segundo, devido a intensa mobilização da classe operária que pressionava por mudanças na política

---

<sup>79</sup> Maddison, Angus. *Dos Crises: América y Asia, 1929-38 y 1973-83*. México, FCE, 1988, p. 88.

econômica. Em 1979, com a entrada de Paul Volcker na reserva federal dos EUA e de Margaret Thatcher no governo da Inglaterra, deslança um processo de introdução de profundas mudanças na economia internacional. Wall Street e a *City* de Londres introduziram uma política de liberalização das regulamentações do mercado financeiro, elevando as taxas de juros no longo prazo. Foi dentro do próprio Estado que se gerou uma “revolução conservadora”.

A elevação dos juros no longo prazo repercutiu na economia mundial. A crise da dívida que se produziu no início da década de 1980 no Brasil, México e em outros países, tem sua origem na elevação dos juros reais no longo prazo. Esta elevação, tem como consequência fundamental, o aumento dos títulos públicos emitidos pelo estado como parte da reconstituição destes mercados financeiros. Este crescimento da dívida é tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. O montante dos mercados financeiros à escala internacional passou de 10 trilhões em 1980 para mais de 35 trilhões de dólares em 1990. No bojo dessa soma total, a parte da dívida pública passou de 18% para 25% em apenas 10 anos.

O crescimento espetacular das sociedades de investimento financeiro é testemunha evidente da reconstituição muito rápida do mercado financeiro, uma mudança na constituição interna do capital. O capital produtivo perdeu cada vez mais importância, para dar lugar ao capital financeiro, pois a sua rentabilidade tornou-se muito maior e rápida, impulsionando os grupos industriais a acelerarem o seu processo de financeirização. Já em meados da década de 1980, a produção industrial é superada pelos grupos financeiros. O “regime de acumulação” passou a basear-se na reconstituição e no crescimento rápido do mercado financeiro como forma dominante de organização do capital e no crescimento das sociedades de caráter especulativo. A segunda mudança é com relação à maneira pela qual os EUA se comporta como potência econômica e política hegemônica. Os EUA deixaram de ser um país que estimula a acumulação capitalista, para aproveitar-se da posição econômica, política, tecnológica e financeira dominante, e transformar-se num concorrente impiedoso. A dívida pública norte-americana representava, em 1995, 45% da dívida pública mundial, e 4% do PIB norte-americano, 20% do seu orçamento federal. Os EUA passaram a ser importadores de capital desde 1983. Isto forjou uma situação historicamente inédita. Os EUA tornaram-se uma potência centralizadora dos mercados financeiros em benefício de si próprio em escala internacional.

A escalada da produtividade da economia especulativa tem como consequência uma maior flexibilização do mercado de trabalho. O “regime de acumulação” financeira procura inverter a relação capital-trabalho, através da crescente precariedade dos contratos trabalhistas, queda contínua dos salários reais, perda da estabilidade e dos benefícios. A rentabilidade da acumulação capitalista atual pressupõe o crescimento qualitativo da exploração da força de trabalho, em cuja base se alimentam os mercados financeiros. Estamos diante de um sistema que ao contrário de se expandir, se retrai e tende a contrair todo o regime de acumulação em determinadas regiões e setores, mediante a solidificação do seu controle sobre a superexploração a fim de poder realizar a mais-valia.

O capital financeiro assumiu formas diferenciadas, e não era o mesmo do início do século: não se poderia analisá-lo sem levar em conta, por exemplo, o papel dos fundos de pensão. O capital é sempre uma totalidade diferenciada na qual se articulam os grandes mercados, as grandes empresas e os diversos estados nacionais: não há um capitalismo global que teria perdido sua base nacional e sim a ordenação de um sistema mundialmente hierarquizado, conforme a articulação da grande capital. Estes mercados financeiros localizados nos países imperialistas organizam os mecanismos

pelos quais se estabelece a subordinação dos países dominados. A concorrência por sua vez, sobrevive entre os grandes monopólios e se realiza em meio a um sistema em contração, tornando-se cada dia mais acirrada, devido a retração de um sistema monopolizado.

A década de 1970 foi um período de transição: a desvalorização do dólar em 1971, e a reciclagem dos petrodólares a partir de 1973, fortaleceram o capital financeiro. Ocorreu um salto qualitativo na ordem política que alterou a composição interna do capital. Em princípio, o capital comercial e o bancário crescem com o volume da produção capitalista e medeiam o processo de reprodução do capital (ainda que, historicamente, tenham se desenvolvido antes do capital industrial; é preciso discernir o processo da gênese da estrutura lógica do capital em sua plenitude). Mas, como elementos da circulação do capital eles não abrigam a criação de valor, apenas o realizam, de modo que são estruturalmente dependentes do capital industrial, simples prolongamentos deste, que se autonomizam externamente. A aceleração febril dos negócios, em época de conjuntura favorável, leva à multiplicação das operações de compra, venda e crédito, bem como o estímulo à função de meio de pagamento do dinheiro. A autonomização externa dos capitais comercial e bancário faz com que se movimentem além dos limites impostos pela reprodução do capital industrial, violando a dependência interna que guardam em relação a este. Por isso a conexão interna é restabelecida mediante uma crise comercial e bancária (ou financeira), formas de aparência das crises da economia real, apreendidas pelo cérebro dos economistas como contradições que se passam exclusivamente no âmbito da circulação monetária, mas que em verdade resultam da anarquia do processo global de reprodução do capital industrial, unidade do seu tempo de produção e circulação.

### ***Crédito e especulação***

A primeira “saída” para a crise foi procurada na expansão do crédito, o que criou a base para o seu aprofundamento. O gasto em consumo (e não em investimento) abriu o caminho para a recuperação econômica posterior a 1975. O gasto em investimento cresceu menos que 50% da taxa normal das quatro grandes recuperações anteriores desde a Segunda Guerra Mundial, apesar da taxa de lucro posterior a 1975 crescer mais rápido que a média das recuperações anteriores. A razão é que as empresas reduziam os empréstimos e tratavam de restabelecer condições de liquidez mais favoráveis. O gasto e o consumo militar também foram elementos de ponta na recuperação de 1983. A “mágica” não conseguiu superar as contradições do capital que, nesse ponto, já foram analisados por Marx no volume III de *O Capital*: “O crédito acelera as erupções violentas da contradição -crise- e, portanto, os elementos de desintegração do antigo modo de produção. O sistema de crédito aparece como o principal nível de superprodução e especulação no comércio somente porque uma maior parte do capital social é empregado por pessoas que não são seus proprietários e que, conseqüentemente, vêm as coisas de maneira diferente do proprietário... Isso demonstra simplesmente que a autoexpansão do capital permite um livre desenvolvimento real apenas até certo ponto, de modo que, de fato, constitui um freio e uma barreira iminente à produção que são continuamente transgredidos pelos sistemas de créditos”.

O processo especulativo surgiu como paliativo para a crise de superprodução da década de 1970, levando à ampliação dos seus efeitos, e culminando na crise da dívida interna dos EUA (onde famílias ficaram endividadas em 150% das suas receitas) e na “crise (internacional) das dívidas”, em 1982. O teórico marxista Henryk Grossmann criticou as tentativas de então de emancipar a especulação da crise da *produção* capitalista: a especulação “possibilita aos capitais sobreacumulados uma ‘aplicação’

lucrativa; já vimos anteriormente que estes lucros não emanam das utilidades mas que são transferências de capital. A economia política burguesa não quer ver estas conexões. Ela observa apenas os fenômenos tal como se apresentam na superfície e se perde por isso na aparência. Porque o capital é exportado? Porque se buscam crescentemente os títulos estrangeiros? Com o avanço da acumulação de capital e o incremento da massa de grandes e pequenos capitalistas, a necessidade da extensão da especulação em Bolsa se apresenta a amplas massas de capitalistas, dado que a massa dos capitais inativos que busca aplicação durante a crise e a depressão é cada vez maior”.<sup>80</sup>

A inversão realizada pelo pensamento liberal da relação crise-especulação cumpre uma função ideológica,<sup>81</sup> e ignora que as bases da expansão especulativa foram lançadas em plena “expansão produtiva”, com a espantosa internacionalização do sistema bancário desde a década de 60: “O pensamento vulgar supõe que a especulação é uma das causas básicas da crise e que sua eliminação abriria imediatamente o caminho do progresso para o capital produtivo. O certo é o inverso, pois a crise econômica, a paralisação e o retrocesso das forças produtivas são o que multiplicam as tendências de aventura especulativa. A crise é sempre uma manifestação da queda mais ou menos brusca da taxa de lucro na órbita da produção, que obstaculiza ou impede a reprodução das massas de capital nessa esfera. Nessa mesma medida aumenta a voracidade do capital por substituir e obter um lucro de qualquer modo, às custas da exploração ainda mais acentuada dos trabalhadores ou às custas de seus próprios rivais. A especulação, companheira inseparável da crise, é a obtenção de uma valorização fictícia do capital, na medida em que não se opera nenhum acréscimo da riqueza material”.<sup>82</sup>

Combinado com o retrocesso produtivo e a crise social, o desenvolvimento especulativo atinge dimensão qualitativa. As transações monetárias internacionais, que triplicaram em cinco anos, atingiram *cotidianamente*, no outono de 1992, a soma astronômica de quase um trilhão de dólares, um montante mais ou menos equivalente à totalidade das reservas em ouro e em divisas dos países membros do Fundo Monetário Internacional. A crise toca certos limites, que correspondem “às *crises estruturais* do capitalismo. São as crises do próprio padrão de reprodução vigente e só se superam à custa de modificações substanciais no padrão de reprodução ou das próprias relações capitalistas de produção. Dadas as dificuldades dessas modificações, tais crises tendem a ser prolongadas e a devastar mais profundamente as forças produtivas acumuladas. Durante essas crises, o ciclo econômico normal não deixa de operar, só que com predomínio da crise sobre a reanimação econômica. É nessas crises que aparece o choque mais violento entre forças produtivas e relações de produção e gestam-se as condições sociais e políticas para ruptura revolucionária das relações de produção”.<sup>83</sup>

Segundo Castells, “o específico de uma crise estrutural é que o processo de acumulação não pode retomar até que se eliminem ou anulem os obstáculos. Geralmente, esta solução significa que se produzirá uma transformação básica nas relações entre as classes, entre as frações do capital e entre o capital e as forças

---

<sup>80</sup> Grossmann, Henryk. *La Ley de la Acumulación y el Derrumbe del Sistema Capitalista*. México, Siglo XXI, 1984 (1ª edição, 1929), pp. 351-352.

<sup>81</sup> Cf. por exemplo: Forrestier, Viviane. *L'Horreur Économique*. Paris, Fayard, 1996.

<sup>82</sup> Rieznik, Pablo. *Endeudamiento Externo y Crisis Mundial*. Buenos Aires, CLASCO, 1986, p. 117.

<sup>83</sup> Souza, Nilson A. de. *Teoria Marxista das Crises*. Rio de Janeiro, Global-UFMS, 1992, p. 87.

produtivas”.<sup>84</sup> O pensamento econômico, inclusive o marxista, demorou a tomar consciência do caráter *estrutural* da crise: Ernest Mandel, por exemplo, considerou a catástrofe de 1973-75 como “a primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra”.<sup>85</sup> No mesmo momento, para outro autor: “Se as crises são consideradas como a expressão da contradição da produção capitalista... também representam apenas uma quebra temporária em seu impulso em direção à expansão. Mais do que uma manifestação de uma tendência à paralisação, são uma re-criação das condições da expansão”.<sup>86</sup>

Outro autor resumiu as desilusões acumuladas em mais de duas décadas a respeito de uma “saída automática” da crise: “Não é a primeira vez desde a Segunda Guerra que a economia atravessa uma fase difícil. Já logo depois do choque petrolífero de 1975, todos os índices estavam no vermelho. Mas a crise atual parece mais grave e profunda. Se, nos dois casos, o PIB caiu, desde 1976, porém, houve recuperação, ainda que foi necessário esperar até 1985 para falar em prosperidade. Hoje, tudo é diferente, porque a crise está definitivamente instalada. Desde meados dos anos 90, todos os índices se deterioraram, o desemprego atinge proporções inquietantes. Sem que seja possível dissociar o episódio atual daquele de 1975, pois trata-se de uma mesma crise”.<sup>87</sup>

O pensamento econômico (ou “economicista”), no entanto, não consegue ultrapassar os limites da descrição na hora de analisar as duas décadas de crise: “As duas últimas décadas marcam uma cisão. Depois de um quarto de século de crescimento, de extensão das trocas internacionais e de ordem monetária, novas dificuldades aparecem. A primeira foi a queda do aumento da produtividade nos países desenvolvidos. A segunda, até 1983, o encarecimento do preço da energia, através de choques brutais. A terceira, a prática generalizada e anárquica de taxas de câmbio flutuantes. A última e mais grave é a extensão do desemprego em grande escala”.<sup>88</sup> As consequências da crise (que são, ao mesmo tempo, as tentativas do capital na procura de uma saída) são apresentadas como sendo a própria crise, numa exata inversão ideológica do processo real, inversão que cumpre uma função política.

A destruição da “ordem econômica internacional” fora iniciada, como vimos, pelos próprios EUA na década de 60, diante da insuficiência do quadro institucional existente para conter as tendências para a crise. O “inovador” governo Reagan não fez senão coroar a política de seus predecessores, e teve a peculiar característica de tropeçar, de saída, com a “crise das dívidas” e a recessão galopante de 1982-3, o que o levou, em nome do “liberalismo”, a recrudescer o intervencionismo “mediante a ação efetiva do FMI que incrementou o seu poder de empréstimo obrigando os bancos privados a fazer empréstimos involuntários como preço da preservação de seus ativos. Esses empréstimos privados multiplicaram o poder de outorga de crédito do FMI”.<sup>89</sup>

Lester Thurow pôde fazer, então, o réquiem antecipado do monetarismo e da “economia da oferta”: “Infelizmente, a América abdicou de uma responsabilidade que só ela pode exercer. O sistema comercial internacional não vai cuidar de si, como

---

<sup>84</sup> Castells, Manuel. *La Teoría Marxista de las Crisis y las Transformaciones del Capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978, p. 85.

<sup>85</sup>Cf. Mandel, Ernest. *La Crise*. Paris, Flammarion, 1985.

<sup>86</sup> Bleaney, Michael. *Underconsumption Theories*. Nova York, 1976, p. 110.

<sup>87</sup> Lévi, Catherine. *La Crise Jusqu'ou?* Paris, Hatier, 1994, p. 5.

<sup>88</sup> Flamant, M. e J. Singer-Kernel. *Les Crises Économiques*. Paris, PUF, 1993, p.110.

<sup>89</sup> Maddison, Angus. *Op. cit.*, p. 57.

parece pensar o governo Reagan. É uma instituição feita pelo homem, que requer manutenção e revisões feitas pelo homem. As organizações internacionais não são, *ipso facto*, más, como a administração Reagan parece pensar”.<sup>90</sup> O “fantasma neoliberal” foi, na verdade, um natimorto. Ao mesmo tempo em que os Estados intervêm diretamente, através do G-7, ou através das instituições internacionais (pelos poderes reforçados do FMI), para “disciplinar” a moeda, o que caracteriza a finança internacional atual é, ao contrário, a “volatilidade” das moedas, isto é, a existência de flutuações fortes, frequentes e imprevisíveis dos preços do dinheiro sob todas as suas formas (taxa de câmbio, juros).

Em que pese a intervenção estatal cotidiana, os volumes consagrados à especulação financeira (que fogem a qualquer regulamentação) tornaram evidente a existência de uma base sem precedentes para um colapso do sistema capitalista mundial: os valores dos contratos pendentes no mercado de derivativos expandiram-se entre 1987 e 1993 de US\$ 1,6 trilhões para US\$ 10 trilhões, com um incremento anual médio de quase 36%,<sup>91</sup> enquanto os fluxos financeiros internacionais quadruplicaram entre 1985 e 1995, passando de US\$ 395 bilhões para US\$ 1.597 bilhões,<sup>92</sup> o que fez François Chesnais se perguntar sobre “a viabilidade a médio, ou talvez até mesmo a curto prazo, de um regime de acumulação especulativa”.<sup>93</sup> A base para essa tendência estava dada pelas cifras relativas à *produção*, que são as decisivas, por mais impressionantes que sejam as da especulação. A taxa média de crescimento do PIB per capita da economia capitalista mundial diminuiu de 2,6% em 1960/70 a 1,6% em 1970/80, chegando a 1,3% entre 1980/1987, último ano para o qual dispomos de cifras acumuladas. Durante os últimos trinta anos, o crescimento do PNB *per capita* da economia capitalista mundial diminuiu pela metade.

A crise mundial acentuou todas as desigualdades do desenvolvimento capitalista: “Nos anos 60, todas as zonas da economia capitalista mundial cresceram, mesmo que a ritmos desiguais. A partir dos anos 70, o mesmo não acontece. A economia capitalista mundial já não se desenvolve como um todo, mas dividiu-se em duas partes. De um lado, os países industrializados e a Ásia continuaram disfrutando de um crescimento do PIB per capita; por outro, a África, a América Latina e o Oriente Médio experimentam uma diminuição do mesmo. Na realidade, os países da OCDE e Ásia formam uma unidade, já que o crescimento rápido de alguns dos países recentemente industrializados da Ásia (Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong), se deve a investimentos colossais de capital originado nos países imperialistas. É claro que as tendências depressivas se impuseram em muitas partes do mundo. Mas também é importante o fato de que a queda é *acumulativa e não cíclica, isto é, trata-se de um círculo de empobrecimento que se estende progressivamente*. Uma vez abatido, um continente não é capaz de recuperar-se”<sup>94</sup> (grifo do autor).

Em 1970, os salários constituíam 67% da renda pessoal norte-americana, um percentual que se mantivera mais ou menos constante durante várias décadas. Em

---

<sup>90</sup> Thurow, Lester. *Somatário Zero*. São Paulo, Vértice, 1987 (1ª edição 1985), p. 263.

<sup>91</sup> Caffé, Ricardo. Capital fictício, inovações financeiras e derivativos. In: SBEP. *II Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo, PUC, 1997, p. 306.

<sup>92</sup> Gonçalves, Reinaldo. A volatilidade do sistema financeiro internacional e a vulnerabilidade das economias nacionais. *Idem*, p. 314.

<sup>93</sup> Chesnais, François. O capitalismo de fim de século. In: Osvaldo Coggiola (org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo, Xamã, 1997.

<sup>94</sup> Drew, Peter. La etapa actual del desarrollo capitalista mundial. *Cuadernos del Sur*, nº 12, Buenos Aires, março de 1991.



1994, eles eram responsáveis por apenas 54% desse total. Em 1960, os salários constituíam 26% do total de vendas. Em 1994, cerca de 20%.<sup>95</sup> Em *The End of Work*, Jeremy Rifkin estabeleceu uma relação simples: “O ritmo acelerado da automação está levando a economia global rapidamente para a era da fábrica sem trabalhadores. Entre 1981 e 1991, mais de 1,8 milhões de empregos na área industrial desapareceram nos EUA. Na Alemanha, os fabricantes têm demitido trabalhadores ainda mais rapidamente, eliminando mais de 500 mil empregos apenas em um período de 12 meses, entre 1992 e 1993. O declínio dos empregos no setor da produção faz parte de uma tendência de longo prazo que tem crescentemente substituído seres humanos por máquinas no local de trabalho”.

Para Fred Block, “esse aumento global do desemprego, secular e aparentemente irreversível, está ligado à operação do sistema financeiro internacional. As mudanças no sistema, ocorridas no final da década de 1970, exacerbaram os problemas do desemprego global. A primeira delas foi o aumento da mobilidade internacional do capital como resultado do relaxamento de controles prévios”.<sup>96</sup> Estaríamos, portanto, diante de uma monumental “economia de escala”, baseada na automação e na “mundialização”, progresso que seria pago com um inevitável período de desemprego e queda salarial.

Se isso fosse verdade, deveria verificar-se um aumento acelerado da produtividade do trabalho. Ora, aconteceu o contrário, “a produtividade norte-americana é baixa desde a década de 1970. O crescimento anual da produção por trabalhador permanece na casa de 1% ao ano, muito abaixo dos 3% anuais das décadas de 50 e 60”.<sup>97</sup> Em *American Prospect*, Barry Bluestone e Bennett Harrison sublinham o caráter não conjuntural (ou cíclico) desta queda, isto é, sua natureza histórica: “De 1870 a 1973, a produtividade cresceu com um índice médio de 2,4% por ano. Na era imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, a produtividade estava em plena explosão, crescendo mais de 3% ao ano. Depois de 1973, o crescimento da produtividade despencou totalmente, por razões que muitos economistas consideram um mistério. Durante 25 anos a produtividade cresceu cerca de 1% ao ano - um ritmo ainda pior do que o da Grande Depressão. As projeções oficiais para o crescimento baseiam-se nesse resultado desanimador”.

Como outra expressão desse processo, o crescimento da monopolização econômica se dá cada vez menos através do investimento produtivo, e cada vez mais via a rubrica de fusões e aquisições que, nos países desenvolvidos, pulou de 62,2% do total de “investimentos” (1991) para 89,5% (1996); nos países atrasados, pulou de 25,5% para 65,2%, no mesmo período.<sup>98</sup> A realidade é que a internacionalização econômica tropeça com obstáculos intransponíveis: “Os principais obstáculos para um acordo de investimento global são políticos. Na raiz disso está a oposição entre os objetivos das nações soberanas e aqueles das corporações globais. Tais confrontos criam a necessidade de um mecanismo para resolver de forma efetiva a disputa empresa-Estado: criar tal mecanismo (ou atualizar os existentes) seria um dos principais objetivos de um acordo de investimento internacional”.<sup>99</sup> Até para os partidários do

---

<sup>95</sup> *O Estado de S. Paulo*, 1º de junho de 1997.

<sup>96</sup> Block, Fred. Controlling Global Finance. *World Policy Journal*, outono de 1996.

<sup>97</sup> Krugman, Paul. How fast can the US economy grow? *Harvard Business Review*. julho-agosto de 1997.

<sup>98</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1997.

<sup>99</sup> Graham, Edward. *Global Corporations and National Governments*. Nova York, IIEC, 1996, p. 119.

“declínio do Estado”, “o Estado-nação tal qual nós o conhecemos está em declínio. Este é um problema sério, já que o Estado-nação continuará sendo o principal interlocutor num mundo cada vez mais complexo, e o único a falar com autoridade tanto com as autoridades supra nacionais como com as subnacionais”.<sup>100</sup>

A guerra econômica, por sua vez, vincula-se à exacerbação do desenvolvimento desigual, provocada pela própria crise. Entre 1960 e 1982, o PIB dos países asiáticos do Pacífico, incluindo a China, cresceu de 7,8% do PIB mundial a 16,4%. Em relação ao PIB dos EUA, aquele da Ásia do Pacífico cresceu de 18% a 53,2%. A participação da região nas exportações mundiais mais do que duplicou entre 1960 e 1985, passando de 7,5% a 17%. Em 1965, essas economias asiáticas, em seu conjunto, produziram US\$ 183 bilhões em bens e serviços - um nível 75% abaixo daquele dos EUA. Em 1983, a sua produção total havia crescido a US\$ 1,7 trilhões, apenas 50% abaixo dos EUA e menos de 30% abaixo da produção europeia.

### **O neoliberalismo**

O pensamento “neoliberal” avançou suas primeiras elaborações para considerar a crise como situada *fora* das determinações essenciais do capital enquanto relação social. Para os então chamados “novos economistas”, a crise era devida à indevida intervenção estatal no mercado capitalista, o qual, em sua forma “pura” (concorrência perfeita) não comportaria crise nenhuma. Para outros, que configuraram a “escola da regulação”, a crise não punha em jogo a relação social entre capital e trabalho assalariado, mas o “modo de regulação”, a “estrutura social da acumulação”, e outras categorias semelhantes (resumidas na fórmula de “crise do Estado de bem-estar”). O caráter estrutural da crise, no entanto, dizia respeito a que afetava, com as relações de produção, o conjunto do sistema edificado em cima delas: “A diferença entre o conceito de crise, como flutuação econômica periódica, e crise estrutural, é que esta última se refere a conjunturas a longo prazo e a contradições múltiplas na vida econômica, política e social”.<sup>101</sup> É por isso que a turbulência econômica apresentaria, desde a década de 1970, a tendência sistemática para a criação de crises políticas, nacionais e internacionais.

Surgiu a imagem de uma ofensiva rampante do neoliberalismo, como característica básica do processo político e econômico internacional (alguns, como Perry Anderson, a viram como a vitória do grupo político preparado por Friedrich von Hayek em Mont-Pélerin, na Suíça, desde finais dos anos 1940, e outros, como François Chesnais, como a vitória da ofensiva desencadeada com a tomada do poder pelo grupo de Paul Volcker, nos EUA, e de Margareth Thatcher, na Inglaterra, em finais da década de 1970). Porém, temos assistido, nos últimos anos, a um revezamento no poder da direita liberal e dos “regulacionistas”, com iguais resultados (desmonte industrial, demissões em massa, precarização do emprego, polarização social). Este resultado, aparentemente surpreendente, que tem eliminado, nos países atrasados, as históricas diferenças entre “liberais” e “nacionalistas” e, nos países centrais, entre “burgueses” ou “conservadores” e “socialistas”, é justificado como o produto inevitável da “mundialização”, que seria o sentido ineluctável do atual processo econômico: “O triunfo da ortodoxia liberal, a partir do final dos anos setenta, sancionou o caráter irreversível do processo de mundialização econômica. Expostos à mobilidade crescente dos capitais, os Estados não estão somente limitados no manejo de seus instrumentos tradicionais de política econômica. Também estão submetidos a concorrência pela captação da poupança e dos investimentos. Essa concorrência os

---

<sup>100</sup> Schmidt, Vivien A. *The New World Order, Incorporated*. Boston, 1996, p. 101.

<sup>101</sup> O'Connor, James. *El Significado de la Crisis*. Madrid, Revolución, 1989, p. 74.

lança numa corrida para a desregulamentação, as privatizações e as reduções impositivas que compromete os compromissos sociais surgidos durante o período keynesiano”<sup>102</sup>.

Um consenso se estabeleceu em denominar “neoliberalismo” às políticas de privatização econômica e destruição das conquistas sociais implementadas na Europa desde finais da década de 1970, nos EUA desde o governo Ronald Reagan, na América Latina pós-ditaduras militares, enfim na ex-URSS e na Europa oriental pós-“comunismo”. Citando os traços comuns dessas políticas, falou-se em ofensiva “neoliberal”: ajuste fiscal; redução do tamanho do Estado; fim das restrições ao capital externo (eliminar todo e qualquer empecilho ao capital especulativo ou vindo do exterior); abertura do sistema financeiro (fim das restrições para que as instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condições com as do país); desregulamentação (redução das regras governamentais para o funcionamento da economia); reestruturação do sistema previdenciário.

O crescimento geométrico da intervenção financeiro-monetária do Estado não consagra o seu confinamento num setor secundário, mas a sua presença em níveis historicamente inéditos da coerção estatal no principal mercado do capital. A imbricação estreita de crise econômica e política, levou o capitalismo para uma crise institucional (ou “crise da ordem mundial”) em que se verifica a erosão de todo o sistema econômico e político mundial construído no pós-guerra, supostamente para garantir um sistema mundial de livre-comércio (Bretton Woods, GATT, agora OMC, Organização Mundial do Comércio), e a resolução pacífica dos conflitos internacionais (ONU) “não se trata de mudar o sistema de Bretton Woods porque tem 50 anos. É necessário mudá-lo porque não funciona. Ele será mudado de qualquer maneira. Tudo consiste em saber se isso será feito de modo pacífico e razoável ou no ruído e na fúria”.<sup>103</sup> Essa etapa da história econômica mundial se apresentou mais complexa do que na assertiva de Göran Therborn: “O neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno”, tese também defendida por Perry Anderson, com “a identificação de um processo subjacente de mudança estrutural-histórica na própria natureza do capitalismo, que tem escorado e possibilitado o sucesso ideológico do neoliberalismo”.<sup>104</sup>

### **A “globalização”**

A grande tendência econômica gerada pela crise, e apresentada como a sua via de saída, foi denominada de “globalização”. Alguns autores preferiram falar em “mundialização” do capital, restringindo a “globalização” aos aspectos financeiros.<sup>105</sup> Para outros, o conceito de globalização era, igualmente, tributário do processo-matriz que é a “globalização financeira” desenvolvida no decorrer dos anos 1970 e 80. Foi nesse período que se desmoronaram os quadros dos sistemas financeiros, estabelecidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e se esbateram as fronteiras entre as diferentes profissões tradicionais e os sistemas nacionais. Os novos produtos

---

<sup>102</sup> Adda, Jacques. *La Mondialisation de l'Économie*. Paris, La Découverte, 1996, p. 79.

<sup>103</sup> George, Susan. Le danger d'un chaos financier généralisé. *Le Monde Diplomatique*. Paris, julho 1995.

<sup>104</sup> In: Sader, Emir e Pablo Gentili (orgs.). *Pós-Neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

<sup>105</sup> Chesnais, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

e mercados que apareceram na esfera financeira tornaram-se, logo de saída, internacionais em uma “economia-mundo em tempo real”.<sup>106</sup>

A denominação surgiu nos anos 1970, quando alguns professores universitários norte-americanos passaram a falar em *global trade* com referência às políticas internacionais das empresas. Esta “mundialização das empresas” refletia, por sua vez, a mundialização da indústria (“globalização”) - os mercados deixavam de ser nacionais e passavam a ser mundiais *para as próprias empresas*; as empresas se tornavam multinacionais na medida em que se fazem representar em todos os continentes; e, finalmente, os novos meios de comunicação permitiram a circulação de informações técnicas ou financeiras em escala planetária. Cada ramo industrial possui as suas localizações particulares, mas com um ponto em comum: a mundialização, exemplificada triunfalmente, por exemplo, na construção do “carro mundial”. Um segundo aspecto se refere, obviamente, à nova inclusão do antigo “bloco socialista” no sistema capitalista mundial.

As mudanças são sempre primeiro percebidas na sua concretude cotidiana, e só a partir daí procura-se o seu fundamento material (produtivo), buscando a sua definição teórica mais abrangente. Para David Harvey, “essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente novas”.<sup>107</sup> De fato, é amplamente questionada a ideia de que as atuais mudanças produtivas estejam originando uma “sociedade global”. Em meados da década de 60, Marshall McLuhan tinha profetizado uma unificação do mundo através dos meios de comunicação de massa, de maneira rósea: “A era elétrica dos mecanismos-escravos subitamente liberta o homem da servidão mecânica e especializada da era da máquina precedente... Somos subitamente surpreendidos pela libertação que fixa nossos recursos internos de autoemprego e participação imaginativa na sociedade”. O próprio McLuhan, no entanto, confessa, em *Understanding Media*, que o grande meio que permitia atingir tal “libertação” era... a guerra (os EUA se encontravam, na época, em plena guerra do Vietnã): “A guerra nunca é algo menos do que mudança tecnológica acelerada... o militarismo em si mesmo é a própria via da instrução tecnológica e aceleração para áreas retardadas”.

A própria “libertação” encarnada nos novos meios de comunicação, em especial a TV (McLuhan chegou a profetizar o fim do livro e da imprensa escrita), não passava da exaltação das tendências alienantes, como criticou Sidney Finkelstein: “A TV oferece ‘gratuitamente’ os seus programas ao público que tem acesso a aparelhos de televisão, e, ironicamente, esta é a única liberdade ali existente. Fora esta liberdade de pagamento, o artista e o apresentador por um lado, e o público por outro, perderam a sua liberdade de maneira sem precedentes em meios de comunicação anteriores. Devido ao canal da instituição social, o leva-e-traz entre o criador e o público tornou-se mínimo, e está em vias de desaparecer completamente. É aqui que a ‘voz da autoridade’ que controla a instituição social se mostra mais irresponsável e ditatorial, dizendo ao artista o que pode e o que não pode fazer, e tentando transformar o

---

<sup>106</sup> Brender, A. et al. *Globalisation Financière: l’Aventure Obligée*. Paris, Economica, 1990; Levitt, T. The globalization of markets. *Harvard Business Review*, junho de 1983.

<sup>107</sup> Harvey, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993, p. 7.

público em receptor passivo de tudo o que lhe é transmitido. Desaparece a relação viva entre a figura criadora e um público ativo”.<sup>108</sup>

Segundo Elmar Altvater, algumas novidades em relação ao capitalismo do tempo de Marx teriam que ser consignadas: a globalização que, embora prevista por Marx, não existia na sua época, teria que ser analisada, não só como processo concreto, mas também como ideologia.<sup>109</sup> A partir da Segunda Guerra Mundial tivemos a hegemonia incontestada conquistada pelos EUA, no terreno econômico, político e militar. Não é difícil estabelecer uma ligação entre esse processo e a hegemonia americana na produção cultural de massa. Depois da grande crise que se resolveu com a II Guerra Mundial, “a reformação do capitalismo é a americanização do capitalismo e a ideologia-cultura do consumismo é a sua base lógica. Mas identificar o imperialismo cultural e da mídia com os EUA, ou mesmo com o capitalismo dos EUA, é um erro profundo e profundamente mistificador. Isto significa que, se a influência americana pudesse ser excluída, o imperialismo cultural e da mídia desapareceria. Isto só poderia ser verdade em um sentido puramente de definição. A americanização em si é uma forma contingente de um processo que é necessário para o capitalismo global, para a ideologia-cultura do consumismo. A conexão entre a americanização e a dependência cultural começou com os cartéis da indústria cinematográfica de Hollywood na década de 20 e com o ‘sistema de estrelas’ no qual foi baseado. O modo como isso foi seguido é um caso de paradigma das inter-relações entre as esferas econômica, política e ideológico-cultural, estruturadas pelos interesses econômicos daqueles que possuíam e controlavam a indústria e os canais através dos quais seus produtos eram comercializados e distribuídos”.<sup>110</sup>

Os analistas da cultura situaram, junto a isso, um outro processo historicamente paralelo, a saber, o fato de que, “a partir da Segunda Guerra Mundial, o conceito artístico de vanguarda foi mitigando as fortes conotações que etimologicamente o vinculavam ao espírito militar de choque e luta, e às dimensões utópicas e social-revolucionárias que distinguiram as vanguardas socialistas do século XIX. A partir de 1945, as vanguardas se converteram em *establishment*. O seu papel elementar, crítico, passou a ser normativo. Seus valores estéticos se confundiram progressivamente com os valores do mercado”:<sup>111</sup> o esgotamento das vanguardas era um sinal inequívoco de esgotamento de todo um sistema cultural, que perde progressivamente a capacidade de negar-se a si próprio, ou seja, a força de “negação criativa”.

A “industrialização da cultura” implica que a “contestação cultural” adquira também características “industriais”, e não mais artesanais, como era o caso das vanguardas artísticas e/ou culturais da transição entre o século passado e o nosso.<sup>112</sup> A impossibilidade de semelhante processo implica o esvaimento da ilusão num questionamento do sistema imperante que parta do terreno cultural (que caracterizou, por exemplo, o surrealismo), embora um marxista como Fredric Jameson achasse que o fato de que a cultura se tornou em larga escala um negócio tem como consequência que muito daquilo que costumava ser considerado especificamente

---

<sup>108</sup> Finkelstein, Sidney. *McLuhan. A Filosofia da Insensatez*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 86.

<sup>109</sup> In: *Liberalismo e Socialismo*. Velhos e novos paradigmas. São Paulo, Editora da Unesp, 1996.

<sup>110</sup> Sklair, Leslie. *Sociologia do Sistema Global*. Petrópolis, Vozes, 1995, p. 155.

<sup>111</sup> Subirats, Eduardo. *El Final de las Vanguardias*. Barcelona, Anthropos, 1989, p. 171.

<sup>112</sup> Cf. Micheli, Mario de. *Las Vanguardias Artísticas del siglo XX*. Madri, Alianza, 1980.

econômico e comercial se tornou também cultural, para daí concluir que “o marxismo, daqui em diante, deverá ter um caráter mais cultural”.

O fenômeno da “globalização cultural” foi inicialmente percebido como “industrialização cultural”, e questionado em função de sua vinculação com todos os aspectos da decomposição do sistema capitalista, como o fazia, em 1975, Armand Mattelart: “Um domínio, como o da educação, que até o momento não fora tocado pela industrialização massiva, começa a ser colonizado pelos recém chegados. A internacionalização da produção colocou o problema da internacionalização das mercadorias culturais. A produção cultural também refletiu o caráter dos novos objetivos políticos e militares da sociedade americana. Não se pode ignorar que o progresso das grandes tecnologias de comunicação está ligado àquele da alta tecnologia, surgido à sombra de uma economia de guerra. Ele é indissociável desse contexto de capitalismo monopolístico de Estado, que permitiu o estreitamento dos laços entre o Pentágono e os grandes industriais”.<sup>113</sup>

A passagem da “industrialização da cultura” para a “globalização cultural” implicou numa mudança conceitual que não encontrou sua chave de compreensão dentro do seu próprio terreno, como o revelou o mesmo autor, escrevendo vinte anos depois: “A transmutação semântica de internacional para global efetuou-se tão rapidamente que a teorização se encontra amplamente superada pelas profissões de fé. E nada deixa supor que ela as possa alcançar, se considerarmos a pressão do pragmatismo”.<sup>114</sup> O máximo que se conseguiu, nesse plano, foi listar uma série de pautas sem indicar a sua origem nem a sua hierarquização mútua, ou seja, o determinante em última instância. Mas se a “globalização cultural” era problemática, o seu fundamento econômico também o era. Alguns autores preferiram falar em “mundialização” do capital, restringindo a “globalização” aos aspectos financeiros.<sup>115</sup> A teoria de um “capitalismo multinacional”, que teria superado a fase de “exportação de capitais”, baseada em empresas “nacionais”, é muito antiga. De acordo com essa noção, “a classe capitalista transnacional não é composta de capitalistas no sentido marxista tradicional. A propriedade direta ou controle dos meios de produção não é mais o critério exclusivo para servir os interesses do capital, principalmente não os interesses globais do capital. A *burguesia administrativa internacional* é definida como uma categoria socialmente abrangente, compreendendo a elite empresarial, gerentes e firmas, altos funcionários do Estado, líderes políticos, membros das profissões eruditas e pessoas de posição similar em todas as esferas da sociedade”.<sup>116</sup> A “globalização” seria um estágio superior da “transnacionalização”, e se referiria, além da “mundialização” econômica, à todas as consequências, sociais, políticas e culturais, desse processo: “O termo *globalização* pode ser empregado tanto em relação a um processo histórico como a uma mudança conceitual em que ele é -tardiamente e ainda assim incompletamente- refletido. A globalização, no primeiro e mais amplo sentido, é definida com mais precisão como ‘a concretização do mundo inteiro como um único lugar’ e como o surgimento de uma ‘condição humana global’”.<sup>117</sup>

---

<sup>113</sup> Mattelart, Armand. *Multinationales et systèmes de communication*. Paris, Anthropos, 1976, p. 11.

<sup>114</sup> Mattelart, Armand. *Comunicação-Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 250.

<sup>115</sup> Chesnais, François. *A Mundialização do Capital*. ed. cit.

<sup>116</sup> Sklair, Leslie. *Op. Cit.*, p. 79.

<sup>117</sup> Arnason, J. P. Nacionalismo, globalização e modernidade. In: Featherstone, Mike. *Op. Cit.*, p. 234.

### **Globalização e transnacionalização**

Para Jeffrey Sachs, a globalização seria um produto do último quarto do século XX, e abriria um futuro róseo para o conjunto do sistema: “O período entre 1970 e 1995, e principalmente a última década, presenciou a mais espetacular harmonização institucional e integração econômica entre nações jamais vista na história mundial. Durante as décadas de 1970 e 1980 cresceu a integração econômica, cuja extensão só se percebeu nitidamente com o colapso do comunismo em 1989. Em 1995 percebe-se o surgimento de um sistema econômico global dominante. O conjunto de instituições em comum está exemplificado pela nova *Organização Internacional do Comércio* (OIC), estabelecida com o consenso de mais de 120 economias, e onde praticamente todas as demais desejam entrar. Parte do novo acordo de comércio envolve uma codificação dos princípios básicos do comércio de bens e serviços. Igualmente, o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) conta hoje com um grau de afiliação quase universal, com os países membros comprometidos a princípios básicos de circulação e conversão da moeda”.<sup>118</sup>

Desde uma perspectiva diversa, Samir Amin aceitou a “mundialização” como processo econômico, mas apontou a sua contradição com a sobrevivência do “nacional” no plano sócio-político: “A mundialização fez com que o espaço econômico não coincidissem mais com a sua gestão política e social. Nos sistemas produtivos nacionais encontramos cada vez mais os elementos de um sistema produtivo “mundializado”. No entanto, o Estado, instrumento indispensável da regulação social e política e, ao mesmo tempo, do compromisso social interno e da sua interação com o externo, permaneceu sendo o Estado nacional, sem que haja realmente se iniciado a sua superação a nível da consciência cultural e política”.<sup>119</sup>

Apresentar o processo de “multinacionalização” como específico do segundo pós-guerra foi, no mínimo, um exagero. Segundo L. G. Franko, o número de filiais implantadas no exterior antes de 1914 seria de 122 para as empresas americanas, 60 para as inglesas e 167 para as demais firmas europeias.<sup>120</sup> Ainda para o processo da década de 1970, Charles-Albert Michalet apontou que “a distribuição nacional das firmas multinacionais (FMN) segue fielmente a hierarquia dos PIBs. As mais numerosas são de origem americana, as outras são europeias ou japonesas. Não é de nosso conhecimento a existência de sedes de FMN nos países subdesenvolvidos, com exceção, evidentemente, dos ‘paraísos fiscais’. Esse fenômeno de multinacionalização é, portanto, indissociável da natureza das economias de origem”.<sup>121</sup> Mesmo depois de todo o processo de internacionalização foi possível assinalar, sem grande dificuldade empírica, que “na internacionalização em curso, o mercado interior continua sendo a base sobre a qual se constrói a eficiência de uma empresa ou de uma economia nacional”.<sup>122</sup>

Não existia, portanto, nenhuma evidência de que a “transnacionalização” e “globalização” tivessem significado a superação da contradição entre a economia mundial e as economias nacionais, e menos ainda entre os Estados nacionais - a contradição entre a internacionalização crescente das forças produtivas e a

<sup>118</sup> Sachs, J. e Warner, A. Economic reform and the process of global integration. *Brooking Papers on Economic Activity*. 1: 1995.

<sup>119</sup> Amin, Samir. *La Sfida della Mondializzazione*. Milão, Ponto Rosso, 1995.

<sup>120</sup> Franko, L. G. *The Other Multinationals*. The international firms of continental Europe (1870-1970). Genebra, CEI, 1973.

<sup>121</sup> Michalet, Charles-Albert. *Le Capitalisme Mondial*. Paris, PUF, 1976, p. 27.

<sup>122</sup> Beckouche, Pierre. *Industrie: un Seul Monde*. Paris, Hatier, 1993, p. 24.

sobrevivência das fronteiras nacionais. Internacionalização, porém, não é sinônimo de globalização. A internacionalização crescente do sistema financeiro e a velocidade espantosa dos fluxos de capitais não impediu que, na economia mundial, a demanda interna dos países absorva cerca de 80% da produção e gere 90% dos empregos. A poupança doméstica financia mais de 95% da formação de capital. Essa observação é confirmada por dados apresentados nos relatórios do FMI. Os fundos de pensão dos EUA, por exemplo, têm apenas 6% dos seus ativos totais fora do país. Os da Alemanha, 5%. Os do Japão, 9%. As companhias de seguro de vida dos EUA têm 4% do seu *portfólio* em atividades estrangeiras. As da Inglaterra, 12%. A conclusão do FMI foi que “a tendência geral na direção da diversificação internacional é ofuscada pela pequena participação dos títulos estrangeiros nos portfólios dos investidores institucionais”.<sup>123</sup>

A globalização financeira foi ela própria consequência do acirramento da concorrência provocada pela crise, e da tentativa de combatê-la através da redução dos custos mediante as “novas tecnologias”: “As novas tecnologias se generalizam na década de 90 sob o impacto da internacionalização, caráter central do processo econômico recente. As mudanças tecnológicas influem diretamente na denominada globalização financeira, comercial e industrial. No primeiro termo, a interconexão mundial das comunicações através do aperfeiçoamento e barateamento das telecomunicações deu lugar ao *big bang* das finanças, com todas as bolsas e mercados do planeta operando conjuntamente 24 horas por dia. Essa integração induziu o predomínio dos fluxos internacionais de capital sobre as economias nacionais e o peso ascendente dos investimentos estrangeiros sobre os locais. No segundo termo, a internacionalização comercial foi influenciada pelas novas tecnologias através de uma redução dos custos de transporte”.<sup>124</sup>

O avanço tecnológico e as “recuperações” econômicas não produziram os efeitos esperados pelos economistas. Por um lado, apontou-se que “a despeito das críticas, o período pós-Bretton Woods presenciou uma explosão sem paralelo do comércio internacional e das transações financeiras. De fato, o crescimento per capita nos EUA foi mais elevado no período de câmbio flutuante de 1974-1989 (2,1% ao ano) do que durante o período Bretton Woods de 1946-70 (2% ao ano) ou mesmo durante o período do padrão ouro de 1881-1913 (1,8% ao ano).”<sup>125</sup> Ao mesmo tempo, se constata que “entre 1973 e 1993 a renda média disponível aos 20% mais pobres caiu quase 23% - de \$17.601 a \$13.596 ao ano para uma família de três pessoas (em dólares de 1993)”.<sup>126</sup> Num quadro em que uma vasta literatura se ocupou do assunto,<sup>127</sup> tornou-se visível o fato de que “um campo das estatísticas não se recuperou desde a

---

<sup>123</sup> Batista Jr, Paulo M. O mito da globalização. *Folha de São Paulo*. 30 de maio de 1996.

<sup>124</sup> Katz, Claudio. O impacto da internacionalização. In: Coggiola, O. e C. Katz. *Neoliberalismo ou Crise do Capital?* São Paulo, Xamã, 1995, p. 233.

<sup>125</sup> Galvin, Francis J. The Legends of Bretton Woods. *Orbis*, primavera 1996, p. 197. Ver também Eichengreen, Barry. *International Monetary Arrangements for the 21st Century*. Washington D.C., Brookings Institution, 1994; Cocco, Marcello De. *The international gold standard: money and empire*. Londres, Francis Pinter, 1984.

<sup>126</sup> Bluestone, B. e T. Ghilarducci. Rewarding work. *The American Prospect* nº 26, maio-junho 1996, p. 40.

<sup>127</sup> Ver, por exemplo, Brecher, Jeremy e Costello, Tim. *Global Village or Global Pillage*. Economic restructuring from the bottom up. Boston, South East Press, 1994; Rifkin, Jeremy. *The End of Work*. Nova York, Putnam, 1995; Schor, Juliet. *The Overworked American*. Nova York, Basic Books, 1991; Bartlett, Donald e James Steel. *America: What Went Wrong?* Kansas City, Andrews & McMeel, 1992; Harrison, Bennett e Bluestone, Barry. *The great u-turn*. Nova York, Harper Collins, 1990.



recessão de 1991: aquele do nível de vida da maioria dos americanos. De acordo com o *Census Bureau*, a renda de uma família de classe média em 1994, ajustada de acordo com a inflação, foi de \$38.782, ou seja, 1% abaixo do padrão de 1991. Os dados preliminares sugerem que não houve qualquer aumento significativo em 1995”.<sup>128</sup> Para, finalmente, se chegar à conclusão que segue: “As coisas não estão funcionando como deveriam. A falha do atual capitalismo global avançado em manter os níveis de distribuição da riqueza cria um problema não apenas para os políticos como também para a moderna “ciência” econômica. Durante várias gerações os jovens foram ensinados que o crescimento do comércio e do investimento, aliado à mudança tecnológica, aumentaria a produtividade nacional e criaria riqueza. No entanto, apesar do crescimento progressivo do comércio e da finança mundiais, durante a última década a produtividade se viu abalada e a desigualdade nos EUA, e o desemprego da Europa, só pioraram”.<sup>129</sup>

No “Terceiro Mundo”, os efeitos foram piores, e deram lugar a perplexidades semelhantes: “Empregos certamente são criados nos setores exportadores do Sul. Mas as condições de viabilidade desses empregos e, em primeiro lugar, a abertura comercial, tem como efeito uma liquidação ainda maior dos empregos nos setores tradicionais não competitivos. Com raras exceções, os países do Terceiro Mundo criam menos empregos após a abertura do que antes. Esse desequilíbrio aparece inclusive nos dados da balança comercial”.<sup>130</sup> E, ao lado do desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial, devemos levar em conta o crescimento sem precedentes da polarização social. De acordo com a ONU, em 1990, dos US\$ 23 trilhões que compunham a riqueza monetária mundial, apenas US\$5 trilhões correspondem à imensa maioria dos países (os chamados “em desenvolvimento”). O mesmo informe oficial afirmava que, mantidas as tendências, as disparidades econômicas entre os países industrializados e o mundo em desenvolvimento “passarão de iníquas para desumanas”. Os 20% mais pobres do mundo ficavam, em 1993, com apenas 1,4% do total da renda do planeta, uma queda de 0,9 ponto percentual em relação a 1960. Os 20% mais ricos viram a sua fatia saltar, no mesmo período, de 70% para 85% da riqueza mundial. 358 bilionários têm ativos que superam a renda anual somada de países em que vivem 2,3 bilhões de pessoas (45% da população mundial). E 33% da população dos países em desenvolvimento (1,3 bilhão) vivem com menos de US\$1 por dia. Deles, 550 milhões estavam no sul da Ásia, 215 milhões na África subsaariana e 150 milhões na América Latina.

### ***A explosão do capital financeiro***

Para Roberto Campos: “A globalização financeira se traduziu em mudanças tanto operacionais como institucionais. Houve três transformações: a revolução telemática criou o mercado de 24 horas; surgiram novos atores, como os fundos mútuos de investimentos e os fundos de pensão; criaram-se novos instrumentos como a securitização e os derivativos. No plano institucional, o FMI, que nascera em 1944 com 44 membros, tem hoje 181. No comércio, a globalização assumiu várias formas: o surgimento de blocos regionais, como a União Europeia, o Nafta, e o Mercosul; a explosão das multinacionais; o conceito de ‘fábrica global’ com gerentes e trabalhadores de um país, tecnologia ou financiamento de outros, para vendas a

---

<sup>128</sup> Head, Simon. The new ruthless economy. *The New York Review*. 29 de fevereiro de 1996.

<sup>129</sup> Kapstein, Ethan B. Workers and the world economy. *Foreign Affairs*. maio-junho 1996, p. 16.

<sup>130</sup> Husson, Michel. Les fausses évidences de la mondialisation. *Le Monde*. Paris, 25 de junho de 1996.

terceiros”.<sup>131</sup> Mas os “blocos regionais” traduzem, na verdade, a tendência para o aguçamento da disputa comercial e financeira internacional. Delfim Netto afirmou que “o que parece singular neste momento é a total ignorância do fato de que a ‘globalização’ (o uso pleno do mercado) e a ‘integração’ (o uso de preços ‘errados’ para integrar e ampliar o mercado interno) se repelem. A esperança é que a ‘globalização’ leve a uma uniformização ou à convergência do nível de renda dentro de cada país e entre os países, o que parece pelo menos duvidoso”.<sup>132</sup>

É a concorrência comercial o que motivou as disputas em torno da “propriedade intelectual” e das “leis de patentes”: “As disputas comerciais certamente aparecerão no futuro, especialmente quando uma nação se recusar em reconhecer os direitos de propriedade intelectual de uma companhia estrangeira em nome da proteção da saúde e segurança dos cidadãos daquela nação. Portanto, podemos dizer que a questão comercial do futuro é saber se os acordos comerciais vão superar as leis nacionais”.<sup>133</sup>

O aguçamento dessa disputa condicionou a concorrência pela colonização do antigo “bloco socialista”, em especial na China. Se afirma que as indústrias se instalam para produzirem na China produtos de segunda linha, onde não existe respeito à propriedade industrial (pirataria), muito menos o direito do consumidor e, com isso, constituir grandes fortunas fruto de apropriação indébita seja das grandes indústrias, seja dos consumidores nos países subdesenvolvidos. Este processo de enriquecimento se assemelha, mas so formalmente, ao processo de uma “acumulação primitiva” atípica. Entretanto, o maior atrativo está na possibilidade da lavagem de dinheiro de drogas, corrupção, contrabando e demais proezas do crime organizado. Segundo um informe, “as fábricas chinesas que estão pirateando software, músicas, vídeos e produtos de grife americanas no valor de bilhões de dólares mostra que quase todas as operações pertencem, em parte, a companhias estrangeiras, algumas das quais procedem de nações que são grandes aliadas e parceiras comerciais dos EUA”.<sup>134</sup>

Os fundos de investimento se desenvolveram em condições em que “na escala mundial, o valor das transações, situado entre 20 e 40 bilhões de dólares no início dos anos 80, passou, atualmente, para entre 400 e 800 bilhões de dólares”.<sup>135</sup> Este processo de concentração do capital não poupa os fundos: “Um dos motivos por trás da febre de fusões é a ideia de que, para serem mais competitivas, as firmas administradoras de fundos têm que ser maiores. A não ser que controlem um nicho de mercado específico, a cifra de consenso é de mais de US\$100 bilhões em ativos”.<sup>136</sup> Nos países centrais, os fundos de pensão se constituíram sobre a base da destruição ou da inexistência (como nos EUA) da previdência social solidária. Para os capitalistas, esse sistema carece de interesse, pois não constitui capitais. O regime de capitalização supõe que cada assalariado cotize durante toda a sua vida para constituir um capital que irá financiar a sua aposentadoria. Na Alemanha, os fundos representavam US\$ 300 bilhões de reserva em 1995 (12% do PIB); na Grã-Bretanha, US\$ 500 bilhões (45% do PIB); nos EUA, 3,5 trilhões.

---

<sup>131</sup> *Folha de São Paulo*, 7 de julho de 1996.

<sup>132</sup> *Idem*, 10 de julho de 1996.

<sup>133</sup> Chaudry, P. E. e Walsh, M. G. Intellectual property rights. *The Columbia Journal of World Business*. verão de 1995, p. 91.

<sup>134</sup> *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1996.

<sup>135</sup> *The New York Times*, 31 de outubro de 1995.

<sup>136</sup> *The Wall Street Journal Americas*, 26 de junho de 1996.

O sistema de fundos de pensão, nos EUA, sustentou todo o sistema de aposentadoria: todo assalariado com idade para se aposentar tinha direito à *Medicaid*, uma espécie de subsídio vindo de fundos estatais, cujo montante é independente da contribuição de cada assalariado, e que foi posto em questão pelos governos de Bush e de Clinton, como um dos responsáveis pelo déficit fiscal. Além disso, os assalariados que contribuíram para os fundos de pensão recebem uma aposentadoria complementar, de fato a essencial, composta por quantias depositadas em seu nome ao longo de sua vida profissional.

Nos anos 80, esses fundos investiram em duas direções. Uma, os *junk bonds*, títulos “podres”, investimentos incertos que provocaram “cracks” em diversas bolsas americanas e internacionais. Outra, os *savings and loans*, cadernetas de poupança, que foram à falência sequencial nos EUA nos anos 80, engolindo economias duramente poupadas por milhões de trabalhadores. A falência dos investimentos revelou que a maior parte dos fundos de pensão tinha sido investida, a despeito dos controles oficiais, em setores especulativos de alto risco. As garantias “legais” existiam nos EUA: a lei obrigava os fundos de pensão a estarem no seguro, o que não impediu que muitos não estivessem, levando, no caso de sua concordata ou falência, a que os aposentados se encontrassem “legalmente” de mãos atadas. A correlação mais simples e evidente: “Duas tendências de fundo parecem caracterizar as mutações da economia mundial: a explosão do capital especulativo e o crescimento correlativo da precariedade do emprego. A emergência da especulação financeira se traduz, com efeito, na multiplicação do número de fusões industriais e de golpes da Bolsa que transformam a oferta de trabalho: os empregos estáveis e relativamente bem pagos são substituídos por empregos instáveis e mal remunerados”.<sup>137</sup>

Segundo os cálculos de 1994 do BIS, uma espécie de Banco Central internacional com sede na Suíça, US\$13 trilhões passaram a girar pelo mundo em velocidade jamais vista, ao comando de teclas de computador. O megainvestidor George Soros ganhou 1 bilhão de dólares em 1992, apostando contra a libra esterlina. Consequências: a libra teve de ser desvalorizada e retirada do mecanismo de flutuação criado no mercado europeu. Em 1971, o volume de empréstimos internacionais de médio e longo prazo feitos pelo capital privado foi de 10 bilhões de dólares. Em 1995, ele chegou a 1,3 trilhão: cresceu 130 vezes em apenas duas décadas e meia. Além desse dinheiro de médio e longo prazo, há outro, o dinheiro volátil, que gira pelos vários mercados financeiros, como o das bolsas de valores, do câmbio ou dos juros. Esse dinheiro rápido sustenta transações diárias entre 2 e 3 trilhões de dólares. O capital volátil, tão temido pelos países de economia fraca, também impulsiona negócios, mas só estaciona em “países estáveis”. Diferentes tipos de mercados foram criados e se agigantaram. Dentre eles os mercados de câmbio são o segmento do mercado financeiro global que registrou o maior crescimento: somente na década de 80 seu volume de transações decuplicou. Conforme a tabela abaixo indica, as transações nos mercados de câmbio superaram o crescimento dos fluxos comerciais, dos investimentos externos direto e o crescimento do PIB dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que agrupa aos países “desenvolvidos”):

**Comparação entre o crescimento (de 1980 a 1988) dos fluxos comerciais, financeiros, de investimento externo direto e o crescimento do PIB dos países da OCDE (coeficiente multiplicador)**

PIB dos países da OCDE	Fluxos comerciais	Transações nos mercados de câmbio	Fluxos de IED
1,95	2	8,5	3,5

Fonte: dados do GATT, BIS, OCDE

<sup>137</sup> Petras, J. e T. Cavaluzzi. Devenir pauvre en travaillant. *Le Monde Diplomatique*. julho 1996.

Contra a suposta integração da economia mundial, expressa na emergência de novas instituições internacionais, se pôs em evidência a guerra em surdina que traduz o acirramento da concorrência do comércio mundial, que se manifestou nas protestas dos próprios chefes de Estado: “Estão acusando os EUA de, ao invés de abraçar a nova *Organização Mundial de Comércio* (OMC) e colocar diante dela todas as suas disputas comerciais, tentar resolver seus problemas através de acordos bilaterais ou mesmo decisões unilaterais. A substituição de internacionais estabelecidas pela lei da selva, segundo os críticos, encoraja o mercantilismo desenfreado, o protecionismo e a elevação da tensão política entre países, enfraquecendo o comércio global. Deixemos de lado por um momento a hipocrisia dos europeus, que negociam bilateralmente todo o tempo, e a atitude do Japão, que continua a praticar um comércio altamente controlado, completamente contrário ao espírito da OMC. O fato é que os ministros do Canadá, Brasil, Coreia, Índia e Singapura, os comissionários da União Europeia e empresários desde Toronto até Hong Kong, estão dizendo que os EUA viraram as costas ao sistema multilateral de troca. A acusação é particularmente significativa face aos últimos 50 anos de apoio norte-americano ao GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas), o predecessor da OMC”.<sup>138</sup>

O principal, porém, é que o desenvolvimento do comércio não se compara com a expansão das transações financeiras. Entre 1965 e 1990 o comércio mundial de mercadorias e serviços aumentou 14 vezes, e “os fluxos financeiros alcançaram dimensões inimagináveis”, a ponto “de mais de US\$ 1 trilhão rodar o mundo a cada 24 horas, buscando sem descanso o mais alto retorno”, segundo a ONU. Visto como a “tábua de salvação”, como o campo predileto de aplicação das “novas tecnologias”, e como o local por excelência da “integração global”, a hipertrofia do setor financeiro não fez senão ocultar sua anarquia crescente e a criação das bases para a crise. A cada vez mais precária estabilidade do ciclo se apoia, não no seu dinamismo econômico, mas na coerção extraeconômica: “É paradoxal pretender que o Estado recue enquanto a sua porção de despesas do PIB não cessa de aumentar. É difícil sustentar que ele não interfere nas empresas, quando sua dívida perturba profunda e sensivelmente os mercados financeiros: a dívida pública norte-americana aumentou mais depois de 1981 do que no período em que financiava a Segunda Guerra Mundial. É altamente contraditório afirmar que o Estado é neutro quando se constata que três quartos do aumento da concentração de riquezas se devem às mudanças das leis fiscais. O Estado do liberalismo dogmático não é um Estado ausente, mas sim dissimulado e incompetente. É espetacular ver como ele emprega o equivalente ao PIB italiano para reparar as consequências de uma desregulamentação mal concebida das caixas de poupança, após de ter recusado investir um milésimo da quantia para sustentar as indústrias do futuro e demitido os funcionários que propuseram tal absurdo”.<sup>139</sup>

A dívida pública americana passou a equivaler a quase dois anos da produção industrial daquele país.<sup>140</sup> Mesmo no que diz respeito aos “países emergentes” da periferia mundial, é a força do Estado que explica seus relativos “sucessos” (que não eliminam a crescente polarização social neles), o que é admitido até pelos seus panegiristas. Segundo Jim Rohwer, a recusa dos governos asiáticos em oferecer redes de proteção social esteve por trás da rápida expansão econômica dos tigres da região: a experiência asiática se deu num ambiente de falta de tradição democrática, o que facilitou o

---

<sup>138</sup> Garten, Jeffrey E. Is America abandoning multilateral trade? *Foreign Affairs*. novembro-dezembro de 1995, p. 50.

<sup>139</sup> Delmas, Philippe. *Le Maître des Horloges*. Paris, Odile Jacob, 1991, p. 330.

<sup>140</sup> *Análise de Conjuntura Econômica*. São Paulo, 16 de novembro de 1995.

processo.<sup>141</sup> A “mundialização do capital” reforçou a fundo as políticas de liberalização e de desregulamentação, sobretudo na medida em que veio acompanhada da difusão das novas tecnologias de produção, de informação e de comunicação (aquelas que contribuíram para a crise do sistema de produção “fordista”). A mundialização do capital fez com que explodissem as três formas institucionais que, durante os últimos cinquenta anos, permitiram a regulação social pelos Estados: o trabalho assalariado, enquanto forma predominante de inserção social e de acesso à renda; um sistema monetário internacional fundado sobre taxas fixas de câmbio; a existência de instituições nacionais suficientemente fortes para impor uma disciplina ao capital privado. Essa “mundialização” esteve intimamente associada à destruição dessas formas de regulação nacional e internacional. Ela condena milhões de assalariados e de jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização e à exclusão; a moeda e a finança ficam confiadas à anarquia dos “mercados”; os Estados tiveram as suas capacidades de intervenção drasticamente reduzidas, depois que os governos e as elites dos principais países capitalistas avançados deixaram que o capital-dinheiro se convertesse numa força praticamente incontrolável.<sup>142</sup>

Giovanni Arrighi sustentou que o sistema capitalista mundial esteve mergulhando em crise desde 1970, com o auge financeiro refletindo a intensidade e extensão da crise. O lento crescimento da produção material desvia capitais crescentes para a especulação financeira e ao mesmo tempo amplia o gasto social dos Estados, em função do crescimento do desemprego e da exclusão social.<sup>143</sup> O processo objetivo, no entanto, teria tido o seguinte sentido: “Hoje a noção de um governo mundial parece menos fantasiosa do que há dezoito anos. O Grupo dos 7 vem se reunindo regularmente e se parece cada vez mais com um comitê administrador dos assuntos comuns da burguesia mundial. Nos anos 80, o FMI e o Banco Mundial agiram cada vez mais como um ministério mundial das finanças. E, finalmente, nos anos 90 começaram com uma reformulação do Conselho de Segurança da ONU, como um ministério mundial da polícia. De maneira totalmente não-planejada, começa a surgir uma estrutura de governo mundial, pouco a pouco, sob pressão dos eventos e por iniciativa das grandes potências políticas e econômicas”.<sup>144</sup>

Vejamos, no entanto, uma avaliação diferente do G-7: “A organização, fundada há 20 anos, parece cada vez menos eficiente, por não refletir as realidades de um mundo no qual as economias emergentes da Ásia e da América Latina estão crescendo quase duas vezes mais que as das nações industrializadas. Há pouco tempo, quando o G-7 tentou resolver a crise do peso mexicano, surgiram divergências sobre o pacote proposto pelos EUA, com os europeus acusando Washington de estar tentando induzi-los a salvar os investimentos americanos (...) Enquanto a distância econômica entre as nações do G-7 e o resto do mundo diminui, a posição que o grupo escolheu para si, de guardião do sistema econômico internacional, desperta ressentimento crescente e torna-se cada vez mais difícil justificar esse papel (...) O G-7 é hoje uma instituição que está chegando ao ocaso”.<sup>145</sup>

---

<sup>141</sup> Rohwer, Jim. *Asia Rising*. Nova York, Buitenworth-Heinemann, 1996.

<sup>142</sup> Chesnais, François. *A Mundialização do Capital*. ed. cit.

<sup>143</sup> Arrighi, Giovanni. *O Longo Século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro, Contraponto/UNESP, 1996.

<sup>144</sup> Arrighi, Giovanni. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In Sader, Emir (org.). *O Mundo Depois da Queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 118.

<sup>145</sup> *The New York Times*, 2 de maio de 1995.

Substituir a institucionalidade *legalmente* criada no pós-guerra (ONU, FMI, BIRD, etc.) por uma institucionalidade “autoproclamada” (G-7 ou G-8) não seria senão proclamar a precariedade como regime normal de existência. A velocidade vertiginosa do aumento das dívidas tornou obsoletos os instrumentos econômicos e políticos de controle. Os banqueiros sabem disso e, segundo *The Economist*, “um grupo dos maiores bancos do mundo, conhecido como G-20 (apesar de ter apenas 17 membros; quem disse que banqueiros sabem contar?), anunciou planos para criar uma organização com 24 horas de funcionamento para compensação de câmbio externo dentro dos próximos anos”.<sup>146</sup> As novas instituições surgem do fracasso das antigas, e têm esse fracasso incorporado na sua plataforma. É o caso da OMC, surgida da constatação do fracasso do GATT, quando, pela primeira vez, as negociações da Rodada Uruguaí (*Uruguay Round*), abertas em Punta del Este em setembro de 1986, não puderam ser concluídas no prazo previsto, de 4 anos.

O G-7, por outro lado, veio paliar na prática a falência da instituição internacional para resolver os conflitos internacionais, a ONU: “Após a queda do muro de Berlim, os EUA confiscaram a ONU, sob a cobertura da nova ordem internacional. Estupefatos pelo brutal desabamento do comunismo e ocupados com uma crise econômica particularmente aguda, os povos não souberam medir a espiral de derrotas na qual a organização mundial mergulhava, tornando bastante ilusórios todos os projetos de reformas dos quais se falava para o seu quinquagésimo aniversário... Ali onde as chamas da guerra se acendem, as Nações Unidas, para apagá-las, se utilizam de métodos custosos e ineficazes. Não obstante, a organização é deixada de fora das grandes negociações de paz - Palestina ou Bósnia - realizadas pelos EUA... No seio das Nações Unidas, a impotência do Conselho Econômico e Social confirma: *a esfera financeira escapa a toda regulamentação coletiva*”<sup>147</sup> (grifo nosso).

### **A “revolução informacional”**

A “crise do fordismo” seria o resultado da utilização em grande escala das “novas tecnologias” (nas quais muitos autores vêem o “fundamento produtivo” da “globalização”). Mas, como o constatou há mais de meio século o pai da cibernética contemporânea - Norbert Wiener - já estavam reunidas as condições técnicas para a aplicação em grande escala da automatização. Se isso não aconteceu, foi devido às condições *econômicas*: o período de expansão capitalista atenuava a concorrência internacional, e tornava antieconômica a ociosidade antecipada dos capitais existentes.

A “revolução técnico-científica” se vincula com o aumento da sua composição orgânica do capital, para aumentar a taxa de mais-valia e, portanto, a taxa de lucro, que experimentou uma queda brusca no fim do período de expansão: o aumento da produtividade do trabalho caiu, nos EUA, de 3,2% no período de 1958 a 1966, para 1,6% no período 1966-1974 (situando-se por baixo do crescimento demográfico); a taxa de lucro passou, entre 1973 e 1982, nos EUA, de 18,8 para 4,2; no Japão, de 35,0 para 14,3; na Alemanha, de 14,1 para 8,1; na Inglaterra, de 6,6 para 0,6. As novas tecnologias visam atacar a queda da produtividade do trabalho (mediante o aumento do seu controle pelo capital) e da taxa de lucro, mediante a redução do tempo de trabalho necessário ou, como foi sintetizado, “produzir com estoque reduzido, em particular o de processo; capacitar o seu aparelho produtivo para a flexibilidade; organizar a produção e o trabalho de forma a aumentar significativamente o controle

<sup>146</sup> *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 2 de junho de 1996.

<sup>147</sup> Chemillier-Grendau, M. L'ONU confisquée par les grandes puissances. *Le Monde Diplomatique*. Paris, janeiro 1996.

sobre o processo produtivo; reduzir substancialmente o tempo necessário para produzir".<sup>148</sup>

Os diversos autores que se ocupam das consequências da introdução de tecnologias baseadas na informática e na microeletrônica na esfera da produção, sublinharam o caráter diferenciado dessa "revolução tecnológica" em relação às anteriores. Segundo esse critério, o anterior conceito de máquina a decompunha em três partes principais (motor, transmissão e ferramenta) sendo que, a partir da década de 1970, uma revolução foi operada no conceito devido ao aparecimento da eletrônica em geral, e particularmente pelo aparecimento de um componente eletrônico do tipo circuito integrado, denominado microprocessador. O surgimento do microprocessador permitiu o aparecimento de máquinas programáveis, fazendo com que as máquinas agora fossem compostas de motor, transmissão, ferramenta e controle. O microprocessador é a parte principal do controle de uma máquina programável.

O desenvolvimento da calculadora eletrônica, primeiro artefato a ser produzido em larga escala pelas "novas tecnologias", é fenômeno antigo: em 1950, havia 10 ou 15 em funcionamento nos EUA, 35.000 em 1966, 40.000 em 1968, 85.000 em 1975.<sup>1</sup> Com o início da crise econômica mundial, o mercado mundial de microprocessadores, que era de 30.000 em 1973, passou para 10 milhões em 1977, e atingiu 150 milhões em 1980.<sup>149</sup> Diante desse crescimento vertiginoso, existe desde a década de 60 a preocupação de distinguir essa "nova automação", como o fez, na época, Franco Momigliano: "Tomamos como definição de automação, no sentido técnico, a aplicação estendida de métodos de transferência (integração contínua de várias operações mecânicas sem a intervenção do homem), do controle de *feed back* (correção automática do processo utilizando a informação de um servo mecanismo que compara o resultado efetivo com o resultado desejado) e a introdução de calculadoras eletrônicas (computadores). Na realidade, apenas o segundo e o terceiro fator diferenciam qualitativamente a automação; não se trata, no primeiro caso, de um mecanismo novo".<sup>150</sup>

Para Benjamin Coriat, a principal novidade consistiria na escala e nos setores em que a automação era usada desde a década de 1970: "As inovações tecnológicas atuais estão dando origem a uma transformação de grandes dimensões e com rupturas qualitativas. A automação atual não continua a tendência das aplicações passadas. As aplicações anteriores, que começaram na década de 50 e 60 correspondiam principalmente às indústrias de processo contínuo: petroquímica, vidro, cimento e outras. A nova tendência de automação da década de 70 corresponde às indústrias de processos discretos, isto é, a produção em série. A atual automação não apenas se refere às novas tecnologias, mas também à sua aplicação nos setores de produção em série, que tradicionalmente utilizavam a mão-de-obra de forma intensiva: plantas automotoras, fábricas têxteis e de outros bens de consumo duráveis".<sup>151</sup>

Para Jean Lojkine, era necessário distinguir entre "automatismos" (ainda inseridos na fase da mecanização) e "automação", que só seria atingida através das novas tecnologias, as "máquinas pensantes": "a transferência para as 'máquinas' de um novo tipo de função cerebral abstrata - característica própria da automação - está no cerne

---

<sup>148</sup> Marques, Rosa M. *Automação Micro-eletrônica e o Trabalhador*. São Paulo, Bional, s.d., p. 54.

<sup>149</sup> Salleron, Louis. *L'Automation*. Paris, PUF, 1968. pp. 5 e 35.

<sup>150</sup> Momigliano, Franco. *L'automation et ses idéologies*. *Arguments* nº 27-28, Paris, 1962.

<sup>151</sup> Coriat, Benjamin. *Revolución tecnológica y proceso de trabajo*. *Cuadernos del Sur* nº 6, Buenos Aires, outubro 1987.

da revolução informática, já que essa transferência tem por consequência fundamental o deslocamento do trabalho humano da manipulação para o tratamento de símbolos abstratos, e portanto para o "tratamento" da informática. Nesse sentido, podemos dizer que a revolução informática nasceu, de fato, da oposição entre a revolução da máquina útil, fundada através da objetivação de funções manuais, e a revolução da automação, fundada através da objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial... A pseudo automação dos anos 50-60 não tem nada a ver com a automação flexível: as primeiras linhas de transferência do pós-guerra, como as 'linhas automáticas sincrônicas' dos anos 60-65 foram analisadas como formas de automação, sendo que elas não passavam de formas avançadas da hipermecanização".<sup>152</sup>

De acordo com essas últimas definições, a origem das "novas tecnologias" não deve ser procurada nos autômatos mais antigos (seculares inclusive) mas na pesquisa científica desenvolvida no imediato pós-guerra. No caso da informática, a sua origem, desde 1948, encontra-se nos trabalhos como os de Shannon, sobre a Teoria Matemática da Comunicação, quase simultaneamente com os trabalhos de Wiener. No centro de suas atenções situa-se o registro de informações, a medida da quantidade de informação de uma mensagem, ou o estudo de certas propriedades gerais dos sistemas de mensagens, bem como dos canais de comunicação. Claramente, cibernética e informática nascem entrelaçadas e quase ao mesmo tempo em que surgem os primeiros computadores eletrônicos, como o UNIAC, em 1946.

As consequências da "nova automação" para o trabalho foram antevistas, desde o início, pelos seus próprios criadores, como o já mencionado Norbert Wiener, que escreveu no seu *Cibernética e Sociedade*: "Lembremo-nos que a máquina automática, seja qual for a nossa opinião sobre a existência de sua sensibilidade própria, representa o equivalente econômico preciso do trabalho escravo. É evidente que ela produzirá uma crise e um desemprego em comparação aos quais as dificuldades atuais e mesmo a crise de 1930-36 parecerão insignificantes". A partir de finais da década de 70, popularizou-se a ideia de novas máquinas automáticas como *job killers*, ou seja, como portadoras simultâneas e contraditórias de um potencial de libertação do trabalho humano e, ao mesmo tempo, de destruição do mesmo: "Há uma diferença entre tecnologia, enquanto conhecimento fornecedor de princípios que podem ser empregados utilmente, e técnicas, enquanto modos específicos de aplicar esses princípios na fabricação de produtos específicos ou na prestação de serviços. O potencial libertador das novas tecnologias de processamento de informação, centradas no computador, é de fato realizada através de técnicas que já deslocaram milhões de trabalhadores da manufatura. No futuro essas técnicas também destruirão milhões de empregos da indústria de serviços, muitos dos quais envolvem um processamento simples de informação".<sup>153</sup>

Escrevendo em 1984, Kaplinsky concluiu que "a introdução de novas tecnologias de automação, associadas como estão ao aprofundamento das crises econômicas, deve levar a elevados e duradouros níveis de desemprego, provavelmente com um excesso de 12% da força de trabalho. As tendências contrárias oferecidas por novos produtos, pela busca de novas habilidades, pela introdução da semana curta e pela resistência às novas tecnologias de automação, não trarão alterações substanciais a essa

---

<sup>152</sup> Lojkine, Jean. *La Révolution Informationelle*. Paris, PUF, 1992, pp.12 e 77.

<sup>153</sup> Peet, Richard. *International Capitalism and Industrial Restructuring*. Londres, Unwin Hyman, 1990, p.10.



perspectiva". A "libertação do trabalho" é portanto transformada em "colapso do trabalho".

Além dessa capacidade destrutiva, a utilização produtiva das novas tecnologias de informação (informática e eletrônica) determinou novas formas de organização da produção e, em decorrência disso, novas formas de gestão do trabalho dentro da mesma: "Para além dos novos tipos de fábrica correspondentes às novas formas produtivas, encontram-se em pauta novos conceitos em matéria de organização da produção (...) Os paradigmas clássicos da Organização do Trabalho, baseados no taylorismo e no fordismo, estão sendo renovados ou substituídos por novos paradigmas. A dinâmica de estabelecimento desses novos paradigmas se assenta na busca da integração e da flexibilidade das linhas de produção, o que tem sido obtido pela utilização combinada das propriedades dos novos meios de trabalho resultantes da aplicação produtiva da Informática e da Eletrônica".<sup>154</sup>

No início da "nova automação" (década de 50) duas visões contraditórias coexistiam: para Hannah Arendt, as fábricas seriam esvaziadas e com isso se libertaria a humanidade do fardo do trabalho. Já o grande conhecedor das máquinas automáticas P. E. Cleator concluía sua visão do futuro, em 1955, com a imagem de um mundo em que os autômatos destruiriam a humanidade.<sup>155</sup> Os próprios capitalistas possuíam uma visão mais clara do que a dos utopistas do otimismo ou do pessimismo: "Automação é qualquer operação que desloque homens na produção. Mas não acrescentem meu nome a essa definição. Temos que pensar nos conflitos trabalhistas", declarou o diretor de uma das três maiores fábricas de automóveis dos EUA, em *The Machinist* de 31 de dezembro de 1954. Já é significativo das limitações do capitalismo o fato de que o primeiro caso de produção totalmente automatizada tenha sido experimentado na URSS, em uma fábrica de pistões.<sup>156</sup>

Para Benjamin Coriat, a contradição entre o potencial libertador e o destrutivo das novas tecnologias só se revelaria através de um esforço de "modernização social": "As novas tecnologias contêm uma potência libertadora de grande alcance. No entanto, há o risco de que essas tecnologias rompam com as tradições técnicas. Isto é, apresenta-se uma transição que deve se organizar de tal forma que os trabalhadores que dominam as antigas técnicas possam ter acesso às novas. Deve-se evitar a perda da memória técnica operária dentro das empresas: para isso é necessário a formação e a capacitação prévias dos trabalhadores quanto ao manejo das novas tecnologias. Não haverá uma modernização tecnológica, ou então ela se fará em condições catastróficas se não se realizar ao mesmo tempo uma grande modernização social. O êxito histórico do fordismo só foi possível porque ao mesmo tempo em que se introduzia esse sistema de produção, iniciou-se a política do bem-estar, com altos salários e reconhecimento dos sindicatos. As novas tecnologias requerem um salto adiante da modernização social e do reforço da capacidade do mundo do trabalho".<sup>157</sup>

O mesmo autor esclarece a principal mudança produtiva advinda das novas tecnologias: "Na medida em que se desenvolveu a eletrônica na fabricação, rapidamente chamou-nos a atenção uma particularidade dos novos meios de trabalho automatizados: a capacidade de adaptar os modos operacionais e de manipulação a

---

<sup>154</sup> Coriat, Benjamin. Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção. In: Schmitz, H. e R. Q. Carvalho. *Automação, Competitividade e Trabalho*. São Paulo, Hucitec, 1988, p.13.

<sup>155</sup> Cleator, P.E. *The Robot Era*. Londres, Allen & Unwin, 1955.

<sup>156</sup> Cf. Lilley, Samuel. *Automatización y progreso social*. Madri, Taurus, 1959.

<sup>157</sup> Coriat, Benjamin. Revolución tecnológica y proceso de trabajo. *Op. cit.* p.122.

vários tipos diferentes de tarefas. Essa propriedade irá com efeito permitir que se conceba as linhas 'flexíveis' de produção em oposição às 'rígidas' provenientes da automatização clássica e da Organização Científica do Trabalho".<sup>158</sup>

Mas se o sucesso da "rigidez" da linha de montagem fordista foi garantida pela mudança social da "política do bem-estar" e do reconhecimento dos sindicatos, qual seria a "modernização" correspondente à "flexibilidade" eletrônica, caracterizada pela "confiabilidade" e auto-controle da força de trabalho (círculos de qualidade, *kanban*, etc.), e ao mesmo tempo pela redução dos empregos? Um autor próximo de Coriat, Michel Freyssenet deixa claro que "a empresa não pode conseguir dos agentes de fabricação e de manutenção que eles se envolvam em uma atividade de confiabilização, e que, portanto, trabalhem diretamente na redução do número de empregos necessários nas instalações sob sua responsabilidade, sem que essa empresa seja capaz de garantir não somente outros empregos, mas empregos nos quais as novas aptidões adquiridas através da atividade de confiabilização possam continuar a ser exercidas e desenvolvidas. Isto implica um engajamento da empresa em uma dinâmica de evolução de suas atividades fundamentada na evolução da qualificação de seus empregados. Que tipo de empresa, e, mais amplamente, que relações salariais podem satisfazer estas condições? As empresas japonesas conseguem fazê-lo, se é que estão efetivamente engajadas nesse tipo de dinâmica social? Nos países europeus, notadamente na França, as condições sociais necessárias ao processo e à forma social de automatização aqui delineadas, fomentando ao mesmo tempo a qualificação e o desempenho, só poderiam aparentemente ser reunidos através de um compromisso 'político' entre direção e assalariados".<sup>159</sup>

As novas tecnologias e seus correspondentes métodos de gestão, então, podem ser considerados como uma tentativa de quebrar a resistência operária contra os ritmos de trabalho e a desqualificação crescente do mesmo, que determinaram uma queda do ritmo de crescimento da produtividade nos EUA e na Europa. Nos EUA, por exemplo, ele caiu de 3,2% entre 1958/66 para 1,6% no período 66/74. Para o presidente da Allen-Bradley, dos EUA, o controle do processo de trabalho é exatamente o objetivo e a dificuldade principal da automação das fábricas: "Os japoneses percebem que eles não poderão mais ser competitivos se os seus trabalhadores andarem por aí fazendo essas coisas, então eles estão colocando a atividade sob o controle do computador. O único problema é que eles duplicam exatamente o que os trabalhadores têm feito. Vai levar vários anos até que eles consigam coletar todos os detalhes do que seu pessoal têm feito, antes que possam de fato instalar o sistema. Afortunadamente, eles perceberam cedo que não entendiam o processo detalhadamente, e que também não tinham um controle rígido o suficiente".<sup>160</sup>

Lester Thurow, do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) vinculou o ritmo de introdução das novas tecnologias aos diversos custos da força de trabalho: "Relativamente aos custos do capital, os salários dos operários aumentaram menos nos EUA do que no exterior. Enquanto que o custo do trabalho relativamente ao capital aumentou de 100 para 144 nos EUA entre 1964 e 1982, o custo relativo do trabalho foi de 100 para 206 na Alemanha Ocidental, e de 100 para 204 no Japão. Com uma

---

<sup>158</sup> Coriat, Benjamin. *La Robotique*. Paris, Maspéro, 1983, p. 74.

<sup>159</sup> Freyssenet, Michel. *Formas Sociais de Automatização e Experiências Japonesas*. São Paulo, Edusp, 1993, p. 161.

<sup>160</sup> Why plant automation fails. *High Technology Business*. Nova York, novembro de 1988.

elevação muito mais rápida dos salários, firmas estrangeiras tiveram um incentivo muito maior para substituir trabalho com capital".<sup>161</sup>

Para alguns autores, como Piore e Sabel, os novos equipamentos estariam levando à substituição do modelo fordista pelo da especialização flexível. Este se basearia na automação flexível, no abandono da tendência à verticalização da produção que caracterizou o fordismo e na sua difusão de pequenas e médias empresas, onde a produção diversificada e em pequenos lotes estaria substituindo a produção em massa típica do fordismo. No que respeita aos padrões de utilização da mão-de-obra, o novo modelo estaria propiciando a reintegração do trabalho de participação com o de concepção, na medida em que o reduzido tamanho dos lotes não permite que os erros praticados pelo pessoal de concepção, em virtude de sua inexperiência na produção, possam ser diluídos pelo volume de produtos. Haveria, dessa forma, uma tendência à utilização de uma força de trabalho mais qualificada, apta a desenvolver tarefas variadas, a se adaptar com rapidez às contínuas modificações dos produtos e a responder velozmente aos novos problemas que a produção variada inevitavelmente coloca para a execução.

Para esses autores, a causa da crise não se situaria na estrutura do capitalismo, mas na sua superestrutura institucional: "a crise é o resultado da incapacidade da estrutura institucional de finais dos anos sessenta, para adaptar-se à difusão da tecnologia da produção em série. Essa explicação é compatível com uma importante implicação, a saber, que se poderia ter evitado a crise dos anos sessenta ou reduzido em grande medida seus efeitos, manipulando as instituições ou reformando-as de acordo com seus princípios. A explicação implica que, cedo ou tarde, dada a ordem econômica internacional e as técnicas nacionais vigentes de estabilização industrial, a persistência da prosperidade dependeria de uma reorganização básica da estrutura institucional: é possível que uma gestão ilustrada da crise tivesse evitado a própria crise mundial, mas não a necessidade de levar a cabo reformas fundamentais".<sup>162</sup>

A crise não seria, pois, do "modo de produção", mas a de um "paradigma industrial". Piore e Sabel chegaram a localizar o conflito entre a "rigidez" da produção em série e a "produção flexível" na própria origem da (primeira) revolução industrial: "Ao longo de todo o século XIX houve classes de desenvolvimento tecnológico em conflito. Uma era da produção artesanal, que se baseava na ideia de que as máquinas e os processos podiam aumentar as qualificações do artesanato e permitir que ele assim esbanjasse seu conhecimento em produtos cada vez mais diversos: quanto mais flexível era a máquina e mais amplas as possibilidades de aplicação do processo, mais aumentava a capacidade do artesanato para a expressão produtiva. A outra classe de desenvolvimento tecnológico era a produção em série, cujo princípio condutor era que o custo de produzir um bem podia reduzir-se espetacularmente apenas pela substituição das qualificações humanas por máquinas. Seu objetivo era decompor todas as tarefas humanas em pequenos passos, cada um dos quais podendo ser realizado com maior rapidez e precisão mediante uma máquina dedicada a esse fim".<sup>163</sup>

Num trabalho de início dos anos 1960, Pierre Naville negava ainda qualquer especificidade histórica ao advento da produção automatizada: "O automatismo das produções materiais não podia ser outra coisa que um refinamento das relações

---

<sup>161</sup> Thurow, Lester. American mirage: a post-industrial economy? *Current History* 88 (534), janeiro 1989, p.14.

<sup>162</sup> Piore, Michael e Sabel, C. F. *La Segunda Ruptura Industrial*. Madri, Alianza, 1990, p. 238.

<sup>163</sup> *Idem*, p. 31.

mecânicas já definidas nas ferramentas desde que o homem soube fabricá-las e manejá-las para obter delas efeitos sobre as coisas: não havia nada mais, salvo a ordem e a quantidade, em um telar de Jacquard ou em uma calculadora, do que na mais primitiva alavanca (...) Os grandes ciclos automáticos de hoje não fazem senão aplicar esses princípios, com maior perfeição, e em campos produtivos desconhecidos em 1850 (eletricidade, química, petróleo, etc.)".<sup>164</sup>

Na mesma época, porém, Franco Momigliano defendia o ponto de vista segundo o qual uma nova força histórica entrava em cena, anunciando uma nova perspectiva para o sistema capitalista em seu conjunto: "A automação corresponde, assim, a um conjunto de forças históricas que exprimem, no interior da classe capitalista, a necessidade de superar, total ou parcialmente, a anarquia econômica, para construir uma economia que tende a ser racionalmente administrada e dirigida". O historiador Arnold Toynbee constatava também a presença de uma força histórica até então desconhecida, escrevendo em *Continent*, em junho de 1961: "As novas forças que a tecnologia coloca à disposição dos homens estão a essa altura tão proporcionais em relação às faculdades humanas, que não podemos mais considerá-los como meios ao serviço de um certo fim; elas escapam, por sua própria natureza, aos que pretendem utilizá-las".

Até os anos 1960, porém, a informática apenas engatinhava e a automação não era ainda um fenômeno central da economia capitalista mundial. A partir de 1973-75, a crise econômica mundial acirra a concorrência capitalista e determina a marcha acelerada em direção da automação para abaixar violentamente a estrutura dos custos. O teatro principal dessas transformações foi a indústria militar, menos afetada pela crise devido a que seus pedidos são garantidos pelo Estado (fator de inflação e especulação internacional): as "novas tecnologias da informação" no campo civil são uma derivação de sua aplicação militar. A lembrança destes fatos elementares se faz necessária para que não se considere o progresso científico e técnico, como se faz comumente, como uma variável independente, portadora de soluções miraculosas para a crise, mas como uma variável dependente do conjunto do sistema econômico e social.

No quadro da crise e do avanço da automação e das "novas tecnologias" em geral, o ponto de vista sociológico muda, sustentando que: a) a automação anuncia o limite e a dissolução do capitalismo; b) sua posta em prática gera em si mesma a necessidade de passagem para outro tipo de sociedade. Pierre Souyri é um exemplo do primeiro ponto de vista: "A generalização da automação, isto é, a sua utilização tanto no Departamento I quanto no Departamento II, nos escritórios assim como nos ateliês, não constitui apenas um novo passo adiante no aumento da produtividade do trabalho, que Marx dizia que era uma tendência necessária do desenvolvimento do capital. Ela é a realização dessa tendência até o momento da intervenção, dentro do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, de uma mutação qualitativa que inaugura a dissolução desse modo de produção. A partir do momento em que a aplicação sistemática da ciência à indústria provoca uma redução do tempo de trabalho necessário à produção, ao ponto do capital variável não entrar mais no processo produtivo senão como um elemento residual, o capitalismo atinge os seus limites históricos. Assim, com efeito, a força produtiva do trabalho se encontra convertida em força produtiva do capital fixo: o trabalho como mercadoria não constitui senão uma categoria em vias de regressão, e na medida em que essa regressão se opera, os outros elementos constitutivos das relações capitalistas de

---

<sup>164</sup> Naville, Pierre. *Hacia el Automatismo Social?* México, FCE, 1965, pp.261 e 279.

produção - o produto como mercadoria portador da mais-valia realizada a ser reconvertida em capital, e o próprio capital como trabalho morto produzido pelo trabalho vivo - tendem a se tornar caducos. A generalização da automação se soma à realização obtida da tendência pela qual 'o capital trabalha para a sua própria dissolução como força dominante da produção'".<sup>165</sup>

Andre Gorz foi pioneiro na exposição do segundo ponto de vista: "A novidade da atual crise é que as mutações tecnológicas pelas quais o capitalismo responde não são governáveis no quadro da racionalidade capitalista. Acelerando a destruição de capitais e empregos, essas mutações permitem a produção de quantidades progressivas de mercadorias com quantidades rapidamente decrescentes de capital e de trabalho".<sup>166</sup> Ora, nos *Grundrisse* (primeiro esboço de *O Capital*) Karl Marx já analisava o fato de que o processo de produção, sob o maquinismo capitalista, já não era tendencialmente um processo de trabalho: "O processo de produção deixa de ser um processo de trabalho, no sentido em que o trabalho constituiria a sua unidade dominante. Nos numerosos pontos do sistema mecânico, o trabalho aparece apenas como corpo consciente, sob a forma de alguns trabalhos vivos. Dispersos, submetidos ao processo de conjunto da maquinaria, não formam mais do que um elemento do sistema, cuja unidade não reside nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa) que, em relação à atividade isolada e insignificante do trabalho vivo, aparece como um organismo gigantesco. Neste estágio, o trabalho objetivado aparece realmente, no processo de trabalho, como o poder dominante face ao trabalho vivo, enquanto que, até aí, o capital era apenas o poder formal e desse modo se apropriava do trabalho".

A progressiva eliminação do trabalho vivo do processo de produção tende a eliminar o motor e o fundamento do capitalismo, que é a apropriação do sobre-trabalho vivo (pois o trabalho objetivado, morto, não produz sobre-trabalho). A automação, infinitamente potenciada pela tecnologia eletrônica (informática), leva esta contradição inerente ao capitalismo até o paroxismo: "Com esta transformação, não é o tempo de trabalho utilizado, nem o trabalho imediato efetuado pelo homem, que surgem como o fundamento principal da produção de riqueza; é, sim, a apropriação da sua força produtiva geral, do seu entendimento da natureza e da sua faculdade de a dominar, desde que se constituiu em corpo social; numa palavra, o desenvolvimento do indivíduo social representa o fundamento essencial da produção de riqueza. O roubo do tempo de trabalho de outrem sobre que assenta a riqueza atual surge como uma base miserável relativamente à base nova, criada e desenvolvida pela grande indústria. Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixe de ser a fonte principal de riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida, e o valor de troca deixa portanto também de ser a medida do valor de uso. O sobre-trabalho das grandes massas deixou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, tal como o não-trabalho de alguns deixou de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Por essa razão, desmorona-se a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato acha-se despojado da sua forma mesquinha, miserável e antagonica. Ocorre então o livre desenvolvimento das individualidades. Já não se trata, então, de reduzir o tempo de trabalho necessário com vista a desenvolver o sobretrabalho, mais de reduzir em geral o trabalho necessário da sociedade a um mínimo. Ora, esta redução supõe que os indivíduos

---

<sup>165</sup> Souyri, Pierre. *La Dynamique du Capitalisme au XXè Siècle*. Paris, Payot, 1983, p. 247.

<sup>166</sup> Gorz, André. *Les Chemins du Paradis*. Paris, Galilée, 1983, p.70.

recebam uma formação artística, científica, etc., graças ao tempo libertado e aos meios criados para benefício de todos".

Mas Marx acrescentava, imediatamente depois: "O capital é uma contradição em processo: por um lado entrava a redução do tempo de trabalho a um mínimo, e por outro instaura o tempo de trabalho como única medida de riqueza. Portanto diminui o tempo de trabalho na sua forma necessária para o aumentar na forma de sobre-trabalho. Numa proporção cada vez maior, coloca portanto o sobre-trabalho como a condição - questão de vida ou de morte - do trabalho necessário. Por um lado, desperta todas as forças da ciência e da natureza, bem como as da cooperação e da circulação sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja independente (relativamente) do tempo de trabalho nela utilizado. Por outro lado, pretende medir, pela bitola do tempo de trabalho, as gigantescas forças sociais desse modo criadas, e encerrá-las em limites estreitos, necessários à conservação, enquanto valor, do valor já produzido".<sup>167</sup>

A miragem informática parece encontrar no capital os seus próprios limites. Um levantamento revelou que os investimentos maciços na informática desde os anos 70, que atingiram até 10% do PIB dos EUA, não produziram os resultados esperados. O impacto das tecnologias informáticas na produtividade é ínfimo, até negativo. Com a notável exceção do setor das telecomunicações, apenas os fabricantes de computadores e de programas se beneficiam com a revolução telemática. Chama-se a isto "paradoxo informático". Suas causas seriam numerosas: os programas são mal concebidos, de difícil uso, pouco confiáveis, e mal correspondem ao trabalho que supostamente deviam auxiliar. Sua rápida obsolescência impõe um esforço de manutenção e de formação de pessoal omnipresentes e onerosos. A transferência de tarefas subalternas para pessoal melhor remunerado, a desqualificação cada vez mais rápida e a desmotivação da mão-de obra têm um custo econômico e social muito importante.<sup>168</sup> O benefício depende da possibilidade de extrair a maior fatia possível do valor criado pelo trabalho; quanto menor é a proporção do mesmo no processo de produção (dominado cada vez mais pela importância do capital constante), maior é o grau de exploração do trabalhador necessário para obter um aumento no lucro para uma dada quantidade de capital.

Apenas um terço (ou seja 0,3%) do aumento de 1% na produtividade durante o período de 1995 a 1999 pode ser atribuído à informatização da chamada revolução da informação, o que dificilmente constitui uma revolução. Ainda mais devastador para os defensores da TRCT, é que Gordon fornece um argumento convincente ao estabelecer que a maior parte do aumento da produtividade atribuído à informatização, originou-se na realidade na área da produção de computadores! As melhoras dramáticas na produtividade pretendidas pelos apologistas da TRCT se realizaram na produção de computadores –com pouco efeito sobre o resto da economia. Segundo o estudo de Gordon, a produtividade na produção de computadores aumentou de 18% ao ano entre 1972 e 1995, a 42% ao ano a partir de 1995. Segundo Gordon, isto inclui todas as melhoras no crescimento da produtividade em bens duradouros. Em outras palavras, o computador produziu uma "revolução" na produção de computadores –com um efeito insignificante no resto da economia. A razão básica é que os computadores simplesmente tomaram o lugar de outras formas de capital.

---

<sup>167</sup> Marx, Karl. *Consequências sociais do avanço tecnológico*. São Paulo, Edições Populares, 1980, pp. 39 e 50-52.

<sup>168</sup> Landauer, Thomas K. *The Trouble with Computers*. Cambridge, The MIT Press, 1996.

O crescimento nos ingressos dos computadores excedeu outros ingressos em um fator de dez no período entre 1990 e 1996: “A substituição de uma forma de capital por outra não precisa elevar a produtividade da economia em seu conjunto. As mediações básicas de uma revolução tecnológica são o que os autores chamam a ‘produtividade de fatores múltiplos’, o aumento em produção por unidade de todas as produções. O problema básico colocado pela TRCT não é se os computadores revolucionaram a produção de computadores, mas como a chamada ‘revolução’ da informação afetou o 99% restante da economia. Segundo o estudo longitudinal de Gordon do processo técnico no período entre 1887 e 1996, o período de máximo progresso técnico, manifestado no crescimento anual da produtividade de múltiplos fatores, foi o período entre 1950 e 1964, quando alcançou aproximadamente 1,8%. O período de menor crescimento da produtividade de múltiplos fatores, neste século, foi entre 1988 e 1996, um crescimento de aproximadamente 0,5% (a metade de 1%!)"<sup>169</sup>

### ***O novo papel das instituições econômicas internacionais***

No quadro da crise, produziu-se um espetacular crescimento de algumas economias capitalistas periféricas, como os “tigres asiáticos” (Taiwan, Hong-Kong, Singapura, Coreia do Sul) e algumas economias latino-americanas. No Brasil, durante a fase do “desenvolvimentismo” (anos 60) até o final do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1979) tivemos uma crescente estatização da economia: o Estado como produtor, consumidor, vendedor e, principalmente, como liberador de crédito e incentivos fiscais. Neste momento, ocorreu o “milagre brasileiro” (1969-73) durante o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) provocando um grande endividamento externo. O motor deste processo foi o grande excedente de capital-dinheiro vindo da Europa (em grande parte de procedência americana), onde não era reinvestido dada a queda da taxa de lucro da produção capitalista mundial. Cresceu o papel do Banco Mundial no financiamento da abertura de novas fronteiras para a expansão das multinacionais americanas, visando compensar a perda de parte do mercado internacional para a Europa e Japão.

Daí resultou a expansão de novos setores industriais: as estatais criadas serviram, na verdade, para subsidiar as empresas nacionais e estrangeiras, dando nova vida ao processo de acumulação: a propriedade era “estatal”, mas a gestão e as finalidades eram privadas. Mas na economia americana a inflação e a desvalorização do dólar aprofundavam a crise. Começou então a segunda etapa da crise da dívida, em 1979, que na década de 1980 transformar-se-á em “crise de crédito”. Tudo isto ocorre como consequência da política de estabilização do dólar e do combate a inflação, através dos juros altos e do endividamento do tesouro americano, iniciado com Carter e continuado por Reagan. Os juros, que chegaram a ser negativos dada a elevada inflação nos EUA, atingiram a quase 30% ao ano, levando inicialmente México e Argentina a declararem moratória em 1982. Este fato quase leva a uma quebra generalizada dos grandes bancos e empresas do capital financeiro internacional. No Brasil, como os tomadores de empréstimos privados não podiam pagar os novos patamares de juros (as taxas eram flutuantes), a dívida foi “estatizada” e convertida em dívida pública, evitando a moratória naquele momento. Recessão, inflação, juros altos e crise fiscal e financeira do Estado passam a ser fenômenos presentes também nas economias periféricas.

Produziu-se então a fusão de papéis e funções do Banco Mundial (“desenvolvimento”) e do FMI (controle de capitais): as duas instituições passam a ter como finalidade

---

<sup>169</sup> Petras, James. El mito de la tercera revolución científico-tecnológica en la era del imperio neo-mercantilista. *Rebelión*. Buenos Aires, julho 2001.

principal a garantia do pagamento da dívida externa, e suas políticas refletiram esse objetivo.<sup>170</sup> A inflação no Brasil, que manteve-se relativamente estável nos anos 1970, nos anos 1980 teve uma tendência de crescimento. A partir de 1983 ela ultrapassou os 10% mensais, ficando em torno de quase 300% ao ano. O Plano Cruzado, em 1986, deu início aos grandes “choques heterodoxos”. Em apenas oito anos mudou-se cinco vezes a moeda. Nos anos 90, as políticas com fundamento na âncora cambial baseada no dólar, e a necessidade de elevar a taxa de juros para atrair capital de curto prazo, provocaram um endividamento público jamais registrado. Se os países periféricos pagavam tão caro para ter reservas em dólar, os EUA não tinham nenhum dispêndio com sua política monetária. Os EUA exportaram sua política monetária para a periferia, assim como já haviam exportado sua inflação e a crise da sua moeda nos anos 80. Os “países periféricos” foram chamados para pagar a conta da política de estabilização dos EUA.

Os EUA, através do FMI, ao recomendarem aos países “emergentes” taxas de juros mais altas, estavam repassando para a periferia a responsabilidade de fornecer crescente remuneração ao capital financeiro. Todavia, se por um lado, a política deflacionista americana (iniciada no governo Reagan) era conveniente ao capital financeiro, pois quanto menor a inflação, maiores os ganhos reais dos títulos americanos, mesmo com taxa de juro menor, por outro lado, a influência dos EUA através do FMI criaria as condições para o pagamento das dívidas externa e interna. As etapas dos “planos de estabilização” na periferia foram: a) inflação com taxas mensais em aceleração, b) congelamentos de preços, c) descongelamento descontrolado, d) aumento sem controle de preços e nova aceleração inflacionária. O final dos anos 80 e início dos 90 foram marcados pela crise e a eclosão da hiperinflação. Surgiram então os planos baseados na introdução de âncora cambial: México, Chile (1990), Argentina (1991), Brasil (1994) e vários outros países da América Latina, países asiáticos e do Leste europeu, viveram a introdução desta modalidade de estabilização, com estrutura básica semelhante.

Na renegociação da dívida externa, no início dos anos 1990, que deu base para a introdução da âncora cambial na América Latina, estava colocada a renegociação de parte da dívida americana, pois para renegociar a dívida em 30 anos era necessário um avalista junto aos credores privados. Os EUA deram este aval, mas para tanto exigiram como garantia que o país comprasse títulos do tesouro americano a taxas de 6% ao ano. Antes disso, os EUA já haviam sido beneficiados com o fato do Japão, que chegava ao auge de sua expansão com um grande excedente de capital que não podia ser reinvestido produtivamente, ter se deslocado para comprar títulos do tesouro americano (quase US\$ 2 trilhões). Esta âncora possibilitou a recuperação do câmbio fixo, num momento em que este já havia sido extinto. Por trás destes planos estão as políticas de ajuste do BIRD e do FMI: reforma do Estado, da Previdência, universitária e educacional, quebra dos monopólios estatais, flexibilização dos direitos trabalhistas. Os “planos de estabilização” só foram implantados depois dos países se adequarem a certos critérios: 1) Renegociar a dívida externa conforme o “Plano Brady”; 2) Abertura comercial, e privatizações para abater parte da dívida; 3) Igualdade entre capital

---

<sup>170</sup> Esse processo produziu uma “crise de legitimidade” do FMI –substituído em boa parte das suas funções pelo G7 (grupo dos sete países mais industrializados)- que para Marc Uzan (Diretor do “Comitê para Reinventar Bretton Woods”) significa que “o Fundo deve reformar-se profundamente se aspira a ser o vértice do sistema financeiro mundial”, propondo, literalmente, uma “globalização com rosto humano” (*Dossiers & Documents*. Paris, setembro 2000). Cf. também: Rabushka, Alvin. *From Austerity to Growth*. A new role for the FMI. Washington, 1985.



nacional e internacional, etc. Este processo constituiu, aos poucos, um cenário permanente: cada etapa vencida exigia uma nova, e com isso quase todas as demandas externas por flexibilização trabalhista e legislativa foram implementadas.

O que deu base para a implantação desse modelo foi o excedente de capital-dinheiro na economia mundial, que resultou de vários fatores. Em primeiro lugar, a queda da taxa de juros dos EUA. Em segundo, do grande volume de recursos do crime organizado com a expansão da produção e comercialização de drogas juntamente com o tráfico de armas, que passaram a representar em torno de US\$ um trilhão por ano. Em terceiro lugar, como já foi dito, da renegociação da dívida externa através do “Plano Brady”, que revitalizou um grande volume de recursos na forma de títulos que se consideravam perdidos, e que passaram a servir de base para novos créditos. Por último, mas não menos importante, o crescente deslocamento de capital, que estava imobilizado, para a esfera financeira, atuando no mercado de títulos públicos e no mercado de câmbio, somado aos grandes lucros financeiros que não conseguiam ser reinvestidos produtivamente, e a expansão dos fundos de pensões.

Quanto a esse “crédito fácil”, Greider afirmou que ele provocou um estouro no mercado de títulos, que teve sua origem nas políticas dos bancos centrais dos EUA (FED) e da Alemanha (*Bundesbank*), o que permitiu um crescimento do crédito nos inícios dos 90, acima das necessidades da economia real, já que suas economias passavam por uma recessão. Do lado americano, este processo esteve ligado também ao interesse do FED de ajudar de forma indireta os bancos comerciais que estavam em dificuldades originadas na crise da dívida dos anos 80, pois ao assegurarem as taxas de juros de curto prazo em 3% os bancos comerciais tomavam emprestado por esta taxa, e compravam títulos de longo prazo que rendiam de 6% a 7% ao ano. Ao embolsarem esta diferença entre as taxas restabeleciam seus lucros. Do lado da Alemanha estava relacionado ao aumento do estoque de dinheiro, resultado do financiamento da unificação alemã. Estes juros baixos permitiram a corrida aos títulos públicos no mundo inteiro, sendo que nos países subdesenvolvidos esta diferença de taxas era ainda maior. Este cenário mundial que propiciou a introdução desse modelo foi influenciado não só pela queda da taxa de juros nos EUA, como também pelo fim do “socialismo real” e a dissolução da URSS, pois esta propiciou um novo campo de investimento para o capital financeiro, assim como uma nova dimensão política mundial, já que aquele fato fora apresentado como sendo uma “vitória do livre mercado” e o “fim do socialismo”.<sup>171</sup> Mas já nos anos 1970 a ex-URSS e os países do Leste estavam atolados em empréstimos do sistema monetário internacional privado, conhecido como “mercado de eurodólares”, na tentativa de atenuar a estagnação de suas economias.

A trajetória normal do capital é sair da forma dinheiro, ser imobilizado (como capital produtivo), transformar-se em capital mercadoria (capital comercial), ser repartido entre os capitalistas e retornar a produção no estágio seguinte motivado por uma taxa de lucro crescente. Quando não há reinvestimento, não tendo restrição a movimentação de capital pelo mercado mundial, este fluxo se amplia e transborda: no caso dos EUA, do seu papel de emissor de moeda de aceitação internacional, eles podem também determinar parte desse fluxo. A taxa fixada pelo FED acaba tendo um papel central nos rumos do fluxo de capitais na economia mundial.

As economias subdesenvolvidas sempre foram influenciadas por esse transbordamento, determinando tanto sua política econômica, como a política

---

<sup>171</sup> Cf. Greider, William. *O Mundo na Corda Bamba*. Como entender o *crash* global. São Paulo, Geração Editorial, 1998, pp. 330-331.

cambial. Segundo Davidoff, nos anos 1970, o processo de endividamento resultou de um grande excedente de capital no “euromercado”, e não pela necessidade de poupança externa: a economia latino-americana, então, teria sido capturada por esse excesso de liquidez. Assim, os Estados periféricos acabaram assumindo a responsabilidade de criar as bases para a conversão deste capital inativo em produtivo. A justificativa de impulsionar a industrialização interna foi colocada na maioria das vezes. Já nos anos 1990 o argumento era de que estes recursos seriam fundamentais para garantir a estabilização monetária.

A gênese deste movimento veio da política de combate a inflação de Paul Volcker no FED, iniciada em 1979, durante o governo Reagan, sendo decisiva na mudança de orientação dos bancos centrais, e refletindo finalmente no Banco Mundial e no FMI. Ela, na prática, significou a independência do FED em relação ao Tesouro: a política econômica passou a ser prisioneira da política monetária. Em consequência disso, segundo Greider, “os poderes dirigentes mudaram informalmente, mas de forma perceptível, dos governos eleitos para os bancos centrais não eleitos”. Mas a medida que os mercados globalizados ficaram maiores e mais fortes, passaram a dar orientações para os próprios bancos centrais. Alain Parguez chamou isso de “economia do rentista internacional” ou “Estado assistencial do rentista”: os estados se endividaram, tomando grandes somas emprestadas de indivíduos ou instituições financeiras, apenas para pagar juros aos rentistas (*rentiers*) a taxas estabelecidas por outro braço do governo: os bancos centrais. Michel Chossudovsky afirmou que “o acúmulo de grandes dívidas públicas nos países do ocidente, por sua vez, conferiu aos interesses financeiros e bancários não só uma “alavancagem política” mas também o poder de ditar a política social e econômica do governo”.

Isto possibilitou a recuperação do câmbio fixo, num momento em que este, historicamente fundamentado no padrão ouro-dólar, surgido em Bretton Woods, já havia sido extinto em 1971, pelo governo Nixon. Uma das diferenças destes dois tipos de câmbios fixos é que o primeiro conciliava estabilidade do câmbio com expansão produtiva e a busca do pleno emprego. No segundo a estabilidade monetária era o ponto culminante, sacrificando a expansão e o emprego. No primeiro tínhamos o *welfare state* nos países centrais, no segundo o *welfare* passou a ser considerado um obstáculo a estabilidade. No primeiro, os juros eram baixos, no segundo, tivemos os maiores juros reais de história contemporânea. Na crise do primeiro veio a gestação de um sistema monetário internacional privado (eurodólares) que no seu transbordamento gerou o ingrediente e finalidade do segundo, ou seja, criar as bases para o pagamento da dívida externa surgida na década de 1970, que entrou em colapso nos anos 1980 e teve um novo ciclo expansivo nos anos 1990. O câmbio fixo deste último período não tem a preocupação de Bretton Woods na reconstrução econômica e no controle de capitais.

Para garantir este câmbio fixo, nos anos 1990, nos países subdesenvolvidos o superávit do balanço de pagamentos passou a ser obtido a partir de um grande déficit nas transações correntes, compensados por um superávit na conta de capitais. Formavam-se grandes reservas de divisas sem que se tivesse o superávit clássico. Para que houvesse superávit comercial teria sido necessária uma política econômica que possibilitasse uma política de desenvolvimento, baseado numa política industrial, que não ocorreu. Trata-se então de um “superávit artificial”, criado a partir da elevação da taxa de juros interna.

Quanto maior era o déficit na conta corrente (balança comercial e de serviços) maior a necessidade de financiá-lo. Neste objetivo e com a elevação dos juros internos, elevava-se também a dívida externa e pública, abrindo-se caminho para um novo

déficit na conta corrente, por dois motivos: 1) A sobrevalorização da moeda somada a elevação da taxa de juros, como garantia da estabilidade, inviabilizara os investimentos produtivos internamente, desestimulando a produção ao elevar os custos financeiros, retirando a competitividade externa (novo déficit comercial); 2) Com o crescente endividamento externo, prosseguiram as remessas de juros e amortizações elevando o déficit na conta de serviços. As recentes privatizações e desnacionalizações, do outro lado, com a remessa de lucros e dividendos, no médio prazo, contribuíram para um permanente desequilíbrio. Assim, o superávit do balanço de pagamentos dependeu cada vez mais de fatores não diretamente ligados à produção, mas à política monetária e de estabilização.

A vulnerabilidade desses modelos começou a ser revelada com a crise mexicana em 1994, quando os capitais voláteis saíram rapidamente do país, gerando uma crise cambial, que culminou com a desvalorização de 33% de sua moeda em menos de uma semana. Para Chossudovsky "a crise mexicana, todavia, é apenas um fragmento de um complexo vai e vem financeiro: o mesmo mecanismo de cobranças de dívida tem sido repetido, paralelamente à adoção de reformas de mercado ao estilo do FMI em todas as principais regiões do mundo em desenvolvimento". A crise mexicana exigiu a intervenção do tesouro americano com empréstimos de mais de US\$ 50 bilhões e teve impacto sério, principalmente na Argentina e Brasil, no chamado "efeito tequila". Todavia, este pacote tinha como objetivo recriar as condições para o pagamento das dívidas em mãos dos aplicadores de Wall Street. No núcleo da crise estavam os mercados de dívidas públicas, que geram uma intensa disputa entre os EUA, Europa e Japão nos mercados de moeda do mundo, determinando o movimento da economia mundial. No caso do México as dívidas privadas foram recicladas e transformadas em dívidas públicas. Neste aspecto, o ocorrido no México é a repetição de um fenômeno que marcou os anos 1980, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos, quando dívidas de grandes empresas e bancos foram transformadas em dívidas públicas. Para o autor "esse processo de conversão da dívida é uma característica fundamental da crise".

Mesmo que a crise mexicana refletisse a crescente elevação dos juros americanos, refletia muito mais as contradições do "modelo de estabilização", que ancorou sua moeda ao dólar e ao mesmo tempo abriu sua economia. Observando o balanço de pagamentos mexicano podemos ver algo que se repetiu no Brasil, na Argentina e nos demais países que adotaram esta política. Primeiro, a abertura comercial e a sobrevalorização de sua moeda fizeram aumentar as importações. Segundo, o compromisso do pagamento da dívida externa e a crescente remessa de lucros com a desnacionalização da economia, através das privatizações, fizeram com que a conta serviços fosse ainda mais deficitária e contribuísse para um maior déficit nas transações correntes. Assim, a existência de um superávit do balanço de pagamentos passou a ser o objetivo central: a medida que o FED subia os seus juros, o México subia os seus ainda mais.

A questão monetária foi o ponto culminante do plano. O princípio da "estabilização" consiste na criação de uma âncora nas reservas cambiais, ter uma moeda nacional estável pressupõe "ancorá-la" na existência de grande volume de reservas. Este volume de moeda estrangeira em dólar é o que garantiria a fixação de um valor à moeda e daria as condições para mantê-lo. Ou seja, a força da moeda viria da posse de outra moeda, sem que os países "estabilizados" tenham qualquer controle sobre a sua emissão. O fio condutor deste processo esteve na política monetária dos EUA que, num primeiro momento elevaram a taxas de juros interna e o endividamento público e em seguida o repassaram aos estados periféricos através da elevação da taxa de juros

para atrair este capital de curto prazo, ônus que deveria ser de responsabilidade do FED. A viabilização destas políticas resultou em parte dos novos papéis e funções do Banco Mundial e FMI.

As consequências foram: desvalorizações em cadeia, a explosão da dívida externa e interna, recessão, queda do PIB e aumento do desemprego, desnacionalização do sistema bancário e do setor produtivo, queda no volume negociado nas bolsas periféricas e fusão das bolsas, que estiveram na base da manutenção do crescimento americano, seu crescente superávit fiscal e a recompra dos títulos da dívida daquele país. Esta estabilização foi autofágica: quanto mais se gastou dinheiro público para estabilizar a moeda, mais se desestabilizaram as contas públicas e o balanço de pagamentos, o que exigiu uma nova elevação da taxa de juros, que bateu recordes em países como a Argentina e o Brasil. A moeda que estava em crise nos anos 1970 (o dólar) acabou sendo a âncora da estabilidade das moedas latino-americanas nos anos 1990. Os EUA passaram a ter superávit fiscal (apesar do grande déficit comercial) e começam a recomprar os títulos das dívidas contraídas nos anos 1970, enquanto a periferia ficou com uma dívida externa enorme e, em geral, perdeu as empresas estatais.

Junto à reformulação e fusão das funções do FMI e do BIRD, tivemos o surgimento de novas instituições econômicas internacionais, como a OMC, que submeteu o comércio internacional a um sistema de regulamentações inédito em qualquer etapa econômica anterior. O papel da OMC reforça o das outras instituições: desde 1995, de 220 disputas encaminhadas à OMC, só 56 foram de iniciativa de “países em desenvolvimento” que, às vezes, até carecem de recursos para tanto. O mais novo e importante fenômeno no processo de “mundialização” foi surgimento de acordos de comércio como instrumentos-chave de acumulação e de controle. A OMC se constituiu na instituição mais importante na evolução e implementação desses acordos comerciais.<sup>172</sup>

O *Uruguay Round* ampliou o âmbito do sistema multilateral de comércio (os acordos sob a égide da OMC) de forma que ele já não se constituiu só de comércio de manufaturas. Os acordos da OMC abrangem também o intercâmbio agrícola, o comércio de serviços, a propriedade intelectual e medidas de investimento. Esta expansão tem implicações para assuntos econômicos e não-econômicos. O Acordo Geral em Comércio de Serviços tem efeitos de longo alcance em culturas ao redor do mundo. As TRIPS (Acordo sobre Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio) tem veiculado pressões relativas à biodiversidade, estabelecendo direitos de propriedade sobre as formas de vida, com consequências para o patrimônio biológico e, para muitos, sobre a segurança alimentar. O sistema multilateral de comércio, encarnado na OMC, tem impacto nas políticas nacionais econômicas e sociais, e na natureza das opções de desenvolvimento.

Acordos de comércio também proliferaram em nível regional. O NAFTA (Acordo Norte-americano de Livre Comércio) é modelo de acordo que liga e envolve países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como a APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), e ambos são usados como base para novos acordos nos marcos da OMC. O Tratado de Maastricht (Europa) é o exemplo principal de um acordo vinculante entre países privilegiados. Acordos de comércio regionais entre países

---

<sup>172</sup> De acordo com o estudo de Patrick Messerlin, diretor do Grupo de Economia Mundial do IEP (Instituto de Estudos Políticos) de Paris, “o protecionismo domina ainda os intercâmbios comerciais (pois se) as taxas alfandegárias para a indústria baixaram, a agricultura e os serviços permanecem ainda muito protegidos” (*Le Monde*. Paris, 23 de novembro de 1999).

desprivilegiados, como a ASEAN (que nucleia países do Sudeste asiático), SADC (Cooperação de Desenvolvimento Meridional Africana), SAFTA (Acordo de Comércio Livre do Sul Asiático) e MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul), também emergiram. Todos estes acordos regionais consistem na transferência de poder de decisão do nível nacional para instituições regionais.

Um novo tratado foi promovido, sem sucesso (devido às enormes resistências que suscitou) pelos países desenvolvidos, o Acordo Multilateral em Investimentos (AMI), para alargar os direitos dos investidores estrangeiros muito além das suas posições atuais na maioria dos países e reduzir severamente os direitos e poderes dos governos para regular a entrada, o estabelecimento e as operações de companhias e investidores estrangeiros. Esta é atualmente também a tentativa mais importante para estender a "mundialização" e a "liberalização" econômica. A AMI aboliria o poder e o direito soberano de nações para determinar as políticas econômicas, sociais e culturais. Todas estas instituições e acordos compartilham as mesmas metas: prover a mobilidade para bens, serviços e capitais, aumentando o controle dos investidores sobre as políticas gerais.<sup>173</sup>

A assimetria resultante do processo provocou uma redistribuição de poder em nível mundial, fortalecendo o que normalmente é chamado "poder das corporações". Neste sistema político não definido, o empresariado mundial determina, com ajuda de "lobbies" influentes, como o Fórum Econômico Mundial de Davos, o programa de trabalho econômico e social internacional. Os "grupos de pressão" dão suas instruções aos governos na forma de "recomendações", geralmente seguidas, já que os que recusam a obedecer os "conselhos" dos grupos de influência corporativa vêm as suas moedas correntes sob o ataque dos especuladores e suas economias fragilizadas pela fuga dos investidores.

O papel dos Estados foi estudado por Viven Schmidt,<sup>174</sup> quem apresenta diferentes condições de integração e aceitação da globalização e das novas políticas que engendraria pelos Estados nacionais: "As respostas dos países às pressões da internacionalização diferem, dependendo não só da relação sociedade-estado, personificada no processo político, mas também de fatores como tamanho do país, cultura, história, estrutura governamental e capacidade de reformas, tradição das relações de trabalho, organização e orientação dos negócios". Schmidt apresenta exemplos de situações particulares: há Estados nacionais que são menos vulneráveis à internacionalização, como a Alemanha, tanto pela construção política que realizou no pós-guerra, como pelo fato de ter desenvolvido parcela significativa das inovações a que outros devem se adaptar. Os EUA, por sua vez, devem mudar ainda menos, seja pela sua condição de força hegemônica, seja pelas características de sua produção industrial e tecnológica. São Estados nacionais para os quais a internacionalização é condição de garantir o crescimento econômico, pouco abalando sua estruturação. Há outros Estados, que mesmo compondo a lista dos mais ricos ou desenvolvidos, têm grandes transformações a implementar para ajustarem-se à globalização, tal como a

---

<sup>173</sup> Para Gianfranco Pala, estava aqui a base da "crise do Estado", pois se "a atual internacionalização do capital não suprime e não limita os Estados nacionais, seja no sentido de uma integração pacífica dos capitais 'sob' os Estados –todo processo de internacionalização se produz sob o domínio do capital de um determinado país-, seja no sentido da sua extinção sob o super Estado (norte)americano, como se o capital americano digersse pura e simplesmente as outras burguesias" (L'ultima crisi, trent'anni dopo. *La Contraddizione* n° 81, Roma, dezembro 2000).

<sup>174</sup> Schmidt, Vivien. *The New Order, Incorporated. The rise of business and the decline of the Nation-State*. Nova York, 1995.

França ou a Itália, devido às particularidades de seu sistema político e a história das relações sociais, incluindo as relações entre a população e as empresas nacionais. Nestes últimos observam-se movimentos sociais contínuos, confluindo ou não para mobilizações políticas, ou interferindo nos resultados eleitorais, de rejeição à internacionalização, de rejeição à “perda das empresas nacionais”, ou seja, nacionalistas.

### ***A desordem mundial***

Uma das principais dificuldades metodológicas consiste em que a situação decorrente das mudanças acontecidas na década de 1990 raramente é referida como “sistema”, e há os que preferiram chamá-la simplesmente de “desordem mundial”.<sup>175</sup> O elemento central de questionamento é o grande desenvolvimento, também presente nos países beneficiários da nova institucionalidade, da especulação financeira, que para alguns, como François Chesnais, constitui a *estrutura* que condiciona a dinâmica da atual “ordem” econômica internacional (Chesnais a denomina “regime de acumulação financeira forçada”)<sup>176</sup> e, para outros, constitui o limite do atual “sistema”, conquanto exista um, assim como a crise fiscal do Estado foi o limite (ou o “germe da dissolução”) do “sistema Bretton Woods”. Liberalizados, os fluxos de capitais entre economias e mercados também foram magnificados. Esse processo foi alavancado em dívidas, sendo que em vários mercados de risco (derivativos de juros e de câmbio, Bolsa de Valores) as posições dos agentes são como pirâmides invertidas: sobre uma pequena base própria de capital empilha-se uma montanha de papéis lastreados em dívidas.

Nos momentos de alta incerteza se retraem os bancos e investidores que normalmente asseguram liquidez aos papéis: todos querem fugir do risco, os mercados ficam estreitos, os preços despencam, muitos agentes ficam em estado virtual de insolvência. Nessas horas apenas uma intervenção de última instância por parte do Estado (Banco Central, Tesouro ou outro agente financeiro público) pode evitar a *débâcle*. O problema atual é grave porque os mercados de capitais são gigantescos e estão mundialmente integrados, enquanto as instituições reguladoras são nacionais (com exceção do FMI) e, além disso, seu porte e capacidade de intervenção são limitados. Por exemplo: os mercados de câmbio transacionam mais de US\$ 1,5 trilhão/dia, diante de reservas de divisas dos países desenvolvidos de aproximadamente US\$ 700 bilhões.

A ciência política, contrastando com a euforia do mercado, tem se transformado numa ciência do pessimismo: “No momento, a questão mais importante da teoria política ocidental não se refere à sua habilidade explanatória ou abertura às más notícias. Pelo contrário, consiste em saber até que ponto a teoria política ocidental possui os recursos para apontar o caminho a um futuro menos cinzento. A questão central já é saber se os seres humanos ainda podem ter esperanças de conservar o seu mundo”.<sup>177</sup> A ciência econômica, por sua vez, se pergunta seriamente se o capitalismo não vai destruir o planeta, pois “se a análise econômica permite traduzir o meio-ambiente em termos monetários, ainda assim ele fica numa situação exterior ao mercado, que exige que uma oferta explícita encontre uma procura explícita”.<sup>178</sup> Ou também que “uma

---

<sup>175</sup> Cf. Romano, Sergio. *La Pace Perduta 1989-2000*. Il grande disordine mondiale: guerre e crisi nel terzo dopoguerra. Roma, Longanesi, 2001. E também: Falk, Richard. In search for a new world model. *Current History* 95 (622), 1994.

<sup>176</sup> Chesnais, François. *Op. cit.*

<sup>177</sup> Dunn, John. *Western political theory in the face of the future*. Nova York, Cambridge University Press, 1993, pp. 133-134.

<sup>178</sup> Kempf, Hervé. *L'Économie à l'Épreuve de l'Écologie*. Paris, Hatier, 1991, p. 76.

simples demonstraco matemática revela que a poluio mundial e o esgotamento dos recursos naturais não terão mais volta se esta perspectiva não for levada em conta pelas políticas coletivas na economia, indústria e comércio”.<sup>179</sup> Ora, o problema é justamente a incapacidade de pôr em prática “políticas coletivas”.

Num mundo em que “globalizao” abriu perspectivas para um direito “transnacional”, que “tem sido suficiente para implementar uma legislao a favor do livre fluxo de serviços e capitais, mas insuficiente para impedir uma crescente legislao etnoctrica, a favor do refluxo das migrações”.<sup>180</sup> O processo autnomo do dinheiro e das finanças levou a formular perguntas angustiadas: “Que tipo de crise-transio  essa que, se bem encaminhada não for, nos colocar diante de uma ‘neobarbrie’ da qual a práxis ‘neoliberal’ e a impotência crítico-propositiva são mero introito?  possível regulamentar o capital globalizado sem intervir na própria lógica da concorrência e do af de acumular por acumular, que  contemporaneamente dominado pela riqueza abstrata, monetário-financeira?”.<sup>181</sup>

Diversas propostas de regulamentao do mercado de capitais apareceram no cenário mundial. James Wolfensohn, presidente do BIRD, chegou a afirmar: “Nós não podemos adotar um sistema no qual os aspectos macroeconmicos e financeiros são tratados sem ter em conta os aspectos estruturais, sociais e humanos e vice-versa”. Parece ser que o característico da atual etapa econômica não é o “liberalismo rampante”, mas a agonia do enfrentamento entre keynesianos e monetaristas ou, como foi notado, “o fim da divisão entre economia do desenvolvimento e economia ortodoxa”.<sup>182</sup> A *Tobin Tax* se define como um imposto sobre os ganhos do capital e sobre “as transações especulativas no mercado de câmbios”. O que levou a desengavetar uma proposta feita sem nenhum sucesso nos anos 70? Seus críticos afirmam que o imposto seria transferido finalmente ao consumo. Ou, se atenuasse os movimentos do capital, a “exuberância” financeira seria substituída por uma seca do mesmo tipo, que não seria mais que a outra cara da crise sob a forma de uma deflao generalizada, o que não seria uma perspectiva descabida em especial depois que a “volatilidade” especulativa provocou a quebra de um dos principais fundos aplicados  especulao, o *Long Term Management Capital* (LTMC). Outra dificuldade da aplicao do Imposto Tobin provm do crescente papel da chamada “moeda virtual”, derivada da “moeda eletrônica”, que foge a toda forma de controle por parte dos grandes centros do capital financeiro e dos próprios organismos supra estatais, já que o seu operar via Internet impede conhecer sua proveniência, destino e volume efetivo.

Isto traz como consequência principal a inutilidade da gestão da emissão de moeda circulante por parte dos bancos centrais (que podem assim, somente circunscrever a sua política monetária  fixao da taxa de juros); seu corolário seria a sobrevalorizao da bolsa por excesso de aquisio (com uma bolha especulativa vinte

---

<sup>179</sup> Keegan, William. *The spectre of Capitalism*. Londres, Vintage Books, 1993, p. 192. Para alguns, o marxismo também é atingido por esta crise, na medida em que “os esquemas marxistas de ‘reproduo simples’ e de ‘reproduo ampliada’ não levam em conta que a falta de recursos esgotáveis pode pôr um limite inclusive na ‘reproduo simples’. Isso reflete o status metafísico que o conceito de ‘produo’ recebeu na economia marxista, assim como na ciência econômica convencional” (Alier, Martinez., Joan e Karl Schupmann. *La economia y la ecología*. México, FCE, 1991, p. 270).

<sup>180</sup> Faria, José E. (org.). *Direito e Globalizao Econmica*. São Paulo, Malheiros, 1996.

<sup>181</sup> Braga, José C. de Souza. O espectro que ronda o capitalismo. *Folha de São Paulo*, 1 de setembro de 1996.

<sup>182</sup> Naim, Moisés. Avatars du “consensus de Washington”. *Le Monde Diplomatique*, Paris, março 2000.

vezes superior ao valor nominal) do título. Todos concordam que uma taxa similar poderia funcionar só se aplicada simultaneamente e com idênticas normas no mundo inteiro, ou ao menos naquele financeiramente significativo (o G7, mais Hong Kong, Cingapura, com extensão dos condicionamentos aos “paraísos fiscais”), se não, o capital continuaria a “voar” para onde é mais livre. De onde se afirma que o imposto seria do interesse dos “especuladores tradicionais”, cada vez mais centralizados, contra os especuladores de assalto da oligarquia financeira especulativa autônoma.

O desenvolvimento da economia especulativa se fez em detrimento da economia produtiva. Esta, por sua vez, busca recompor sua taxa de lucro através da “flexibilização do trabalho”, o que implica o desmonte do *welfare state*, onde este existe. Este processo, bem conhecido, é o que fez jus à denominação de “neoliberalismo”. Numa estrutura em equilíbrio (ou desequilíbrio) dinâmico, contudo, cada processo tem seu contrapeso. Neste caso, o contrapeso foi o desenvolvimento do chamado “terceiro setor” da economia. As ONGs são sem dúvida a coluna vertebral do desenvolvimento desse setor da economia (baseado nas atividades econômicas “sem fins lucrativos”, ou *no profit*).

Outro aspecto central do diagnóstico econômico é a recuperação limitada da taxa de benefício, na década de 1990, a um nível superior aos anos 1970 e 1980, ainda que muito abaixo do período de pós-guerra. Diversos estudos (taxa de retorno, participação dos lucros no ingresso) e evidências (rendimento das ações, balanços das corporações) registraram esta retomada nos países da OCDE na década de 1990. Partindo do postulado de que o trabalho é a única fonte de valor e que o lucro de nutre da mais-valia, a explicação desta recomposição da rentabilidade se encontra no avanço da flexibilidade trabalhista, a pressão do desemprego e a expansão da pobreza. Ainda que não se tenha consumado uma regressão decisiva nas condições de vida dos trabalhadores nos países avançados, a precarização do trabalho redundou numa recomposição do benefício. Para que esta recuperação ultrapasse o curto prazo, este aumento da taxa de exploração teria que se estabilizar.

Registrar o aumento da exploração do trabalho assalariado é uma condição necessária mas não suficiente para explicar a retomada do lucro. Ao final de uma crise, a rentabilidade só se recompõe se um processo depuratório de quebras e fusões “limpa” o mercado das empresas menos lucrativas. Caracterizar se esta desvalorização de capitais “ineficientes” se consumou é uma tarefa muito complexa. Na crise das duas últimas décadas não se produziu um *crack* geral do tipo de 1929, mas a somatória dos sucessivos colapsos econômicos acontecidos em quase todos os países periféricos, e em segmentos chaves das economias centrais pode –em certa medida- comparar-se com a “grande depressão”. A massificação do desemprego, as ondas de fusões, a reestruturação forçosa de todas as empresas, evidenciam a consumação de um grande processo de perdas, quebras e trocas de propriedade.

No entanto, um traço do capitalismo de pós-guerra que se reforçou foi o adiamento do “saneamento” dos capitais obsoletos, com medidas de resgate instrumentadas pelos Estados. Estes auxílios são habitualmente outorgados aos bancos em perigo, mas também mantêm em pé as empresas devedoras e insolventes. Através destes salvavidas demarca-se a crise à órbita financeira e se freia sua extensão à esfera “real”. A desvalorização de capitais “excedentes” fica assim adiada, mas também se neutraliza a recuperação plena de taxa de lucro.

As fortes convulsões financeiras que se sucederam periodicamente desde o *crack* da Bolsa de Nova York de 1987 (desvalorizações europeias, *Baring Brothers*, insolvência no Japão, tequila mexicano, crise asiática) popularizaram a interpretação da crise



como um fenômeno primordialmente especulativo. Partindo da crítica ao “inchamento da bolha”, convoca-se a “disciplinar o capital financeiro” e a “controlar os movimentos especulativos internacionais”. O objetivo é impedir que o “capital industrial são” continue asfixiado pela “ociosidade financeira” da “economia-cassino”. A indignação moral frente à derrocada improdutivo de recursos guia este ataque contra a “financeirização”. Mas convém lembrar que a dilapidação é um traço próprio do capitalismo de todas as épocas, cuja nocividade aumenta na depressão e se atenua na prosperidade. A denúncia política do parasitismo financeiro não deve substituir a caracterização econômica.

A hipertrofia financeira cresceu nas últimas décadas devido à crise e à consequente emigração de capitais da área produtiva para a atividade especulativa. Mas a maior novidade neste campo não é a magnitude das somas em jogo, como o caráter primordialmente privado e sofisticado que estão assumindo todas as operações. No entanto, todos estes traços não são totalmente peculiares, já que formam parte da passagem geral de atividades públicas ao capital privado e de seu gerenciamento cada vez mais complexo. Para François Chesnais, no entanto, a “mundialização” seria “o fim do ciclo do capitalismo sob o domínio do capital industrial...a autonomia *total* que imprime sua marca ao conjunto das operações da economia contemporânea (que) leva a marca da ultra-financeirização, do domínio do capital-rentista (*rentier*)” (grifo nosso). Isto se revelaria “na redução da capacidade de intervenção dos Estados, incapazes de impor o que quer que seja ao capital privado...O sistema, *pela primeira vez na sua história*, confia a sorte da moeda e das finanças completamente aos mercados. Os governos e as *élites* que governam os principais países capitalistas avançados deixaram que o capital dinheiro se transformasse em uma força incontrolável”.<sup>183</sup>

Interpretar a situação econômica tomando primordialmente como base os indicadores financeiros pode conduzir ao impressionismo e ao exagero –em um sentido apologético ou catastrofista- da relevância das cifras consideradas. Que tantos milhões de dólares circulem em tal ou qual direção, não quer dizer que o movimento do capital seja regido ao acaso. Tem que se ver o fenômeno em sua lógica produtiva. E para isto convém distinguir o curto prazo –onde os processos financeiros têm grande autonomia- do longo prazo, que está sempre configurado pelas tendências produtivas.

A crença de que a instabilidade da economia moderna deriva da volatilidade da moeda, da “preferência pela liquidez” e das práticas financeiras arriscadas, é própria do pós-keynesianismo. Este enfoque tende a refutar a imagem neoclássica de um equilíbrio intrínseco entre a produção e a circulação, que seria alterado apenas transitoriamente por desajustes em qualquer um dos dois setores. Mas nesta questão se esquece que a superfície monetária não é geradora, mas receptora dos desequilíbrios reais do capitalismo.

O peso inédito do capital financeiro foi decisivo, sim, na concentração empresarial mundial: a participação das 200 maiores empresas no Produto Bruto Mundial (PBM) passou de 24% em 1982 para 30% em 1995 e para 33% em 1997, superando os 35% na virada do século. As primeiras 500 empresas perfazem 45% do PBM (65% ao se considerar o conjunto das “multinacionais”, em torno de 35 mil). A quase totalidade daquelas possui sua casa matriz nos países centrais: em 1995, 89% do faturamento das 500 maiores empresas correspondia a firmas originárias do chamado G-7. Considerando-se as dez maiores corporações mundiais -Mitsubishi, Mutsui, Itochu, Sumimoto, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell, o seu faturamento conjunto corresponde a US\$ 1,4 trilhão de dólares. Isto equivale ao PIB conjunto de

---

<sup>183</sup> Chesnais, François. *Op. cit.* pp. 265-266.

Brasil, México, Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia, Peru e Uruguai. Metade dos prédios, máquinas e laboratórios desses grupos e mais da metade de seus funcionários estão em unidades fora do país de origem e 61% do seu faturamento é obtido em operações fora do país de origem. Se o faturamento se expandir para as 100 maiores corporações, descobre-se que um terço do comércio internacional (US\$ 1 trilhão em 1990) refere-se a trocas entre unidades das multinacionais. Elas empregavam 20% da força-de-trabalho do setor secundário e terciário nos países periféricos e 40% dos países centrais.

Nunca se deve esquecer que, em última instância, o ciclo do crédito de contrai e se expande seguindo o ciclo industrial, os bancos concentram e redistribuem a mais-valia gerada no processo de produção, e inclusive os capitais fictícios emitidos sem contrapartida real dependem das atividades industriais. Qualquer que seja a sua separação da produção, os capitais financeiros não são “puro papel”, enquanto o mercado lhe reconhecer algum preço. O mesmo vale para os títulos públicos. O que explica a circulação de qualquer forma de dinheiro é a existência de valores surgidos de atividades reais e direitos derivados da geração de mais-valia já criada ou a ser gerada no processo de produção.

Ainda que se operasse uma forte transformação e diversificação das formas autonomizadas do capital especulativo (fundos de investimento, títulos derivados etc.) e tenham enriquecido novas camadas de financistas (Soros), metodologicamente convém lembrar que existe uma diferença qualitativa entre o capital industrial e o financeiro. Enquanto a taxa de lucro que guia o primeiro responde diretamente à dinâmica da acumulação, a taxa de lucro que rege o segundo é uma subtração do benefício. Por isso deve-se buscar as raízes das transformações financeiras na produção e a partir daí analisar a influência inversa. A atualização dessa investigação requereria considerar a existência de um setor internacionalizado das 500 corporações “transnacionais” que controlam um quarto do produto bruto mundial e conformam um espaço próprio de produção e valorização do capital. Como a constituição dos preços altera a internacionalização produtiva e como se forja o lucro médio neste setor, em comparação aos circuitos não internacionalizados, é um dos grandes temas de pesquisa.

Pela mesma razão que uma supremacia monopólica absoluta contradiz o funcionamento do capitalismo, é inconcebível a existência de uma “burguesia transnacionalizada” atuando fora do circuito dos Estados existentes e regulando o investimento e os mercados. Uma coisa é registrar o salto na internacionalização e outra muito diferente é aceitar o “desaparecimento das fronteiras (e dos Estados) nacionais”. A classe capitalista não pode existir, nem o capital se acumular, sem Estados rivais que reproduzam as condições desta competição. A internacionalização contradiz o mapa político atual e induz o seu radical reordenamento. Porém, o novo traçado não está ditado pelo “capital global”, mas pelo conflito hegemônico livrado pelas grandes potências. Este enfrentamento teve ganhadores e perdedores nas últimas décadas, a partir da recuperação da economia americana e o reforço da supremacia político-militar deste país frente a seus rivais.<sup>184</sup>

A crise financeira não foi e não é independente da dinâmica geral da crise de sobreacumulação de capital. Uma forma de atrasar os efeitos do círculo vicioso que se desata ao estalar a crise de sobreacumulação (ao se apagar o termostato capitalista porque a massa de rendimentos fica estagnada ou decresce tornando-se  $B' \neq 0$ ), -

---

<sup>184</sup> Para uma crítica da teoria da “mundialização do capital”, ver: Rieznik, Pablo. La ficticia mundialización del capital. *En Defensa del Marxismo* n° 26, Buenos Aires, março 2000.

círculo vicioso que se produz porque a queda do investimento é sucedida pela queda do emprego e do consumo, mais a transmissão dos efeitos depressivos a través de todo o sistema via matriz de interdependências setoriais, mais o *feedback* da primeira ronda negativa sobre as novas perspectivas de investimento- é deter a caída a curto prazo da demanda mediante a expansão do crédito. Mas a expansão do crédito é ao mesmo tempo a expansão da dívida e, se a depressão for longa, a expansão contínua do crédito para se opor a uma queda persistente da demanda significaria uma acumulação da dívida constituída em uma carga cada vez mais pesada para a continuidade do crescimento a longo prazo da economia.

“Isto quer dizer que a bolha de crédito e a especulação financeira não são senão sintomas de que a depressão no âmbito da produção de valor ainda continua, de modo que o excesso de capacidade produtiva instalada pelo capital mundial ainda não desapareceu e, portanto, persiste a raiz do problema enquanto não se destruir tal excesso (não o excesso de meios de produção, que é uma expressão absurda, mas o de meios de produção absurdamente convertidos em capital). A expansão creditícia e borbulhante tem que se deter e estourar pelo simples fato de ser uma bolha, pondo fim ao período transitório de deslocamento entre o que parecem ser dois subsectores da economia, o capital produtivo e o financeiro. Na realidade, o capital financeiro hipertrofiado, tão atual, é apenas consequência da enorme massa de mais-valia que pulula pelos mercados financeiros e bolsas mundiais sem possibilidade de fixar-se em um investimento produtivo, devido a que o que há no subsector produtivo é um excesso de capacidade. A única saída possível desta situação de dupla crise (sobreacumulação de capital produtivo; hipertrofia da bolha financeira) é a destruição de capital”.<sup>185</sup>

Concentração empresarial e crise financeira foram aparecendo como duas caras da mesma moeda na virada para o século XXI, em que junto ao nível inédito de fusões e concentração econômica, o endividamento também atingiu patamares qualitativamente novos: o endividamento global atingiu a casa dos 20 trilhões de dólares, só o Japão perfazendo 8 trilhões do total. Na virada para o século XXI, o capitalismo mundial preparava seu mergulho numa crise de dimensões inéditas em toda sua história.

---

<sup>185</sup> Guerrero, Diego. *Reflexiones sobre la Teoría del valor y la Crisis Económica Capitalista desde una Perspectiva Crítica*. Barcelona, outubro de 2000.